

Mapeamento do envolvimento das organizações da sociedade civil no processo multilateral e multissetorial de governança da Internet

Janeiro de 2025



Agradecimentos

Pesquisado e escrito por

Verengai Mabika, Expectation State

Augustus Emenogu, Expectation State

Editado por

Virginia (Ginger) Paque, DiploFoundation

Revisado por

Dra. Stephanie Borg Psaila, Diplo Foundation

Dra. Slavica Karajcic, Diplo Foundation

Kenneth Harry Msiska, Forus

Marie L'Hostis, Forus

Karolina Iwańska, ENCL

Neila Zakraoui, Expectation State

Layout, design e revisões

Sol Mokdad, Expectation State, *Arturo Cortés Barbabosa*, Forus, *Bibbi Abruzzini*, Forus, *Lucia Torres*, Forus. Gostaríamos de agradecer a *Vitoria Dacal* pela tradução para o português, a *Wendy & Alain Dubreuil* pela tradução para o francês e a *Álvaro Martínez Bueno & David Helguera* pela tradução para o espanhol.

AVISO

Esta publicação foi cofinanciada pelo sindicato Europeu. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da Forus e não reflete necessariamente as opiniões do sindicato Europeu.



Civil Society Alliances for
Digital Empowerment



Co-funded by
the European Union

Acronimos

AC	Comitês Consultivos
AFRALO	Organização Regional Africana At-Large
AFRINIC	Centro Africano de Informação sobre Redes
AIGF	Fórum Africano de Governança da Internet
ALAC	Comitê Consultivo At-Large
ALSs	Estruturas At-Large
APAC	Ásia-Pacífico
APC	Associação para Comunicações Progressivas
APNIC	Centro de Informação da Rede Ásia-Pacífico
APriGF	Fórum Regional de Governança da Internet da Ásia-Pacífico
APT	Telecomunidade Ásia-Pacífico
ArabIGF	Fórum Árabe de Governança da Internet
ARIN	Registro Americano de Números da Internet
ASMG	Grupo Árabe de Gestão do Espectro
ASO	Organização de Suporte de Endereços
ASO AC	Conselho de Endereços ASO
ATU	Sindicato Africano das Telecomunicações
BPFs	Fóruns de Boas Práticas
CADE	Alianças da Sociedade Civil para o Empoderamento Digital
ccNSO	Organização de Apoio a Nomes de Código de País
ccTLD	Domínio de nível superior com código de país
CCWG-ACCT	Grupo de Trabalho Intercomunitário para Melhorar a Prestação de Contas da ICANN
CEO	Diretor executivo
CEPT	Conferência Europeia das Administrações Postais e de Telecomunicações
CIPESA	Colaboração em Políticas Internacionais de TIC para a África Oriental e Austral
CITEL	Comissão Interamericana de Telecomunicações
CoAP	Protocolo de Aplicação Restrita
CSO	Organização da Sociedade Civil
CTU	Sindicato de Telecomunicações do Caribe
DDoS	Negação de serviço distribuída
DNS	Sistema de Nomes de Domínio
DNSOP	Operações do Sistema de Nomes de Domínio
EAIGF	Fórum de Governança da Internet da África Oriental
CE	Comunidade Empoderada
ECNL	Centro Europeu para o Direito das Organizações sem Fins Lucrativos
EFF	Fundação Fronteira Eletrônica
EMODIR	Direção de Educação, Mentoria e Divulgação
EN	Inglês
ES	Estado de expectativa
FIFA	Fórum sobre Liberdade na Internet na África

FGI-CA	Fórum sobre Governança da Internet para a África Central (FGI-AC ou IGF-CA)
FR	Francês
GAIA	Acesso Global à Internet para Todos (GAIA)
GAC	Comitê Consultivo Governamental
RGPD	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
GNSO	Organização de Apoio a Nomes Genéricos
gTLDs	domínios genéricos de nível superior
HRIA	Avaliações de Impacto sobre os Direitos humanos
IAB	Conselho de Arquitetura da Internet
IANA	Autoridade para Atribuição de Números na Internet
ICANN	Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números
PIDCP	Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos
IESG	Grupo Diretor de Engenharia da Internet
IETF	Força-Tarefa de Engenharia da Internet
IGF	Fórum de Governança da Internet
IoR	Internet dos Direitos
IoT	Internet das Coisas
IP	Protocolo de Internet
IRTF	Força-Tarefa de Pesquisa da Internet
ISP	Provedor de Serviços de Internet
ITU	Sindicato Internacional de Telecomunicações
ITU-D	Setor de Desenvolvimento das Telecomunicações da ITU
ITU-R	Setor de Radiocomunicações da ITU
ITU-T	Setor de Normalização das Telecomunicações da ITU
KEIs	Entrevistas com especialistas importantes
LACNIC	Centro de Informação e Recursos da Internet da América Latina e Caribe
LATAM	América Latina
LGBTIQ	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais, Queer
LIGF	Fórum Libanês de Governança da Internet
MAG	Grupo Consultivo Multilateral
MENA	Oriente Médio e Norte da África
MERLA	Monitoramento, Avaliação, Pesquisa, Aprendizagem e Adaptação
MLS	Segurança da Camada de Mensagens
NAIGF	IGF Norte da África
NCSG	Grupo de Partes Interessadas Não Comerciais
NIGF	Iniciativas nacionais do IGF
NomCom	Comitê de Nomeação
NPOC	Constituintes sem fins lucrativos preocupados com questões operacionais
NRIs	Iniciativas Nacionais e Regionais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OSET	Gabinete do Enviado Especial para a Tecnologia
PDP	Processo de Desenvolvimento de Políticas

PEARG	Grupo de Pesquisa sobre Melhorias e Avaliações de Privacidade
PITG	Grupo de Tecnologia de Interesse Público
RCC	Comunidade Regional no Campo das Comunicações
RIPE NCC	Centro de Coordenação da Rede IP Europeia
RIR	Registro Regional da Internet
RFC	Solicitação de Comentários
RSSAC	Comitê Consultivo do Sistema de Servidores Raiz
SAIGF	Fórum de Governança da Internet da África Austral
SDO	Organização de Desenvolvimento de Padrões
SO	Organização de Apoio
SP	Espanhol
SPSS	Pacote Estatístico para Ciências Sociais
SSAC	Comitê Consultivo de Segurança e Estabilidade
TLD	Domínio de nível superior
UDHR	Declaração Universal dos Direitos humanos
WAIGF	Fórum de Governança da Internet da África Ocidental
WCIT	Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais
WGs	Grupos de Trabalho
WRC	Conferência Mundial sobre Radiocomunicações
WSIS	Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação
WTDC	Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento das Telecomunicações
WTSA	Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações

Índice

Acronimos	3
Resumo	8
Seção 1. Introdução	10
1.1 Processo de governança da Internet e questões relacionadas ao envolvimento das OSCs	10
1.2 Objetivos e escopo do estudo de delimitação do âmbito	11
1.3 Metodologia	11
1.4 Lacunas na pesquisa sobre o papel das organizações da sociedade civil na governança da Internet	16
1.5 Conclusão	17
Seção 2. Mapeamento dos atores e mecanismos de governança da Internet para o envolvimento das OSCs	18
2.1 ICANN	18
2.2 A IETF	24
2.3 ITU	27
2.4 O IGF	34
2.5 Conclusão	37
Seção 3. Lacunas e barreiras ao envolvimento no processo de governança da Internet	39
3.1 Participação limitada ou ausência das discussões sobre governança da Internet	39
3.2 Diversidade e inclusão insuficientes	41
3.3 Existência de silos que prejudicam a eficácia coletiva	44
3.4 Disparidade de influência	44
3.5 Conclusão	46
Seção 4. Oportunidades para a participação das OSC no processo de governança da Internet	47
4.1 Oportunidades para o envolvimento das OSCs no processo da IETF e no processo da IRTF	47
4.2 Oportunidades para o envolvimento das OSC na ICANN	50
4.3 Oportunidades para o envolvimento das OSC na ITU	52
4.4 Oportunidades para que as OSC se comprometam com o IGF	54
4.5 Conclusão	55
Seção 5. Padrões e tendências mais amplos no envolvimento das OSCs na governança da Internet	57
5.1 Direitos humanos, direitos digitais, IA e tecnologias emergentes em foco	57
5.2 Desafios para o envolvimento em nível nacional	57
5.3 Proliferação de espaços de governança da internet	58
5.4 Mudança das discussões políticas para outros espaços	59
5.5 Emergência de prioridades regionais	59
5.6 Uma lacuna de gênero e inclusão	60
5.7 Conclusão	61
Seção 6. Oportunidades para o envolvimento das OSCs	63
6.1 Centrar-se em questões específicas e relevantes	63
6.2 Desenvolvimento de abordagens localizadas	63
6.3 Aproveitando plataformas multissetoriais	64
6.4 Promover a inclusão e o ativismo digital	64
6.5 Reduzir a desigualdade de gênero	65
6.6 Fortalecer a colaboração com outras partes interessadas	65
6.7 Conclusão	66
Referências	69
Anexos	72
Anexo 1: Principais especialistas entrevistados	73
Anexo 2: Lista das organizações da sociedade civil incluídas na amostra	74

Anexo 3: Lista de organizações da sociedade civil comprometidas com o setor da ITU por região	77
Anexo 4: Participação das OSC no processo da IETF	84
Anexo 5: Questionário da pesquisa de base	86
Questionário da pesquisa online	86
Anexo 6: Guia para entrevistas com especialistas-chave	89
Introdução	89
Princípio da Não Prejudicar	89

Lista de figuras

Figura 1: Distribuição regional dos respondentes da pesquisa das OSC e dos KEIs	14
Figura 2: Estrutura do conselho da ICANN	19
Figura 3: Mecanismos e modalidades de envolvimento das OSC na ICANN	22
Figura 4: Mecanismos e modalidades de envolvimento das OSC na IETF	26
Figura 5: Mecanismos de envolvimento das OSC na ITU	30
Figura 6: Mecanismos e modalidades de envolvimento das OSC no IGF	36
Figura 7: Grupo de partes interessadas com papéis de liderança na ICANN em 2022	42

Lista de tabelas

Tabela 1: Organizações da ICANN	19
Tabela 2: Requisitos para as organizações da sociedade civil participarem do processo da ICANN	24
Tabela 3: Setores da ITU	28
Tabela 4: Requisitos para as organizações da sociedade civil participarem na ITU	32
Tabela 5: Participação na IETF entre os respondentes por setor em 2021-2023	43
Tabela 6: Grupos de trabalho e grupos de pesquisa da IETF e IRTF relevantes para as organizações da sociedade civil	48
Tabela 7: Grupos de estudo da ITU-T relevantes para as organizações da sociedade civil	53
Tabela 8: Prioridades de governança da Internet nas regiões	60

Resumo

Este estudo examina o envolvimento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no processo multilateral e multissetorial de governança da Internet, enfatizando seu papel fundamental em defender um futuro digital justo e inclusivo. As OSCs são fundamentais para abordar questões importantes, como acessibilidade à Internet, acessibilidade financeira, direitos humanos e proteção de comunidades marginalizadas. As organizações da sociedade civil participam ativamente de fóruns proeminentes de governança da Internet, incluindo a Força-Tarefa de Engenharia da Internet (IETF), a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), o Fórum de Governança da Internet (IGF) e fóruns relacionados à União Internacional de Telecomunicações (ITU). Apesar de suas contribuições, as organizações da sociedade civil, especialmente as do Sul Global, enfrentam desafios significativos que impedem sua plena participação.

Esta pesquisa examina as barreiras ao envolvimento das organizações da sociedade civil na governança da internet, identifica lacunas e oferece recomendações para um processo mais inclusivo e equitativo. O estudo empregou uma metodologia multifacetada, combinando uma revisão bibliográfica abrangente de documentos relacionados a vários fóruns de governança da internet, uma pesquisa de base e entrevistas com especialistas importantes. A pesquisa e as entrevistas reuniram respostas de 91 organizações da sociedade civil e especialistas importantes de diferentes regiões, centradas no Sul Global, para avaliar os níveis de participação, os desafios e as oportunidades.

O estudo revelou que, embora as organizações da sociedade civil estejam cada vez mais envolvidas em fóruns de governança da internet, a participação do Sul Global continua desproporcionalmente baixa devido a **barreiras sistêmicas, financeiras, processuais e relacionadas ao idioma**, dificultando que as organizações da sociedade civil naveguem e contribuam de forma significativa para as discussões.

Além disso, este estudo mostra uma **falta de diversidade e inclusão** nos fóruns de governança da internet, o que resulta na sub-representação de grupos marginalizados, particularmente do Sul Global, resultando em políticas que não atendem às necessidades de todas as partes interessadas. Isso enfraquece a legitimidade e a eficácia do processo de tomada de decisão. **As disparidades de gênero e inclusão** persistem, particularmente em sociedades conservadoras, onde mulheres e grupos marginalizados são frequentemente excluídos da tomada de decisão.

Os desequilíbrios de poder favorecem as grandes empresas de tecnologia e o governo, limitando a influência das OSC em questões de interesse público, como direitos humanos e digitais, enquanto silos dentro de organizações como a ICANN dificultam a colaboração. Em nível nacional, ambientes políticos e jurídicos restritos ainda mais limitam o envolvimento das OSC, deixando suas perspectivas sub-representadas nas discussões sobre políticas nacionais.

O número crescente de fóruns e processo de governança da Internet criou um cenário fragmentado e opressor para as organizações da sociedade civil, especialmente aquelas com recursos limitados. Navegar por vários fóruns e acompanhar agendas diversas pode sobrecarregar a capacidade das organizações da sociedade civil, reduzindo sua capacidade de se comprometer de forma significativa com qualquer processo.

Os resultados estão alinhados com as tendências identificadas na revisão da literatura, além de uma mudança das principais discussões sobre políticas digitais dos fóruns tradicionais de governança da Internet para outros espaços, como fóruns comerciais, que muitas vezes carecem da inclusão e acessibilidade necessárias para a participação efetiva das OSC. Além disso, a tendência crescente de iniciativas regionais e contextuais de governança da internet lideradas por organizações da sociedade civil reflete um movimento positivo em direção a abordagens localizadas. Isso destaca a necessidade de apoio e colaboração mais significativos.

Esses resultados confirmam a sub-representação das vozes marginalizadas no processo de governança da internet, particularmente do Sul Global, e enfatizam a necessidade de um processo de governança da internet mais inclusivo e equitativo, que garanta que perspectivas diversas sejam adequadamente representadas. Ressaltando as disparidades persistentes no envolvimento das OSC, o estudo pede intervenções específicas para abordar essas questões.

O estudo recomenda aumentar as oportunidades de financiamento, capacitação e apoio técnico para as organizações da sociedade civil no Sul Global, promover a inclusão e a diversidade nos fóruns de governança da internet e fomentar a colaboração entre organizações da sociedade civil, governos, especialistas técnicos e o setor privado para fortalecer a influência das políticas. Também recomenda o desenvolvimento de abordagens localizadas para enfrentar os desafios e oportunidades específicos de cada região e explorar abordagens e métodos inovadores para aumentar a participação das organizações da sociedade civil na governança da internet.

Seção 1. Introdução

1.1 Processo de governança da Internet e questões relacionadas ao envolvimento das OSCs

Os processos multilaterais e multissetoriais de governança da Internet são estruturas colaborativas que unem diversos atores para formatar as políticas e regulamentações que regem a Internet. Esses processos envolvem a cooperação entre governos e organizações internacionais, ao mesmo tempo em que ampliam a participação para incluir a sociedade civil, o setor privado, especialistas técnicos e a academia. Conforme definido pelo Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet (WGIG) em 2005, a governança da Internet é *“o desenvolvimento e a aplicação, pelos governos, pelo setor privado e pela sociedade civil, em seus respectivos papéis, de princípios, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão e programas compartilhados que formata a evolução e o uso da Internet”* (De Bossey, 2005, p. 4). Essa abordagem inclusiva garante que a governança da Internet seja transparente, responsável e reflita os interesses de todas as partes interessadas, promovendo, em última instância, um ambiente online estável, seguro e aberto que beneficia a sociedade como um todo.

As organizações da sociedade civil têm sido fundamentais na evolução da Internet, contribuindo para o seu avanço tecnológico e defendendo princípios como a neutralidade da rede e a liberdade de expressão, garantindo um ambiente online seguro e acessível para todos. Os fóruns de governança da Internet oferecem às organizações da sociedade civil uma plataforma vital para defender os direitos humanos, a acessibilidade, a inclusão e a igualdade de gênero. Elas representam diversas partes interessadas, incluindo grupos marginalizados. Defendem a transparência, a prestação de contas e a formulação de políticas informadas, contribuindo com conhecimentos especializados sobre direitos digitais e segurança cibernética. Além disso, as organizações da sociedade civil trabalham ativamente para reduzir a exclusão digital, centrando-se na acessibilidade, infraestrutura e alfabetização digital, visando garantir oportunidades iguais para que comunidades historicamente marginalizadas se beneficiem do progresso tecnológico. Apesar de seu papel crucial, pesquisas indicam que as organizações da sociedade civil, especialmente do Sul Global, devem estar mais bem representadas nos fóruns regionais e globais de governança da internet. As organizações da sociedade civil também enfrentam desafios para participar de forma significativa em espaços de governança da internet, como o ITU, o ICANN, o IGF e o IETF.

O envolvimento das organizações da sociedade civil do Sul Global em fóruns de governança da Internet é caracterizado por uma interação dinâmica entre progressos e desafios persistentes. Embora mais organizações da sociedade civil estejam participando ativamente de fóruns importantes, levantando suas vozes sobre questões críticas e promovendo redes mais fortes, ainda existem barreiras significativas. Recursos limitados, dinâmicas de poder desiguais e representação limitada em estruturas formais impedem sua plena participação. Apesar desses desafios, as organizações da sociedade civil estão avançando, influenciando discussões políticas e pressionando por um cenário de governança da Internet mais inclusivo e equitativo. A governança da Internet opera em vários níveis — global, regional e nacional — por meio de vários fóruns, cada um com objetivos distintos e oferecendo oportunidades para as organizações da sociedade civil se envolverem e influenciarem as políticas. O IGF global é a plataforma mais inclusiva para o diálogo multissetorial, permitindo que as organizações da sociedade civil troquem conhecimentos e formatem as agendas globais de políticas para a Internet. Fóruns

multilaterais como a ITU centram-se em padrões técnicos e políticas de desenvolvimento, onde a participação das organizações da sociedade civil garante que estes reflitam as necessidades da sociedade. Fóruns multissetoriais, como o IETF e a ICANN, abordam protocolos técnicos e infraestrutura da internet, oferecendo às organizações da sociedade civil oportunidades de defender a prestação de contas e a transparência.

Em nível regional, fóruns como os Fóruns Regionais de Governança da Internet e entidades como os Registros Regionais da Internet (RIRs) fazem a ponte entre as discussões globais e as realidades locais, capacitando as organizações da sociedade civil a confrontar os desafios específicos da região e influenciar as políticas. Fóruns nacionais, incluindo os IGFs Nacionais (NIGFs), permitem que as organizações da sociedade civil formatem as políticas domésticas e garantam que as vozes locais sejam ouvidas. Além disso, fóruns temáticos centram-se em questões como direitos digitais, segurança cibernética ou neutralidade da rede, oferecendo espaços para discussões aprofundadas e ações coletivas. Navegar por esse cenário complexo requer engajamento estratégico, redes fortes e uma compreensão da interação entre as dinâmicas globais, regionais e nacionais.

1.2 Objetivos e escopo do estudo de delimitação do âmbito

Este estudo fornece uma análise abrangente do envolvimento das organizações da sociedade civil em processos críticos de governança da Internet. Ele destaca os principais atores, fóruns, questões emergentes e oportunidades estratégicas e desafios enfrentados pelas organizações da sociedade civil. Ele fornece uma compreensão do panorama multifacetado da participação das organizações da sociedade civil na governança da Internet, tanto em nível global quanto regional. O estudo foi orientado pelos seguintes objetivos:

- **Identificar e mapear as principais partes interessadas:** Identificar e analisar a diversidade de atores envolvidos nos processos multilaterais e multissetoriais de governança da Internet.
- **Avaliar áreas temáticas do envolvimento das organizações da sociedade civil:** examinar as principais áreas temáticas nas quais as organizações da sociedade civil estão ativamente envolvidas nesse processo de governança da Internet, incluindo temas transversais.
- **Avaliar as estratégias e o impacto das organizações da sociedade civil:** analisar as diversas estratégias e abordagens empregadas pelas organizações da sociedade civil para influenciar o processo multilateral e multissetorial de governança da Internet, avaliando sua eficácia e impacto.
- **Identificar lacunas e oportunidades:** Identificar lacunas existentes no envolvimento das OSC, barreiras à participação e oportunidades potenciais para aumentar o envolvimento das OSC na formatação de quadros de governança da Internet.

1.3 Metodologia

1.3.1 Desenho da pesquisa

O estudo empregou um desenho de pesquisa de método misto para abordar os objetivos e o escopo do estudo e garantir uma compreensão abrangente do envolvimento das organizações da sociedade civil nos processos multilaterais e multissetoriais de governança da Internet. A pesquisa utilizou uma revisão exploratória da literatura relevante para estabelecer uma base

contextual sólida, uma pesquisa de base e entrevistas com especialistas-chave (KEIs) para reunir diversas perspectivas e insights qualitativos.

1.3.2 Métodos de coleta de dados

Este estudo empregou uma abordagem de métodos mistos para a coleta de dados, integrando métodos qualitativos e quantitativos para fornecer uma compreensão abrangente do envolvimento das OSCs em fóruns de governança da Internet. A base desta pesquisa foi uma revisão abrangente da literatura relevante, incluindo documentos oficiais, literatura acadêmica, resumos de políticas e relatórios de projetos. Essa revisão permitiu a identificação de pesquisas existentes, temas-chave e lacunas críticas de conhecimento na área.

Com base nessas percepções, foi desenvolvido um questionário de pesquisa de base em consulta com membros da Civil Society Alliances for Digital Empowerment (CADE). A pesquisa empregou uma mistura de perguntas semiestruturadas e estruturadas, permitindo narrativas detalhadas e dados quantificáveis. Exemplos de perguntas semiestruturadas incluem aquelas que solicitam aos respondentes que elaborem sobre o impacto de desafios ou descrevam estratégias de engajamento bem-sucedidas. Em contrapartida, perguntas estruturadas, como aquelas que indagavam sobre participação anterior ou necessidades de capacitação, ofereciam opções de resposta pré definidas para facilitar a análise (consulte o Anexo 6 para ver o questionário). Além disso, algumas perguntas utilizavam uma escala Likert, como *“Em uma escala de 1 a 5, como você classificaria o nível de engajamento da sua organização nesses fóruns?”*, permitindo que os entrevistados expressassem suas opiniões ou percepções em um espectro definido. A fim de ser acessível a um público amplo, o questionário foi produzido em três idiomas: inglês (EN), francês (FR) e espanhol (SP). O questionário, que compreendia 19 perguntas estruturadas em sete seções distintas, foi concebido para ser preenchido em aproximadamente 15 a 20 minutos. As seções incluíam:

- **Dados demográficos e informações sobre a organização:** recolha de informações básicas sobre as organizações participantes.
- **Envolvimento das OSC nos fóruns de GI:** centrar-se no nível de participação da organização em vários fóruns de GI.
- **Desafios à participação das OSC:** Identificar as principais barreiras que impedem a participação com eficiência em fóruns de GI.
- **Oportunidades para um maior envolvimento:** Explorar oportunidades potenciais para aumentar o envolvimento das OSC.
- **Necessidades de capacitação:** Investigação das áreas específicas em que as organizações necessitam de capacitação.
- **Fatores de inclusão:** aprofundar os esforços das organizações para abordar a inclusão nas suas atividades relacionadas com a GI.
- **Considerações finais:** proporcionar espaço para as organizações partilharem comentários e recomendações adicionais.

A pesquisa foi disponibilizada online em <https://iyvkyxaur7h.typeform.com/to/vqoaVR5N>. A plataforma Typeform foi escolhida por suas robustas medidas de proteção de dados, incluindo a conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) (Typeform, 2021). O questionário da pesquisa foi lançado em setembro de 2024. O questionário foi testado inicialmente entre os membros do CADE, que ajudaram a refinar as perguntas da pesquisa. Em seguida, foi divulgado através das redes das organizações membros do CADE e nas redes sociais, com lembretes semanais durante um período de cinco semanas para incentivar a participação. A

fim de aumentar as taxas de resposta, o prazo para responder à pesquisa foi prorrogado até dezembro de 2024.

Para complementar os dados da pesquisa, foram realizadas consultas online com especialistas importantes para reunir insights qualitativos aprofundados. As entrevistas, com duração de 45 minutos a uma hora, ocorreram entre setembro e dezembro de 2024. Um guia de entrevista, cobrindo tópicos importantes, como engajamento, desafios e inclusão, foi usado pelos pesquisadores durante as entrevistas para coletar dados qualitativos dos especialistas sobre suas experiências com governança da internet (ver Anexo 6). Uma rodada piloto de entrevistas foi realizada com um pequeno grupo de membros do CADE que havia contribuído na fase de desenvolvimento do questionário da pesquisa. Posteriormente, especialistas adicionais ativamente envolvidos em órgãos importantes de governança da internet, incluindo o ITU, IETF, IGF e ICANN, foram identificados por meio de um método de amostragem em bola de neve. Essas consultas foram gravadas com o consentimento dos especialistas e as transcrições foram armazenadas com segurança, em conformidade com as normas do GDPR. Para acomodar as preferências individuais, as consultas foram realizadas usando plataformas como Google Meet, Zoom e Microsoft Teams.

Durante todo o processo de coleta de dados, as considerações éticas e de privacidade de dados permaneceram primordiais, em estrita conformidade com os princípios do GDPR. Para dados quantitativos, os identificadores pessoais foram removidos dos dados da pesquisa e os participantes foram informados sobre seus direitos, incluindo o direito de se retirar do estudo. O acesso aos dados foi restrito a pesquisadores autorizados e todos os dados coletados foram armazenados de forma segura, garantindo a integridade e a confidencialidade dos dados. Para dados qualitativos, foi obtido consentimento explícito, descrevendo os fins específicos para os quais os dados seriam utilizados. Os participantes foram informados sobre o potencial de identificação indireta por meio de detalhes contextuais e tiveram controle sobre o nível de detalhes compartilhados. Os pesquisadores implementaram protocolos de acesso rigorosos, limitando o acesso apenas às pessoas diretamente envolvidas na análise, e garantiram que os dados qualitativos fossem armazenados em ambientes protegidos. Os participantes foram informados sobre seu direito de retirar suas contribuições qualitativas a qualquer momento, em conformidade com o direito ao esquecimento e os princípios de portabilidade de dados do GDPR.

1.3.3 Estratégia de amostragem

Este estudo empregou uma abordagem multimétodo para obter uma compreensão abrangente do envolvimento das OSC no processo de governança da internet. Cada um dos métodos de coleta de dados quantitativos e qualitativos, incluindo uma revisão do escopo da literatura existente, uma pesquisa de base e entrevistas com especialistas importantes, empregou estratégias de amostragem distintas, adaptadas aos seus objetivos específicos, garantindo uma compreensão diferenciada das complexidades que envolvem a participação das OSC.

Revisão de escopo

A revisão exploratória empregou uma estratégia de amostragem multifacetada. Foram priorizados documentos de órgãos centrais de governança da Internet, incluindo uma revisão de sites oficiais, como IGF, IETF e ITU. Complementando isso, sites estratégicos de OSC, como os da Associação para o Progresso das Comunicações (APC), da Internet Society e da Electronic Frontier Foundation (EFF), entre outros, foram incorporados para capturar diversas perspectivas da sociedade civil. A estratégia de pesquisa utilizou palavras-chave expandidas (tais como

organizações da sociedade civil ativas na ITU ou organizações da sociedade civil ativas na IETF ou IRTF), incluindo terminologia específica da organização, e priorizou a triagem de documentos dessas fontes principais. A extração de dados foi refinada para capturar a participação das partes interessadas, o desenvolvimento de políticas e as estratégias de envolvimento das OSC, entre outros.

Amostragem de dados quantitativos

Os dados quantitativos para este estudo foram coletados por meio de um questionário de pesquisa de base distribuído entre as redes de organizações da sociedade civil das organizações membros do CADE e divulgado nas redes sociais. O questionário da pesquisa, composto por 19 perguntas estruturadas em sete seções, teve como meta as organizações da sociedade civil envolvidas na governança da internet. O processo de seleção foi inclusivo, visando capturar respostas de qualquer organização da sociedade civil ativamente envolvida neste campo, com a pesquisa disponível em inglês, francês e espanhol para aumentar a acessibilidade. Embora a pesquisa tenha tido 647 visualizações em inglês (taxa de conclusão de 22,8%), 63 em francês (56%) e 29 em espanhol (41,7%), as taxas de conclusão variaram significativamente. Isso resultou em 75 pesquisas concluídas (Figura 1), gerando uma taxa de resposta geral de aproximadamente 27%. Perfis detalhados das organizações da sociedade civil participantes estão disponíveis no Anexo 2.

Figura 1: Distribuição regional dos respondentes da pesquisa de OSC e KEIs

91 Respondentes			
75 organizações da sociedade civil		16 especialistas-chave (e sua área de foco)	
	 África	3	IGF
		1	ICANN, IGF
9	 América Latina	1	ICANN, ITU
		2	ICANN, IETF
13	 Ásia	1	IGF regional
		1	IETF
4	 Europa	2	ICANN
1	 Estados Unidos	1	ITU
1	 América Central	4	Não divulgado
3	 Global		

Amostragem de dados qualitativos

Os dados qualitativos foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com especialistas. Os participantes iniciais foram selecionados propositalmente com base em sua reconhecida expertise e experiência na área de governança da internet. Esses participantes foram convidados a recomendar outros potenciais entrevistados, criando um efeito bola de neve que ampliou o tamanho e a diversidade da amostra. Essa abordagem enfatizou a inclusão de perspectivas diversas, levando em consideração fatores como representatividade regional, diversidade organizacional e equilíbrio de gênero. As entrevistas foram realizadas virtualmente durante 13 semanas, entre setembro e novembro de 2024.

Um total de 16 especialistas importantes (Figura 1) participaram das entrevistas, com as mulheres representando 56% (n=9). A maioria (9) dos especialistas centra-se no IGF, enquanto outros priorizam o ICANN (6), o IETF (3) ou um IGF regional (5). Alguns tinham um forte centro em torno do ICANN, ITU e IETF combinadas. Quatro dos especialistas destacaram prioridades diversas nos processos e organizações de governança da Internet. Detalhes dos especialistas que participaram do estudo são fornecidos no Anexo 1.

1.3.4 Métodos de análise de dados

A análise temática foi utilizada para identificar temas e padrões recorrentes na literatura e para mapear o envolvimento existente das OSC na governança da Internet. Isso informou a análise de dados subsequente: com base nos resultados desta revisão, foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos para analisar os dados coletados.

Para a análise quantitativa, o estudo utilizou o software estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para analisar o conjunto de dados da pesquisa de base coletados. Essa análise envolveu estatísticas descritivas para resumir os principais aspectos dos dados, como a representação regional das organizações participantes (Figura 1). Esses resultados quantitativos foram interpretados à luz dos dados qualitativos para fornecer uma compreensão abrangente do envolvimento das OSC no processo de governança da Internet.

Para a análise qualitativa, o estudo realizou uma análise temática das respostas das entrevistas com especialistas. Essa análise empregou uma abordagem híbrida, com base em temas identificados durante a revisão do escopo e integrados em guias de entrevistas semiestruturadas, combinando assim a análise de conteúdo com elementos da análise temática. O software de IA Perplexity AI, selecionado devido ao seu compromisso com a segurança dos dados (Perplexity, s.d.), foi utilizado para identificar padrões recorrentes e questões transversais através de dados anonimizados. O estudo também cruzou os dados para identificar tendências e padrões comuns entre diferentes grupos de OSC, centrando-se nas barreiras à participação e nas áreas onde o envolvimento pode ser fortalecido.

1.3.5 Limitações

Uma avaliação e compreensão adequadas envolvem o reconhecimento das limitações do estudo. Existem três limitações principais que podem ter afetado a coleta de dados e a interpretação das conclusões. A primeira está relacionada à representatividade da amostra. A abordagem de amostragem intencional, embora eficaz na coleta de dados de alta qualidade de respondentes bem informados, pode introduzir viés ao se centrar em indivíduos e organizações específicos que podem não representar totalmente a população mais ampla de organizações da sociedade civil envolvidas no processo de governança da internet. Em segundo lugar, o estudo baseou-se em

dados auto-relatados da pesquisa e das entrevistas, o que pode ter resultado em interpretações subjetivas tendenciosas. Por último, as taxas de resposta à pesquisa foram influenciadas por restrições de tempo, cansaço com a pesquisa e preocupações com golpes de phishing. Para resolver isso, o período da pesquisa foi prolongado e a divulgação meta foi intensificada. No entanto, como em qualquer pesquisa baseada em questionários, capturar um conjunto de dados totalmente abrangente é inerentemente desafiador.

1.4 Lacunas na pesquisa sobre o papel das organizações da sociedade civil na governança da Internet

As organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental na abordagem multissetorial adotada na governança da Internet (Haristya, 2020, pp. 252-270). Elas servem como elo vital entre a infraestrutura técnica da Internet e seu impacto na vida das pessoas. O sucesso do papel das organizações da sociedade civil reside em sua capacidade de:

- **Ampliar as vozes marginalizadas:** as organizações da sociedade civil empoderam comunidades e indivíduos que muitas vezes são excluídos do processo tradicional de tomada de decisão, garantindo que suas perspectivas e preocupações sejam ouvidas.
- **Defender os direitos humanos:** as organizações da sociedade civil advogam por uma internet que respeite e proteja as liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de expressão, a privacidade e o acesso à informação.
- **Promover a inclusão digital:** as organizações da sociedade civil se esforçam para reduzir a exclusão digital, garantindo que todos, independentemente de sua origem ou localização, possam se beneficiar das oportunidades da internet.
- **Promover a transparência e a prestação de contas:** as organizações da sociedade civil responsabilizam os atores poderosos, exigindo transparência na tomada de decisões e advogando / defendendo políticas que protejam o interesse público.
- **Impulsionar a inovação e a criatividade:** as organizações da sociedade civil exploram maneiras novas e inovadoras de usar a internet para o bem social, promovendo um ecossistema online vibrante.

A revisão exploratória revelou várias lacunas críticas na pesquisa para compreender o alcance total do envolvimento das OSC na governança da internet, um domínio em que seu papel é fundamental. Embora a revisão exploratória tenha mostrado que a presença das OSC nos principais órgãos de governança está documentada, ela destacou a dificuldade em avaliar a profundidade e o impacto desse envolvimento (Carr, M., 2015), um aspecto crítico de sua função. Além disso, surgiu uma lacuna significativa em relação à representação de organizações da sociedade civil geograficamente e linguisticamente diversas, que têm o potencial de ignorar perspectivas cruciais do Sul Global e dificultar sua capacidade de promover a inclusão digital de forma eficaz. A revisão também destacou o desafio de capturar o envolvimento informal, como o ativismo online e o trabalho de coalizão ad hoc, que muitas vezes desempenha um papel vital na formatação da governança da internet e no apoio à inovação e à criatividade. Além disso, a rápida evolução do panorama da governança da Internet apresenta limitações contínuas no mapeamento e avaliação abrangentes das contribuições das OSC, particularmente em seus esforços para promover a transparência e a prestação de contas. Essas lacunas identificadas enfatizam a necessidade de pesquisas futuras para desenvolver metodologias mais inclusivas para compreender plenamente as complexidades do envolvimento das OSC na governança da Internet e realizar plenamente seu potencial para empoderar as comunidades.

1.5 Conclusão

Esta seção estabeleceu a estrutura básica para uma análise abrangente do envolvimento das organizações da sociedade civil no complexo panorama da governança da internet, destacando o papel crítico das organizações da sociedade civil no formato de processos inclusivos e multissetoriais. Utilizando uma abordagem de métodos mistos, incluindo uma revisão de escopo, uma pesquisa de base e entrevistas com especialistas importantes, este estudo examina as diversas estratégias, impactos e compromissos temáticos das organizações da sociedade civil em defender direitos humanos, em inclusão digital e em transparência. Os resultados aqui apresentados têm como objetivo facilitar uma compreensão mais profunda da complexa dinâmica em jogo nos fóruns multissetoriais e promover a formulação de políticas baseadas em evidências e aumentar a eficiência desse processo. O estudo busca contribuir para um futuro digital mais inclusivo, equitativo e sustentável, onde os direitos e interesses de todas as partes interessadas, particularmente os grupos marginalizados e sub-representados, sejam efetivamente representados e protegidos.

Seção 2. Mapeamento dos atores e mecanismos de governança da Internet para o envolvimento das OSCs

Esta seção aprofunda os mecanismos e modalidades existentes para a participação ativa das organizações da sociedade civil, centrando-se nos seguintes processos e órgãos: ICANN, ITU, IETF e IGF. As diferentes modalidades de envolvimento apresentam oportunidades significativas para a participação ativa das organizações da sociedade civil nesses espaços.

2.1 ICANN

A ICANN é responsável pela gestão e coordenação do espaço de nomes e endereços de domínio da Internet, que são recursos essenciais para a conectividade da Internet (Weitzenboeck, 2014, pp. 49–73). Essencialmente, ela gerencia a agenda de endereços da internet, supervisionando a atribuição de identificadores únicos, como nomes de domínio (por exemplo, .com, .org) e endereços de protocolo de internet. A ICANN desenvolve políticas por meio de um processo multissetorial baseado em consenso. Os compromissos e valores fundamentais da ICANN determinam que esses processos “empreguem processo de desenvolvimento de políticas abertos, transparentes e ascendentes, envolvendo várias partes interessadas e liderados pelo setor privado (incluindo partes interessadas do mundo empresarial, sociedade civil, comunidade técnica, acadêmica e usuários finais), levando devidamente em consideração as recomendações de políticas públicas dos governos e autoridades públicas” (ICANN, 2025a).

2.1.1 Estrutura da ICANN

A ICANN opera por meio de um modelo de governança multissetorial, que reúne uma comunidade global diversificada, incluindo governos, sociedade civil e empresas, para contribuir com o desenvolvimento de políticas para a Internet (Lee, 2013, pp. 21-34). O modelo conta com Organizações de Apoio (SOs) e Comitês Consultivos (ACs) para fornecer conhecimento especializado e recomendações sobre questões como política de nomes de domínio, segurança na Internet e relações governamentais. O Conselho de Administração da ICANN considera as recomendações desses grupos e da comunidade em geral para tomar decisões informadas, enquanto a equipe da ICANN implementa essas políticas para garantir o bom funcionamento diário do Sistema de Nomes de Domínio (DNS) (ICANN n.d.a). Essa abordagem colaborativa ajuda a promover a inclusão, a construção de consenso e a prestação de contas.

A ICANN possui procedimentos de votação complexos e mecanismos de governança intrincados para facilitar um equilíbrio representativo de poder entre as partes interessadas e os interesses concorrentes (Chatham House, 2020). Sua estrutura em várias camadas envolve um conselho de diversas partes interessadas, bem como conselhos comunitários, comitês e OEs (Mueller, 1999, p. 498). A evolução da estrutura organizacional da ICANN não foi isenta de desafios – a representatividade ainda é uma questão controversa (Gomes Sequeiros, 2021, pp. 42-44).

2.1.2 O Conselho da ICANN

A estrutura do conselho da ICANN (Figura 2) inclui dois diretores nomeados por cada uma das três SOs, que se centram em diferentes aspectos da política da Internet. Os comitês consultivos oferecem perspectivas diversas sobre questões como interesses dos usuários, políticas governamentais e segurança da Internet, e cada um nomeia um diretor ou representante. A IETF

também nomeia um representante sem direito a voto. O Comitê de Nomeação (NomCom) nomeia oito diretores, enquanto o presidente e o diretor executivo (CEO) lideram a organização na implementação das políticas. Os três SOs e quatro ACs da ICANN estão listados na Tabela 1.

Figura 2: Estrutura do conselho da ICANN

INDICADOS PELA ORGANIZAÇÃO

DE APOIO (SO):

Cada um dos três SOs nomeia dois diretores:

- Organização de Apoio a Endereços (ASO)
- Organização de Apoio a Nomes de código de país (ccNSO)
- Organização de Apoio a Nomes Genéricos (GNSO)

INDICADOS PARA O COMITÊ

CONSULTIVO (AC):

O ALAC nomeia um diretor, e cada um deles os outros ACs nomeiam um representante sem direito a voto.

Comitê de Consultoria At-Large (ALAC)

Assessoria Governamental Comitê (GAC)

Comitê Servidor raiz Consultoria de Sistema (RSSAC)

Comitê de Segurança e Aviso de estabilidade (SSAC)

PRESIDENTE DA ICANN E CEO

NOMINADO DA FORÇA-TAREFA INTERNET-ENGENHARIA (IETF):

O IETF nomeia um ligação sem direito a voto.

INDICADOS PELO COMITÊ DE INDICAÇÃO

(NomCom):

O NomCom nomeia oito assentos.



MEMBROS VOTANTES

Saiba mais sobre o atual
Membros do Conselho da ICANN em:
<http://go.icann.org/board>

Saiba mais sobre a ICANN
Estatuto do Conselho em:
<http://go.icann.org/boardbylaw>

Fonte: ICANN, 2020a

Tabela 1: Organizações da ICANN

As três Organizações de Apoio (SOs)	Os quatro Comitês Consultivos (ACs)
<ul style="list-style-type: none"> • Organização de Apoio a Endereços (ASO) • Organização de Apoio a Nomes Genéricos (GNSO) • Organização de Apoio a Nomes de Código de País (ccNSO) 	<ul style="list-style-type: none"> • Comitê Consultivo At-Large (ALAC) • Comitê Consultivo Governamental (GAC) • Comitê Consultivo do Sistema de Servidores Raiz (RSSAC) • Comitê Consultivo de Segurança e Estabilidade (SSAC)

Fonte: ICANN, s.d.a

2.1.2.1 Organização de Apoio a Endereços (ASO)

A ASO reúne representantes dos cinco RIRs, nomeadamente África, Ásia-Pacífico, Europa, América Latina e Caraíbas e América do Norte. A maioria dos membros representa fornecedores de serviços de Internet (ISPs) e outras entidades ligadas à engenharia da Internet. O objetivo da ASO é analisar recomendações sobre a política global de endereços IP (Internet Protocol) e aconselhar o Conselho de Administração da ICANN. A ASO assegura que o processo de

desenvolvimento de políticas é seguido corretamente em cada comunidade RIR:

- Centro de Informação da Rede Africana (AFRINIC)
- Centro de Informação da Rede da Ásia-Pacífico (APNIC)
- Registro Americano de Números da Internet (ARIN)
- Centro de Informação de Rede da América Latina e Caribe (LACNIC)
- Centro de Coordenação da Rede IP Europeia (RIPE NCC)

A ASO conduz trabalhos de desenvolvimento de políticas durante as reuniões da RIR e em listas de discussão. O Conselho de Endereços da ASO (ASO AC) coordena o trabalho global de desenvolvimento de políticas da comunidade de números da Internet e nomeia membros para o Conselho da ICANN, o Comitê de Nomeação da ICANN e outros grupos da ICANN. O ASO AC é composto por 15 membros, três de cada RIR. As teleconferências mensais do ASO AC são abertas a observadores, incluindo organizações da sociedade civil (ICANN, 2024).

2.1.2.2 A Organização de Apoio a Nomes Genéricos (GNSO)

A GNSO é o órgão de desenvolvimento de políticas responsável pelos gTLDs. Seus membros incluem representantes de registros de gTLDs, registradores credenciados pela ICANN, interesses de propriedade intelectual, provedores de serviços e conectividade da Internet, empresas e interesses não comerciais. A GNSO reúne essas diferentes partes interessadas e outros membros da comunidade da ICANN para desenvolver recomendações de políticas para gTLDs por meio de um processo multissetorial conduzido por grupos de trabalho e equipes (ICANN, 2018a).

O Grupo de Partes Interessadas Não Comerciais (NCSG)

O NCSG é um espaço para organizações da sociedade civil e indivíduos dentro da GNSO da ICANN, onde são desenvolvidas políticas para domínios genéricos de nível superior (gTLDs). O NCSG fornece voz e representação na GNSO e em outros processos de política da ICANN para organizações sem fins lucrativos e indivíduos que se preocupam principalmente com os aspectos não comerciais e de interesse público da política de nomes de domínio (NCUC, 2025a). O NCSG tem dois grupos constituintes com focos diferentes, o NCUC e o NPOC.

O Grupo Constituinte de Preocupações Operacionais Sem Fins Lucrativos (NPOC)

O NPOC é um grupo constituinte dentro do NCSG, representando questões operacionais relacionadas à prestação de serviços de organizações sem fins lucrativos e ONGs que são registrantes de domínios no DNS. O NPOC centra-se no impacto das políticas do DNS e seus efeitos na prontidão operacional e na implementação de missões e objetivos não comerciais (ICANN, 2018b). O NPOC envolve a comunidade da ICANN sobre como as políticas e iniciativas propostas e existentes podem impactar de forma única as operações de organizações sem fins lucrativos e não governamentais e a prestação de seus serviços relacionados à missão (NPOC, 2019). Essas perspectivas de organizações sem fins lucrativos e ONGs sobre questões operacionais incluem registro de nomes de domínio, expansão do DNS, fraude e abuso, e uso do DNS para fornecer e coletar informações e servir seus membros e comunidades.

O Grupo Constituinte de Usuários Não Comerciais (NCUC)

O NCUC é o lar das organizações da sociedade civil e indivíduos na GNSO que têm poder de voto na formulação de políticas e seleção do conselho da ICANN. O NCUC desenvolve e apoia posições

que favorecem a comunicação e as atividades não comerciais na Internet. O NCUC também atende organizações da sociedade civil dedicadas às liberdades na Internet e aos direitos humanos, instituições acadêmicas envolvidas em pesquisas sobre políticas de governança da Internet, ONGs de países em desenvolvimento, organizações religiosas e organizações culturais. A NCUC está aberta a membros individuais, desde que os indivíduos tenham uma perspectiva não comercial em questões políticas (NCUC, 2025b).

2.1.2.3 Organização de Apoio aos Nomes de Código de País (ccNSO)

A ccNSO oferece um fórum para que os gestores de domínios de nível superior com código de país (ccTLD) se reúnam e discutam questões atuais de interesse para os ccTLDs a partir de uma perspectiva global. A ccNSO oferece uma plataforma para cooperação técnica e capacitação entre ccTLDs e facilita o desenvolvimento de boas práticas voluntárias para gestores de ccTLDs. Ela também é responsável por desenvolver e recomendar políticas globais ao Conselho da ICANN para um conjunto limitado de questões relacionadas a ccTLDs (ICANN, 2020b).

A adesão como membro da ccNSO está aberta a todos os gestores de ccTLDs. A ccNSO é administrada pelo Conselho da ccNSO, que é composto por 18 conselheiros (15 eleitos pelos membros da ccNSO e três nomeados pelo NomCom da ICANN). Os conselheiros da ccNSO estão ativamente envolvidos na determinação do trabalho e da direção da ccNSO. Os conselheiros da ccNSO gerenciam o processo de desenvolvimento de políticas, lideram e participam de vários grupos de trabalho da ccNSO, comprometem-se com a comunidade da ICANN sobre questões atuais e desenvolvem posições com base nos feedback / comentários da comunidade da ICANN (ICANN, 2025b).

2.1.2.4 A Comunidade At-Large

A comunidade At-Large da ICANN atua no interesse dos usuários da Internet. Existem 267 Estruturas At-Large (ALSes) e mais de 200 membros individuais, organizados em 5 Organizações Regionais At-Large (RALOs) que representam as opiniões dos usuários individuais da Internet em todo o mundo. Esses membros incluem grupos de direitos do consumidor relacionados à Internet, organizações acadêmicas e indivíduos com consciência pública que desejam fazer contribuições para políticas que influenciam a coordenação técnica do DNS (ICANN, 2019a).

Dentro da estrutura hierárquica e ascendente da comunidade At-Large, o Comitê Consultivo At-Large (ALAC) é a principal organização que representa a voz e as preocupações dos usuários individuais da Internet. Representando a comunidade At-Large, o ALAC é composto por 15 membros, sendo dois selecionados por cada uma das cinco RALOs e cinco nomeados pelo NomCom da ICANN. O papel do ALAC é considerar e fornecer aconselhamento sobre as atividades da ICANN no que se refere aos interesses dos usuários individuais da Internet. O trabalho da comunidade At-Large ocorre principalmente em grupos de trabalho divididos em três vertentes: aconselhamento sobre políticas, operações e envolvimento da comunidade. As estruturas At-Large conduzem seu trabalho por meio de teleconferências regulares e participação ativa durante as reuniões públicas da ICANN (ICANN, 2019b).

2.1.2.5 O Comitê Consultivo Governamental (GAC)

O GAC é o principal órgão de participação governamental na ICANN. Criado em 1999 com a participação de 17 Estados e 6 organizações intergovernamentais, o número de membros do GAC tem aumentado ao longo dos anos. Hoje, o GAC é composto por 183 membros – governos

nacionais e economias distintas reconhecidas em fóruns internacionais – e 39 observadores – incluindo organizações governamentais multinacionais e tratados, bem como autoridades públicas, que participam no GAC na qualidade de observadores (ICANN, 2021a). O papel principal do GAC é aconselhar o Conselho da ICANN sobre questões de política pública, especialmente quando pode haver uma interação entre as atividades ou políticas da ICANN e as leis nacionais ou acordos internacionais (ICANN, 2021b).

O parecer de consenso do GAC tem um estatuto especial nos estatutos da ICANN. Esse parecer deve ser devidamente tido em conta pelo Conselho de Administração da ICANN. Se o Conselho de Administração da ICANN propor medidas que sejam incompatíveis com o parecer de consenso do GAC, deve apresentar as razões que o justificam e tentar chegar a uma solução mutuamente aceitável com o GAC (ICANN, 2021c).

2.1.2.6 O Comitê Consultivo do Sistema de Servidores Raiz (RSSAC)

O RSSAC aconselha a comunidade da ICANN e o Conselho da ICANN sobre questões relacionadas com o funcionamento, a administração, a segurança e a integridade do sistema de servidores raiz (RSS). O RSSAC é composto por representantes das organizações operadoras de servidores raiz e por representantes das organizações parceiros envolvidas na gestão técnica e operacional da zona raiz (ICANN, 2024b). O RSSAC Caucus é composto por especialistas em Sistema de Nomes de Domínio interessados no RSS, ampliando a base de conhecimentos técnicos diversificados disponíveis para o trabalho do RSSAC. O papel principal do RSSAC Caucus é realizar pesquisas e produzir publicações sobre tópicos relevantes para a missão do RSSAC (ICANN, 2024b).

2.1.2.7 O Comitê Consultivo de Segurança e Estabilidade (SSAC)

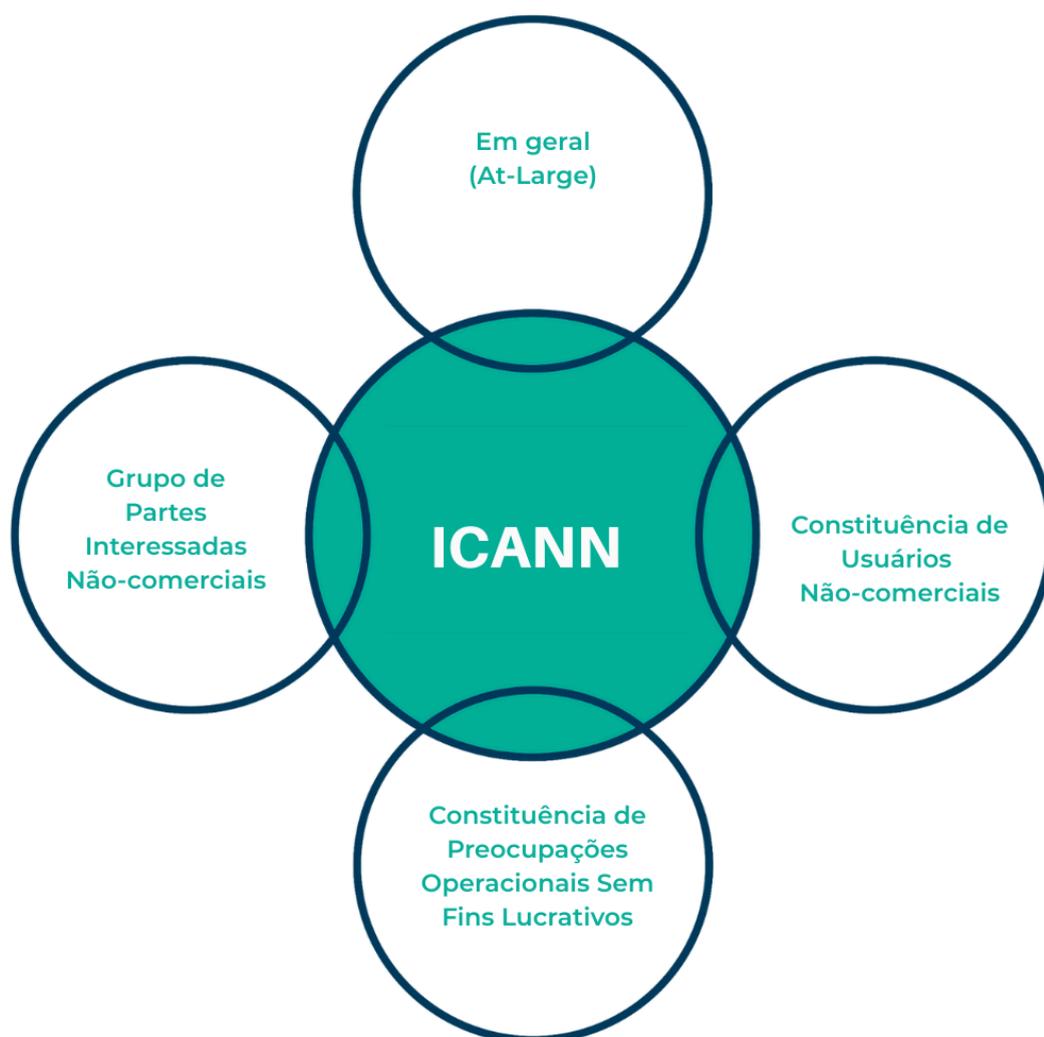
O SSAC assessora a comunidade da ICANN e o Conselho da ICANN em questões relacionadas à segurança e integridade dos sistemas de nomeação e alocação de endereços da Internet. Isso inclui questões operacionais, como aquelas relacionadas à alocação de endereços e atribuição de números da Internet, e questões de registro, como aquelas relacionadas a serviços de registro e registradores, como WHOIS¹ (ICANN, 2024c).

2.1.3 Mecanismos de envolvimento das OSC na ICANN

Existem vários mecanismos e modalidades para que as organizações da sociedade civil participem ativamente no processo da ICANN (Figura 3). Isso inclui a participação por meio de estruturas estabelecidas que representam entidades não comerciais, como o NCSG, o NCUC e o NPOC. As organizações da sociedade civil também podem se comprometer com a ICANN por meio da comunidade At-Large, que representa usuários individuais da Internet. Essas oportunidades permitem que as organizações da sociedade civil contribuam para o desenvolvimento de políticas, defendam os direitos dos usuários e ajudem a garantir que a Internet continue sendo um recurso aberto e acessível a todos.

¹ WHOIS é um protocolo da Internet utilizado para consultar bases de dados e obter informações sobre o registro de um nome de domínio (ou endereço IP). Os dados WHOIS são um conjunto de dados sobre o nome de domínio registrado, seus servidores de nomes e registrador, a data de criação do nome de domínio, a data de expiração do nome de domínio, as informações de contato do titular do nome registrado, o contato técnico e o contato administrativo.

Figura 3: Mecanismos e modalidades de envolvimento das OSCs na ICANN



2.1.4 Requisitos para as organizações da sociedade civil participarem do processo da ICANN

Comprometer-se com a ICANN está aberto a qualquer pessoa disposta a contribuir com seu tempo. Navegar pelas complexidades da ICANN pode ser uma tarefa difícil no início, mas o processo de aprendizagem é rápido e os benefícios são substanciais (Cath et al, 2017). Para as organizações da sociedade civil que buscam se comprometer com a ICANN de forma eficaz, alguns requisitos essenciais precisam ser atendidos. Isso inclui estabelecer um status legal de organização sem fins lucrativos, com governança transparente e recursos dedicados para a participação na ICANN. A acreditação da ICANN e a adesão a grupos de partes interessadas relevantes podem ser necessárias, dependendo do processo específico. As organizações da sociedade civil devem demonstrar experiência relevante, manter independência de influências comerciais e governamentais e estar alinhadas com a missão da ICANN. A Tabela 2 resume esses requisitos.

Tabela 2: Requisitos para as organizações da sociedade civil participarem do processo da ICANN

Categoria	Requisito	Descrição
Administrativo	Status legal	Registradas formalmente como organizações sem fins lucrativos ou com status jurídico semelhante.
	Transparência	Manter estruturas de governança claras, transparência financeira e informações disponíveis ao público.
	Capacidade interna	Possuir equipe dedicada ou voluntários com experiência e disponibilidade de tempo para se comprometer com a ICANN.
Registro	Credenciamento da ICANN	Obter acreditação da ICANN para determinado processo, particularmente desenvolvimento de políticas ou comitês consultivos.
	Membros em grupos de partes interessadas	Junte-se a grupos de partes interessadas relevantes, como NCSG ou ALAC, para aumentar sua influência e acesso.
Credenciamento	Experiência comprovada	Demonstre experiência em áreas relevantes para o trabalho da ICANN, como governança da Internet ou direitos humanos.
	Independência	Mantenha a independência em relação a influências comerciais ou governamentais e seja transparente quanto às fontes de financiamento.
	Compromisso com a missão da ICANN	Alinhar-se à missão da ICANN e demonstrar disposição para se comprometer com a construção de forma construtiva.
Logística	Acesso à Internet e tecnologia	Ter conexão confiável à Internet e acesso a canais de comunicação e recursos online.
	Apoio à participação presencial	Orçamento para viagens, acomodação e despesas relacionadas a reuniões presenciais.
	Habilidades linguísticas	A proficiência em inglês é fundamental para uma participação eficaz.

2.2 A IETF

A IETF é a principal organização de desenvolvimento de padrões (SDO) da Internet (IETF n.d.a). Ela centra-se no desenvolvimento técnico e na evolução dos protocolos e padrões da Internet, que servem como tecnologias subjacentes que fazem a Internet funcionar. Esses padrões, publicados como Solicitações de Comentários (RFCs), abrangem muitos tópicos, incluindo protocolos de rede, segurança, roteamento e aplicativos. O trabalho da IETF garante que a Internet permaneça interoperável, escalável e segura, permitindo inovação e crescimento contínuos (Internet Society, 2025). A IETF opera por meio de um processo descentralizado, aberto

e colaborativo, no qual engenheiros e especialistas técnicos participam de grupos de trabalho para propor, discutir e refinar os padrões da Internet.

Não há membros na IETF. Qualquer pessoa pode participar inscrevendo-se em uma lista de discussão de um grupo de trabalho ou registrando-se para uma reunião da IETF. Todos os participantes da IETF são considerados voluntários e devem participar como indivíduos (IETF, s.d.a).

A IETF é governada por uma hierarquia de liderança, incluindo o Internet Engineering Steering Group (IESG) e o Internet Architecture Board (IAB). O IESG é responsável por supervisionar a gestão técnica das atividades da IETF e garantir que os padrões propostos atendam aos critérios necessários para aprovação. O IAB, por outro lado, fornece orientação estratégica e supervisão, ajudando a formatar a direção de longo prazo da IETF.

Além dos grupos de trabalho, a IETF também possui vários órgãos consultivos e administrativos, como a Força-Tarefa de Pesquisa da Internet (IRTF) e a Autoridade de Atribuição de Números da Internet (IANA). Essas entidades trabalham em conjunto com a IETF para apoiar sua missão e garantir a implementação eficaz de suas normas.

2.2.1 O processo de tomada de decisão da IETF

A IETF opera com base em um modelo de consenso aproximado (IETF, 2014). Isso significa que as decisões são tomadas com base em um acordo geral dentro do grupo de trabalho responsável por um tópico específico, em vez de votação formal. Os destaques do processo são:

- **Grupos de Trabalho:** Especialistas interessados em um tópico específico formam um grupo de trabalho.
- **Discussão:** as propostas são apresentadas como rascunhos da Internet e discutidas exaustivamente em listas de discussão e nas reuniões da IETF. Não há especificações de tempo para as discussões das propostas.
- **Revisão:** os rascunhos são revisados com base no feedback e em discussões adicionais.
- **Consenso:** Quando um consenso preliminar é alcançado, o grupo de trabalho encaminha o documento ao IESG.
- **Revisão do IESG:** O IESG analisa o documento quanto à qualidade técnica e consistência com outras normas.
- **Publicação:** Se aprovado pelo IESG, o documento é publicado como um RFC (Request for Comments), tornando-se um padrão oficial da Internet.

2.2.2 Grupos de trabalho e seus papéis

Os grupos de trabalho (WGs) são a espinha dorsal da IETF, impulsionando o desenvolvimento de novos protocolos e normas (IETF, s.d.b). Os WGs são formados com base no interesse e na demanda da comunidade, permitindo que a IETF responda às necessidades da comunidade da Internet. As discussões e a tomada de decisões dentro dos WGs são conduzidas por meio de listas de discussão e reuniões, facilitando a troca de ideias e a colaboração entre os membros. Essa abordagem visa garantir que os padrões da IETF reflitam o conhecimento e a experiência coletivos de sua comunidade (IETF, s.d.b).

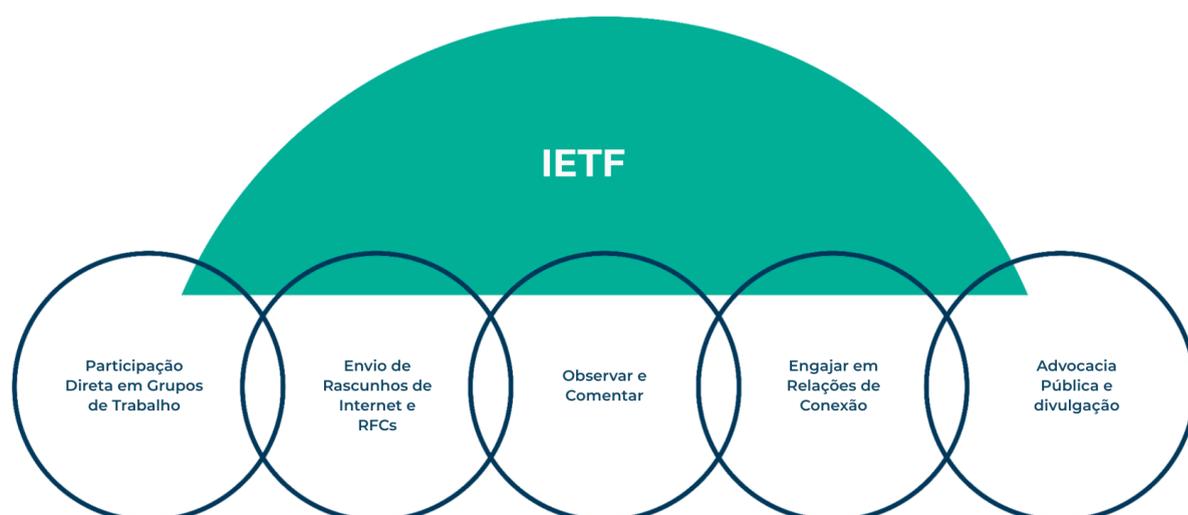
Cada WG é liderado por um ou mais presidentes, responsáveis por orientar as atividades do grupo e garantir que seus objetivos sejam alcançados. Os presidentes facilitam as discussões, gerenciam o desenvolvimento de rascunhos e coordenam com outros WGs e a liderança da IETF

(IETF, s.d.b). O sucesso das normas da IETF é, portanto, atribuído principalmente às contribuições sustentadas e à experiência dos seus WGs. Embora a IETF atue principalmente na área técnica, a participação das organizações da sociedade civil é vital para garantir que as normas técnicas reflitam preocupações sociais mais amplas e considerações sobre direitos humanos. As organizações da sociedade civil podem contribuir com perspectivas sobre questões como privacidade, acessibilidade e o impacto das novas tecnologias na sociedade, especialmente nas comunidades marginalizadas.

2.2.3 Mecanismos de envolvimento das OSCs na IETF

As organizações da sociedade civil podem se comprometer com a IETF por meio de vários canais, que vão desde contribuições técnicas diretas até esforços mais amplos de advocacy nos WGs (Figura 4). Esses métodos oferecem diferentes níveis de influência e exigem graus variados de conhecimento técnico, permitindo que as organizações da sociedade civil participem estrategicamente do desenvolvimento de padrões da internet.

Figura 4: Mecanismos e modalidades de envolvimento das OSC na IETF



- **Participação direta nos WGs:** as organizações da sociedade civil podem participar dos grupos de trabalho da IETF, contribuir para as discussões e fornecer feedback sobre os rascunhos das normas. Embora isso exija conhecimento técnico, oferece um caminho direto para influenciar as decisões técnicas.
- **Envio de rascunhos da Internet e RFCs:** as organizações da sociedade civil podem propor novas normas ou modificações às existentes enviando rascunhos da Internet e RFCs. Isso requer conhecimento técnico aprofundado e colaboração com especialistas, mas pode levar a um impacto significativo nas políticas.
- **Observação e comentários:** mesmo sem participação direta, as organizações da sociedade civil podem observar as reuniões da IETF e as discussões dos grupos de

trabalho, enviar comentários sobre documentos preliminares e levantar preocupações sobre potenciais implicações em direitos humanos.

- **Estabelecer relações de ligação:** A IETF mantém relações de ligação com outras organizações², frequentemente outras SDOs ou outras organizações de governança da Internet, incluindo grupos da sociedade civil (IETF, s.d.d). As organizações da sociedade civil podem aproveitar essas relações para fornecer informações sobre questões políticas e colaborar em objetivos comuns. Novas nomeações de contato são raras, uma vez que a melhor maneira de as organizações trabalharem com a IETF é participando dos grupos de trabalho relevantes ou fazendo com que membros do WG da IETF participem diretamente das estruturas da outra organização.
- **Advocacy e divulgação:** Aumentar a conscientização sobre o trabalho da IETF e mobilizar o apoio público para posições políticas específicas pode influenciar indiretamente o desenvolvimento de normas técnicas.

2.3 ITU

A ITU é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) responsável pela coordenação das redes e serviços globais de telecomunicações. Ela desempenha um papel significativo na governança da internet, estabelecendo padrões internacionais para tecnologias de telecomunicações, alocando espectro de radiofrequência e desenvolvendo os padrões técnicos que garantem que as redes e tecnologias se conectem perfeitamente, além de trabalhar para melhorar o acesso às tecnologias digitais em comunidades carentes em todo o mundo (ITU, 2025a).

A ITU é composta por três setores: Radiocomunicações (ITU-R), Normalização das Telecomunicações (ITU-T) e Desenvolvimento das Telecomunicações (ITU-D). Cada setor tem suas próprias características e atividades.

Os membros da ITU são compostos por Estados-Membros, Membros Setoriais (indústria privada e outras organizações aprovadas), Associados e Academia. Reúne 194 governos nacionais e mais de 1.000 empresas e organizações para desenvolver normas internacionais de telecomunicações e coordenar a política global de espectro e infraestrutura (ITU, s.d.a). Apenas os Estados-Membros têm direito de voto. No entanto, os Membros Setoriais podem participar nas discussões e contribuir para gerar consenso. Outras organizações e indivíduos, conforme descrito no artigo 25.º da Convenção da ITU, podem participar como observadores.

De acordo com a Global Digital Partners (2024), muitos governos têm utilizado o processo da ITU, como a Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações (WTSA), para tentar expandir o quadro lógico da ITU para áreas emergentes críticas da governança da tecnologia digital (como IA e metaverso) ou para aspectos operacionais da internet e seus recursos críticos. Isso pode potencialmente duplicar o trabalho realizado em outros fóruns abertos de elaboração de normas, orientados por especialistas, como a IETF, e representa uma ameaça ao processo multilateral de governança da Internet.

2.3.1 Estrutura da ITU

A estrutura da ITU envolve a **Conferência Plenipotenciária**: este é o órgão supremo de tomada de decisões da ITU. Reúne-se a cada quatro anos para definir as políticas gerais, adotar planos

² <https://datatracker.ietf.org/liaison/>

estratégicos e financeiros quadrienais e eleger a liderança e os membros do Conselho da organização.

O Conselho: O conselho atua como órgão de governança entre as conferências plenipotenciárias. É composto por 48 Estados-membros eleitos pela Conferência Plenipotenciária, garantindo uma representação regional equitativa. O Conselho prepara a agenda da Conferência Plenipotenciária, gerencia o programa de trabalho do sindicato e aprova os orçamentos (ITU, s.d.b).

ITU-R: O setor ITU-R centra-se na gestão e utilização eficiente do espectro de radiofrequências e das órbitas de satélites. Ele desenvolve normas internacionais para sistemas de radiocomunicações, a fim de garantir sua interoperabilidade sem falhas.

ITU-T: O setor desenvolve padrões globais / padrões globais para redes e serviços de telecomunicações, incluindo os relacionados com a Internet. Estes padrões garantem a interoperabilidade e facilitam a interligação de redes transfronteiriças.

ITU-D: Este setor promove e apoia o desenvolvimento de infraestruturas e serviços de telecomunicações e TIC nos países em desenvolvimento. Centra-se em reduzir a exclusão digital e em promover o acesso a tecnologias de comunicação a preços acessíveis.

Secretaria: Este órgão fornece apoio administrativo e logístico às atividades da ITU. É chefiado pelo secretário-geral, eleito pela Conferência Plenipotenciária.

A Tabela 3 oferece uma visão geral dos três setores principais da ITU, ou seja, ITU-R, ITU-T e ITU-D. Ela também identifica a principal conferência ou assembleia associada a cada setor e o objetivo e as atividades dessas conferências/assembleias. Por fim, ela indica o ano da próxima conferência programada para cada setor, oferecendo um panorama das atividades futuras da ITU.

Tabela 3: Setores da ITU

Item	ITU-R	ITU-T	ITU-D
Setor	Radiocomunicações	Normalização das telecomunicações	Desenvolvimento das telecomunicações
Mandatar	Coordena a atribuição do espectro de radiofrequências e adota recomendações em matéria de radiocomunicações (artigo 13.º da Constituição da ITU)	Estuda questões técnicas, operacionais e tarifárias e adota recomendações para normalizar as telecomunicações (Art. 17 da Constituição da ITU)	Facilitador, facilitadora e melhora o desenvolvimento das telecomunicações (Art. 21 da Constituição da ITU)
Conferência/Assembleia	Conferência Mundial de Radiocomunicações (WRC)	Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações (WTSA)	Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações (WTDC)
Descrição	Considera revisões ao Regulamento de Radiocomunicações da ITU	Define o programa de trabalho, os métodos de trabalho e a estrutura dos grupos de estudo para os próximos quatro anos na ITU-T	Define o programa de trabalho, os métodos de trabalho e a estrutura dos grupos de estudo para os próximos quatro anos na ITU-D

Ocorrência	A cada 3–4 anos	A cada 4 anos	A cada 4 anos
Próxima conferência	2027	2028	2025

2.3.2 Processo e procedimentos de tomada de decisão

A ITU geralmente busca o consenso em seu processo de tomada de decisão. As decisões dentro da ITU são tomadas com o acordo de todos os Estados-membros. Isso significa que, às vezes, as decisões podem favorecer uma orientação geopolítica (Global Digital Partners, 2024). Nos setores ITU-R e ITU-T, as questões técnicas e as normas são desenvolvidas por grupos de estudo e grupos de trabalho. Estes grupos são compostos por peritos dos Estados-Membros, da indústria e de outras partes interessadas. A ITU também organiza conferências mundiais sobre temas específicos, como a Conferência Mundial sobre Telecomunicações Internacionais (WCIT). Estas conferências reúnem os Estados-Membros e outras partes interessadas para discutir e negociar acordos e regulamentos internacionais relacionados com as TIC.

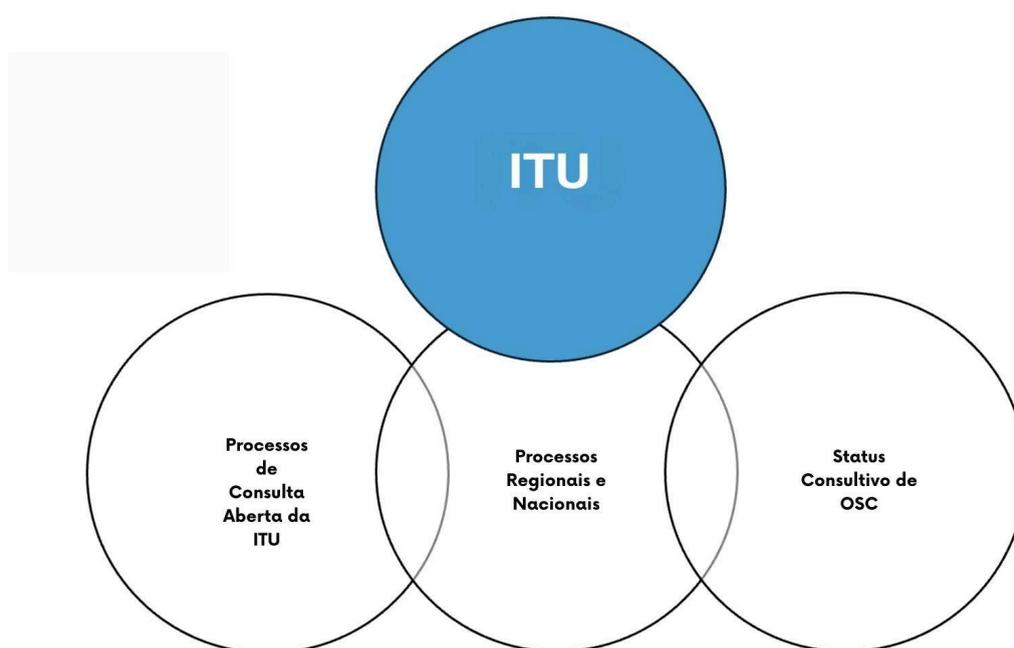
2.3.3 Grupos de estudo da ITU

Os grupos de estudo da ITU são fóruns para os membros da ITU trabalharem em conjunto para responder às prioridades dos membros da ITU. Cada grupo de estudo da ITU é responsável por fazer avançar o trabalho da ITU num domínio específico do quadro lógico da ITU. Estes grupos desenvolvem a base técnica para os acordos da ITU e atividades associadas. Os grupos de estudo servem como o principal mecanismo para o desenvolvimento de normas e recomendações internacionais para o setor das TIC. Reúnem especialistas que representam governos, indústria, academia, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas. Isto facilita o desenvolvimento de normas e recomendações harmonizadas a nível global.

2.3.4 Mecanismos de envolvimento das OSC no processo da ITU

Existem várias formas pelas quais as organizações da sociedade civil podem se comprometerem com a ITU (Figura 5). Estas incluem ter um estatuto consultivo junto da ITU, participar em processos regionais e nacionais e fazer contribuições para outros processos que não exigem membros.

Figura 5: Mecanismos de envolvimento das OSC na ITU



Para se envolver diretamente nas atividades da ITU, incluindo Grupos de Estudo, as organizações da sociedade civil precisam obter um membro associado ou setorial. As cotizações de membresia variam de acordo com o tipo de membros. No entanto, essas cotizações de membresia — que variam de CHF 3.975 (USD 4.500) a mais de CHF 60.000 (USD 68.000) por ano — são muitas vezes proibitivas para muitas organizações da sociedade civil, especialmente aquelas sediadas em países de baixa e média renda. Ao contrário de outros espaços multilaterais, a ITU não oferece isenções sistemáticas de taxas, patrocínios ou preços diferenciados para atores da sociedade civil. Essa barreira financeira limita significativamente a participação formal das OSCs, especialmente em processos de normalização técnica e desenvolvimento de políticas, onde o acesso a documentos de trabalho e reuniões requer membros.

O envolvimento das OSC nos níveis nacional e regional oferece uma forma indireta de participar do processo da ITU. Os principais especialistas entrevistados para este estudo observaram que as organizações da sociedade civil com capacidade de estabelecer relações sólidas com Estados-membros individuais e/ou órgãos regionais relataram experiências gratificantes. Eles afirmaram que, nos níveis nacional ou regional, as OSC geralmente têm mais chances de identificar propostas com potencial problemático e iniciar a advocacia ou oferecer aconselhamento ao seu governo antes que as decisões cheguem ao nível das negociações intergovernamentais.

Uma vez que a ITU é de natureza multilateral e as negociações são conduzidas por delegações nacionais, fazer parte de uma delegação nacional oferece às organizações da sociedade civil uma forma eficaz de influenciar as decisões, pois ajuda-as a superar barreiras de acesso, tais como o acesso restrito a documentos de trabalho e reuniões presenciais.

As modalidades de participação das partes interessadas nas delegações dos membros variam de país para país e, como tal, é essencial que as organizações da sociedade civil tenham uma

compreensão precisa da estrutura da delegação e das regras de participação. A Global Digital Partners (2024) observa que as organizações da sociedade civil também devem estar cientes das considerações envolvidas no comprometimento como parte de uma delegação nacional. Embora essa modalidade ajude as organizações da sociedade civil a superar as barreiras à participação na ITU, ela também pode envolver o alinhamento com as posições da delegação. Como resultado, as organizações da sociedade civil podem enfrentar limitações no grau de independência com que podem contribuir para as discussões.

Um número crescente de Estados-Membros está optando por incluir vozes diversas do setor privado, da academia e da sociedade civil como parte de suas delegações (CEPT, 2019). Os especialistas entrevistados observaram que “alguns Estados-membros apoiam um envolvimento mais inclusivo e multilateral”, citando o Brasil e o México como exemplos de governos que integraram com sucesso as organizações da sociedade civil como membros especialistas de suas delegações. No entanto, em geral, os governos do Sul Global e dos países em desenvolvimento são mais relutantes em incluir as organizações da sociedade civil em suas delegações do que seus homólogos do Norte.

Várias organizações ligadas à ITU também podem atuar como facilitadoras do envolvimento da sociedade civil com a organização. Entre elas estão os capítulos nacionais da Internet Society e os RIRs, que podem fornecer orientação sobre como navegar pela ITU e conectar indivíduos a redes relevantes. As principais organizações regionais que contribuem para a posição regional consolidada incluem:

- Telecomunidade da Ásia-Pacífico (APT)
- Grupo Árabe de Gestão do Espectro (ASMG)
- Sindicato Africano de Telecomunicações (ATU)
- Sindicato de Telecomunicações do Caribe (CTU)
- Conferência Europeia das Administrações Postais e de Telecomunicações (CEPT)
- Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)
- Comunidade Regional no Setor das Comunicações (RCC) – representando as antigas repúblicas soviéticas

As organizações da sociedade civil também podem se comprometer com a ITU por meio de consultas públicas, como as realizadas em processos de consulta aberta, ou por meio de iniciativas como Partner2Connect e Giga. A participação em eventos paralelos, workshops de capacitação ou colaborações com membros da ITU (como instituições acadêmicas ou industriais) oferece pontos de entrada adicionais. Embora essas vias não concedam a subvenção de acesso a processos decisórios formais ou documentos, elas permitem que as organizações da sociedade civil contribuam para discussões mais amplas.

2.3.4.1 Requisitos para as organizações da sociedade civil participarem no processo da ITU

A Tabela 4 detalha os requisitos que as organizações da sociedade civil devem cumprir para se comprometerem com a ITU. Estes incluem demonstrar conhecimentos técnicos relevantes e estar formalmente registradas e, potencialmente, acreditadas.

Tabela 4: Requisitos para as organizações da sociedade civil participarem na ITU

Categoria	Requisito	Descrição
Técnico	Experiência relevante	As organizações da sociedade civil devem possuir experiência e conhecimento nas áreas específicas do trabalho da ITU em que desejam se envolver. Isso pode incluir áreas técnicas, jurídicas, políticas ou outras áreas relevantes.
	Registro formal	As organizações da sociedade civil normalmente precisam de estar formalmente registadas como organização no seu país de origem.
	Credenciamento	As organizações da sociedade civil precisam obter acreditação da ITU para participar de determinados processos, como Grupos de Estudo.
Administrativo	Representante designado	As organizações da sociedade civil podem precisar designar um representante oficial para agir em seu nome nos procedimentos da ITU.
	Apoio à participação presencial	Os representantes das OSC podem precisar organizar e cobrir os custos de viagem, acomodação e outras despesas associadas à participação em reuniões ou eventos da ITU.
	Competências linguísticas	A ITU utiliza os idiomas aprovados pela ONU. As organizações da sociedade civil devem estar preparadas para se comunicar e enviar documentos em um desses idiomas.
Logística	Estatuto de associado ou setor	As organizações da sociedade civil precisam de um status de membro associado ou setorial da ITU para participar diretamente.
	Taxas	As cotizações de membresia variam consoante o tipo de acreditação e o país de origem das organizações da sociedade civil.
Credenciamento		

Fonte dos dados: ITU, n.d.a

2.3.5 Análise da participação das OSC nas principais reuniões da ITU

WTDC

A WTDC normalmente atrai o maior número de participantes de organizações da sociedade civil nas reuniões da ITU (ITU, 2022), possivelmente devido ao seu forte centramento em questões de desenvolvimento que têm grande repercussão entre as organizações da sociedade civil. Além disso, a participação na WTDC tem aumentado ao longo dos anos. Enquanto a WTDC-17 reuniu aproximadamente 1.500 participantes, a WTDC-22 contou com mais de 2.100 participantes. A Matriz de Questões da WTDC-22 da Internet Society (2022) documenta as prioridades da conferência voltadas para o desenvolvimento. A WTDC-17, centrada no acesso à banda larga e na acessibilidade, resultou em resoluções visando promover / apoiar o desenvolvimento de infraestruturas, reduzir custos e incentivar o investimento em áreas carentes. Isso reflete a

principal preocupação de conectar os desconectados. A WTDC-17 viu a adoção da Resolução 52, que instou os Estados-Membros a desenvolver planos e políticas nacionais de banda larga para facilitar o acesso à Internet a preços acessíveis. A WTDC-22 viu uma gama mais ampla de questões ganhar destaque. As resoluções abordaram não apenas a conectividade, mas também o desenvolvimento de competências digitais, a cibersegurança, a segurança online e o uso ético da IA (ITU, 2022). O foco se expandiu para incluir alfabetização digital, segurança e uso responsável da tecnologia para o bem da sociedade. Isso é exemplificado pelo Plano de Ação de Kigali da WTDC-22 (ITU, 2022), que descreve cinco pilares fundamentais para o desenvolvimento digital, incluindo conectividade acessível e transformação digital.

WTSA

A WTSA define a direção das atividades de normalização em telecomunicações e TIC. Uma comparação entre as duas assembleias mais recentes, WTSA-20 e WTSA-24, revela algumas tendências e destaques interessantes.

A WTSA-24 teve uma participação significativamente maior do que a WTSA-20. A WTSA-20 reuniu 1.281 delegados: 870 presencialmente e 411 remotamente. No total, participaram 138 Estados-Membros, bem como 85 outras entidades. Os participantes presenciais representaram 125 Estados-Membros, 49 Membros do Setor, 6 Membros Acadêmicos e 2 agências especializadas da ONU (CEPT, 2022). A WTSA-24 reuniu mais de 3.700 participantes representando 160 Estados-Membros, incluindo participantes da WTSA, com crachás para conferências associadas à ITU e ao India Mobile Congress (ITU, s.d.d). Embora ambas as assembleias tenham abordado uma ampla gama de tópicos, a WTSA-24 deu maior ênfase a tecnologias emergentes como IA, Internet das Coisas (IoT) e segurança cibernética.

Em termos de resoluções, tanto a WTSA-20 quanto a WTSA-24 produziram uma série de resultados visando orientar o futuro trabalho de normalização. No entanto, a WTSA-24 deu maior ênfase em iniciativas colaborativas e parcerias, com questões prioritárias incluindo IA, metaverso, comunicações de emergência e transformação digital sustentável (ITU, s.d.e). A ITU também relatou (relatório) um envolvimento crescente dos países em desenvolvimento no processo de normalização (ITU, s.d.c).

Embora haja um alto nível de exigência para que as OSC se comprometam com a WTSA, a Artigo 19 trabalha em questões prioritárias na normalização (ITU, 2024).

WRC

As reuniões da WRC são realizadas a cada três ou quatro anos para revisar e, se necessário, alterar o Regulamento das Radiocomunicações, o tratado internacional de governança do uso do espectro de radiofrequências e das órbitas de satélites geoestacionários e não geoestacionários (ITU, 2023). Notavelmente, essas decisões são executadas em nível nacional e internacional. A última conferência foi realizada em 2023 e seus Atos Finais estão disponíveis (ITU, 2023). Em teoria, as organizações da sociedade civil podem defender políticas que priorizem o interesse público, como acesso às tecnologias de comunicação, alocação de espectro para rádios comunitárias e proteção dos direitos de grupos marginalizados. A pesquisa, a participação em eventos paralelos e a colaboração com delegações nacionais também oferecem algumas oportunidades para contribuições. As organizações da sociedade civil podem ter um interesse particular em questões emergentes relacionadas.

Embora o envolvimento das organizações da sociedade civil possa ajudar a promover uma abordagem mais inclusiva e equitativa ao uso de radiofrequências e tecnologias de comunicação, na prática, a pesquisa de mapeamento não encontrou evidências desse tipo de engajamento.

2.4 O IGF

O IGF é um fórum anual que promove o diálogo entre as várias partes interessadas sobre questões de governança da Internet. O seu quadro lógico foi estabelecido pela Agenda de Túnis durante a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS) em 2005 e foi prorrogado por mais 10 anos pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015 (ITU, 2005a). À medida que a revisão da WSIS+20 se aproxima de 2025, há uma atenção renovada sobre o futuro do IGF e seu papel no panorama mais amplo da cooperação digital.

O IGF não é um órgão decisório, mas sim um fórum multistakeholder que reúne representantes de governos, indústria, sociedade civil, academia e comunidade técnica para discutir em pé de igualdade várias questões relacionadas à governança da internet (Canales Paz, 2024). Este é um espaço seguro para as organizações da sociedade civil e, ao longo dos anos, a participação das organizações da sociedade civil aumentou rapidamente. O quadro lógico do IGF é oferecer uma plataforma multissetorial para discutir questões políticas relacionadas à governança da internet: trocar boas práticas, aprimorar os esforços de fortalecimento de capacidades e melhorar o acesso à internet nos países em desenvolvimento (Estier, 2024).

O IGF baseia-se num conjunto de princípios fundamentais (ITU, 2005b):

- **Abertura:** O IGF mantém um fórum aberto onde todas as partes interessadas, independentemente de sua origem, podem participar de discussões e contribuir com suas perspectivas. Essa inclusão incentiva pontos de vista diversos nos debates sobre governança da internet.
- **Inclusão:** O IGF se esforça para incluir todas as partes interessadas, abrangendo governos, sociedade civil, setor privado, comunidade técnica, organizações internacionais e academia. Essa abordagem multistakeholder garante a representação e a consideração de todas as perspectivas.
- **Abordagem de baixo para cima:** O IGF opera com uma abordagem de baixo para cima, em que a agenda e as discussões são orientadas pelos interesses e preocupações das próprias partes interessadas. Isso garante que o IGF permaneça relevante e responsivo às necessidades em evolução da comunidade da internet.
- **Não orientado para resultados:** O IGF não é um órgão de tomada de decisão. Sua função principal é ser facilitador do diálogo e da troca de informações. Isso permite discussões abertas e francas, sem o pressionar ou exercer pressão sobre a busca por um consenso ou a produção de resultados negociados.
- **Multiparticipação:** O IGF é construído com base no princípio da multiparticipação, reconhecendo que a governança eficaz da Internet requer a colaboração de todas as partes interessadas. Essa abordagem garante que todas as vozes sejam ouvidas e que as decisões sejam tomadas por meio de um processo colaborativo.

2.4.1 A estrutura do IGF

O IGF opera por meio de vários componentes-chave (IGF, s.d.a):

- **Reunião anual do IGF:** Este evento global anual é o ponto central do IGF, ocorrendo em um país anfitrião diferente a cada ano. Apresenta uma variedade de formatos, incluindo

workshops, painel de discussão, fóruns abertos e oportunidades de networking, facilitando a troca de ideias e boas práticas sobre governança da Internet.

- **NRIs (Iniciativas Nacionais e Regionais):** Estas reuniões independentes são organizadas a nível nacional e regional, refletindo o modelo multilateral do IGF global. Proporcionam uma plataforma para abordar questões de governança da Internet específicas dos contextos locais e regionais.
- **Fóruns de Boas Práticas (BPFs):** Estes fóruns aprofundam temas específicos da governança da Internet, tais como cibersegurança, acesso e proteção das crianças online. Geram recomendações políticas e relatórios que contribuem para o desenvolvimento das melhores práticas nestas áreas.
- **Coalizões Dinâmicas:** Estes grupos específicos são formados por partes interessadas que partilham um interesse comum em abordar desafios específicos da governança da Internet.
- **Grupo Consultivo Multistakeholder (MAG):** Este comitê desempenha um papel crucial no aconselhamento sobre o programa e os temas da reunião anual do IGF. Seus membros representam uma gama diversificada de partes interessadas, incluindo governos, sociedade civil, setor privado, comunidade técnica e organizações internacionais, garantindo uma perspectiva multissetorial na formatação da agenda do IGF.

2.4.2 Mecanismos de envolvimento das OSC no IGF

O IGF tem oferecido às organizações da sociedade civil um espaço seguro para se envolverem e fazerem contribuições para as questões de governança da internet. De acordo com Komaitis (2024), “o IGF é um dos eventos relacionados à internet mais aguardados pela comunidade da internet; é uma oportunidade para as pessoas se reunirem e discutirem questões políticas e tecnológicas fundamentais que formatam nosso futuro digital. Nos últimos 18 anos, o IGF tem sido um dos eventos mais constantes e previsíveis no calendário da governança da Internet”. A reunião anual do IGF serve como uma plataforma central para o diálogo e a colaboração, reunindo diversas partes interessadas para discutir. Os NRIs permitem que as organizações da sociedade civil participem de discussões que têm impacto local. Como os NRIs são normalmente vistos como um processo preparatório para o IGF global, os especialistas ativos no IGF entrevistados para este estudo acreditam que a abordagem de centrar-se nos NRIs como base é estratégica para sintetizar e harmonizar as questões dos níveis locais.

O IGF global oferece vias como os BPFs, que proporcionam um ambiente estruturado para discussões aprofundadas sobre temas específicos, permitindo às organizações da sociedade civil partilhar conhecimentos especializados e contribuir para o desenvolvimento das boas práticas. Além disso, as coalizões dinâmicas oferecem um mecanismo flexível para as organizações da sociedade civil colaborarem em grupos temáticos ao longo do ano, garantindo um envolvimento e uma ação sustentados em desafios específicos da governança da Internet (IGF, n.d.a). A Figura 6 mostra os mecanismos e modalidades de envolvimento das OSC no IGF.

Figura 6: Mecanismos e modalidades de envolvimento das OSC no IGF



Tanto os principais especialistas quanto os resultados da pesquisa de base revelam que, para muitas organizações da sociedade civil, os custos associados à participação no IGF, incluindo despesas de viagem e acomodação, são muitas vezes proibitivos, especialmente quando um IGF é organizado em um país do Norte Global. As restrições de visto representam outro grande desafio para as organizações da sociedade civil do Sul Global. O processo de obtenção de um visto para viajar ao país anfitrião do IGF pode ser complexo, demorado e caro, muitas vezes exigindo extensa documentação e procedimentos burocráticos. Em alguns casos, apesar de seus melhores esforços, os representantes das OSC podem ter seus vistos negados, impedindo-os de participar do IGF e fazer suas contribuições para as discussões. Um especialista importante observou que “o custo de um voo e outras despesas relacionadas, além do tempo necessário para o processo de visto para participar de uma reunião do IGF na Europa ou em algum lugar do Norte Global, é inacessível para a OSC média do Sul Global.

Essas restrições podem impedir as organizações da sociedade civil, especialmente do Sul Global, de participar do IGF, prejudicando sua capacidade de se envolver ativamente nas discussões. Embora não reproduzam totalmente a experiência presencial, as opções de participação online reduzem as barreiras e, portanto, devem ser mais apoiadas.

2.4.3 O processo WSIS+20

O processo WSIS+20 marca a segunda revisão dos resultados da WSIS, que ocorreu em duas fases – Genebra em 2003 (fase de Genebra) e Túnis em 2005 (fase de Túnis). A última fase resultou na criação do IGF. Para as organizações da sociedade civil, o WSIS+20 apresenta desafios críticos e oportunidades emergentes.

A WSIS+20 está se desenrolando em um cenário cada vez mais complexo e contestado. Os governos estão demonstrando maior interesse em controlar os aspectos técnicos, administrativos

e de uso da internet (Haggart et al, 2021). Canales (2024) destaca as tentativas de alguns Estados de usar fóruns como a ITU-T para promover padrões desenvolvidos nacionalmente, o que pode prejudicar o atual modelo multissetorial e a interoperabilidade internacional dos padrões. De acordo com McDonald e Kaspar (2025), há várias questões em torno das modalidades da WSIS+20 que desafiam as organizações da sociedade civil. Em primeiro lugar, os atrasos no processo, “resultantes da necessidade de alinhar o processo com outros processos da ONU, nomeadamente o GDC e sua implementação”, correm o risco de limitar a capacidade das OSC de planejar efetivamente seu envolvimento e alocar recursos. Em segundo lugar, o panorama institucional cada vez mais fragmentado da ONU levou à sobreposição de mandatos sobre questões técnicas entre os órgãos e agências da ONU. Embora a ITU seja a agência principal designada para coorganizar o evento de alto nível da WSIS+20, é necessária mais clareza sobre como as outras agências irão coordenar os seus papéis.

Em geral, a WSIS+20 representa um momento crucial e desencadeia uma necessidade urgente de modalidades transparentes e mecanismos inclusivos.

2.5 Conclusão

Esta seção mapeou os principais fóruns de governança da Internet e explorou mecanismos para a participação das organizações da sociedade civil na ICANN, na IETF, na ITU e no IGF. Cada órgão oferece oportunidades distintas de envolvimento, mas também desafia as organizações da sociedade civil do Sul Global.

Na gestão do sistema de nomes e endereçamento da internet, a ICANN utiliza um modelo multissetorial com pontos de entrada como o NCSG e o ALAC. No entanto, sua complexidade exige recursos e conhecimentos significativos, o que desafia as organizações da sociedade civil no cumprimento dos requisitos administrativos e técnicos. Essa complexidade pode ser interpretada como uma forma de “gatekeeping técnico”, em que a própria estrutura de participação favorece aqueles que já dispõem de recursos e conhecimentos, marginalizando efetivamente as vozes menos privilegiadas.

Por outro lado, a IETF, que desenvolve padrões para a internet, opera por meio de grupos de trabalho abertos e consenso aproximado (Russell, 2006). As organizações da sociedade civil podem contribuir com conhecimento técnico e enviar RFCs ou fornecer informações sobre direitos humanos e impactos sociais. A experiência técnica é fundamental, mas as organizações da sociedade civil também acrescentam perspectivas não técnicas valiosas. A ênfase da IETF na experiência técnica revela um potencial para o “viés de experiência”, em que perspectivas não técnicas, mas igualmente cruciais, sobre as implicações sociais e de direitos humanos podem ser subvalorizadas. O fato de as discussões serem realizadas principalmente em inglês e as reuniões presenciais ocorrerem frequentemente no Norte Global representa um desafio ainda maior para a participação das organizações da sociedade civil do Sul Global.

A ITU, uma agência da ONU que coordena as telecomunicações globais, é dirigida pelos Estados-membros, exigindo que as organizações da sociedade civil se envolvam por meio de delegações nacionais. O status de membro associado ou setorial pode melhorar o acesso, mas as organizações da sociedade civil enfrentam obstáculos como taxas de inscrição e barreiras logísticas. A abordagem centrada no Estado da ITU ressalta o domínio persistente dos governos nacionais na governança global.

O IGF, como fórum multissetorial, oferece participação aberta por meio de reuniões anuais, NRIs, BPFs e DCs. No entanto, as restrições financeiras e logísticas para reuniões presenciais dificultam a participação das OSCs, especialmente do Sul Global. O processo de revisão da WSIS+20, um momento crucial para a governança da internet, requer uma navegação estratégica pelas estruturas da ONU. Isso destaca o desafio de integrar a governança da internet em estruturas mais amplas da ONU, onde as complexidades burocráticas podem impedir ainda mais o envolvimento efetivo das OSCs.

O envolvimento eficaz das OSC requer a compreensão das estruturas de cada órgão e o enfrentamento de barreiras como lacunas de recursos e limitações de capacidade. Essa compreensão deve ir além do mero conhecimento procedural e incluir uma análise crítica das dinâmicas de poder em jogo. A colaboração estratégica e o desenvolvimento de capacidades são essenciais para garantir uma governança da internet inclusiva e representativa que sirva ao interesse público. No entanto, os esforços de desenvolvimento de capacidades devem ser baseados em princípios de equidade e empoderamento, em vez de simplesmente replicar as estruturas de poder existentes. A verdadeira inclusão requer uma mudança no sentido de reconhecer e valorizar diversas formas de conhecimento e experiência, e garantir que as vozes das comunidades marginalizadas não sejam apenas ouvidas, mas também integradas de forma significativa no processo de tomada de decisão.

Seção 3. Lacunas e barreiras ao envolvimento no processo de governança da Internet

Esta seção discute os desafios enfrentados pelas organizações da sociedade civil no se comprometerem com os processos de governança da Internet. A seção consolida os resultados das principais entrevistas com especialistas e da pesquisa de base, bem como da revisão da literatura realizada para este estudo, destacando as barreiras recorrentes enfrentadas pelas organizações da sociedade civil em vários processos de governança da Internet.

O padrão mais significativo identificado é a participação limitada ou ausente das OSC nas principais discussões e nos processos de governança da Internet em diferentes fóruns. O estudo atribui essa falta de envolvimento a vários fatores, incluindo restrições financeiras, jargão técnico e desafios de comunicação, procedimentos complexos e burocracia. O estudo também documenta aspectos de diversidade e inclusão insuficientes e a existência de silos. As disparidades na influência nos principais processos de governança da Internet são outra questão recorrente que decorre de obstáculos políticos e regulatórios, da exclusão digital e do desalinhamento das prioridades organizacionais, conforme evidenciado nas entrevistas e respostas à pesquisa.

3.1 Participação limitada ou ausência das discussões sobre governança da Internet

Os principais especialistas entrevistados revelam um padrão recorrente de participação limitada ou inexistente das OSC em discussões e processos importantes sobre governança da Internet em todos os fóruns relevantes. Essa falta de envolvimento decorre de vários fatores, incluindo restrições de recursos, a natureza dos espaços onde essas discussões ocorrem e a diversidade do panorama das OSC. As consequências dessa sub-representação são significativas. De acordo com os entrevistados, sem uma participação significativa das OSC, as políticas resultantes podem não atender às necessidades de todas as partes interessadas, exacerbando a exclusão digital e impedindo o potencial da Internet de impulsionar o progresso social e econômico no Sul Global. Esta seção investiga as razões multifacetadas por trás desse desafio persistente, explorando as barreiras específicas que limitam o envolvimento das OSC no processo de governança da Internet.

3.1.1 Restrições financeiras

As organizações da sociedade civil enfrentam barreiras significativas para o envolvimento eficaz em fóruns de governança da internet, com restrições financeiras emergindo como o desafio mais prevalente citado pelos principais especialistas. Muitas organizações, especialmente as menores, lutam para cobrir os custos de viagem e as taxas de participação em eventos internacionais. Este obstáculo financeiro afeta de forma desproporcional as organizações da sociedade civil do Sul Global, limitando a sua representação e voz nas discussões globais sobre a governança da Internet. Embora alguns processos envolvam uma grande parte do trabalho a ser realizado online – como listas de correio –, um especialista importante observou que, quando se trata de participação presencial, “o custo de um voo para uma reunião da ICANN na América do Norte ou na Europa é inacessível para a OSC média do Sul Global”.

A pesquisa de base registra as limitações financeiras como o obstáculo mais comum ao envolvimento das organizações da sociedade civil em fóruns de governança da internet, o que vai

além das questões de participação presencial. Um especialista importante explicou, por exemplo, como a falta de fontes de financiamento limita a capacidade das organizações da sociedade civil de desenvolver conhecimentos técnicos para fazer contribuições significativas para discussões complexas sobre governança da internet.

Embora os recursos financeiros sejam frequentemente citados como um dos principais obstáculos à participação das OSC nos fóruns de governança da Internet, a realidade é mais complexa.

3.1.2 Jargão técnico e comunicação

Outra barreira significativa para o envolvimento das organizações da sociedade civil na governança da Internet é a falta de conhecimento técnico sobre questões complexas e em evolução. As questões de governança da Internet podem ser complexas e evoluir rapidamente, o que muitas vezes requer conhecimentos especializados que muitas organizações, especialmente grupos de base, podem não possuir. Especialistas importantes entrevistados revelam que espaços como o IETF, por exemplo, são de natureza altamente técnica e difíceis de se aceder e compreender sem algum nível de conhecimento técnico. Seus procedimentos e regras também são únicos, decorrentes das primeiras comunidades tecnológicas. Para se envolver, é preciso aprender essas regras e costumes, e a curva de aprendizagem geralmente é íngreme para participantes sem conhecimentos técnicos. A pesquisa de base revelou que muitas organizações da sociedade civil demonstram capacidade limitada para compreender questões técnicas emergentes que são atuais em alguns processos de governança da internet.

Um especialista importante apontou que *“a participação é difícil para a sociedade civil por inúmeras razões, começando pelo conhecimento, capacidade, compreensão, recursos, tempo, conexões e assim por diante. Se partirmos do básico, compreender as modalidades das regras de participação é até mesmo o primeiro obstáculo para algumas organizações da sociedade civil”*. Isso destaca a necessidade de capacitação e apoio meta para permitir que as OSCs, especialmente as do Sul Global, naveguem pelos complexos processos de governança da internet e contribuam de forma significativa.

Essa consciência limitada se estende a fóruns e processos específicos de governança da internet, com muitas organizações relatando participação muito limitada em locais importantes como a ICANN, a IETF ou a ITU. A complexidade técnica de tecnologias emergentes como a IA representa um desafio significativo para as organizações da sociedade civil. Os participantes da pesquisa frequentemente citam a *“falta de conhecimento técnico”* como uma barreira significativa ao envolvimento. Essa lacuna de conhecimento dificulta a capacidade das organizações da sociedade civil de defender efetivamente questões de política técnica e contribuir de forma significativa para as discussões sobre tecnologias emergentes.

Essa lacuna pode ser ainda mais agravada por desafios de comunicação, sendo a barreira linguística o principal obstáculo. Os participantes observaram que o trabalho da IETF é feito quase exclusivamente em inglês, e conversas rápidas com jargões técnicos são comuns nas reuniões. A participação de pessoas que não falam inglês ou para quem o inglês é uma segunda língua é desafiador. Embora a interpretação simultânea certamente ajudasse durante as reuniões, as respostas da pesquisa revelam que essa barreira vai além da mera tradução; ela abrange a capacidade de compreender e se comprometermos com o jargão técnico e político complexo — muitas vezes envolvendo o uso significativo de siglas e abreviações — nas discussões sobre governança da internet.

O domínio do inglês em muitos processos internacionais de governança da Internet exclui perspectivas valiosas de regiões linguisticamente diversas. Essa lacuna linguística muitas vezes leva à sub-representação de perspectivas diversas nas discussões globais sobre governança da Internet. Também pode reforçar a percepção – particularmente em regiões como a África – de que essas conversas são irrelevantes ou inacessíveis. Como observa um importante especialista com experiência nos espaços da ICANN:

Ainda é necessário desenvolver capacidades para que haja uma participação total. A maioria das organizações da sociedade civil está dentro da região (África). Em parte, isso se deve à percepção de que as conversas que acontecem dentro da ICANN não afetam a África, especialmente se não se tem conhecimento do que a ICANN faz. Torna-se então difícil navegar e compreender essas conversas e dar sentido a elas.

3.1.3 Procedimentos e burocracia

Entrevistas com especialistas confirmaram que os processos multilaterais têm procedimentos complexos e burocracia, o que representa um obstáculo significativo para as organizações da sociedade civil. Os procedimentos e o processo da ITU dificultam a navegação e a participação eficaz das organizações da sociedade civil. Isso pode ser particularmente desafiador para organizações menores, com equipe e capacidade limitadas. Um especialista importante explicou que, por exemplo, o processo de envio de contribuições ou intervenções aos grupos de estudo da ITU pode ser complexo e demorado, exigindo o cumprimento de formatos específicos. Isso pode ser uma barreira para as organizações da sociedade civil menores, com capacidade administrativa limitada. Além disso, as organizações da sociedade civil sem contas de nível da ITU, por exemplo, não podem acessar documentos essenciais da ITU. Esses documentos, muitas vezes críticos para a promoção de políticas informadas e a implementação eficaz de projetos, estão bloqueados por um sistema baseado em níveis de membros. Isso cria condições desiguais, limitando a capacidade das organizações menores, com recursos restritos, de contribuir de forma significativa para o discurso global sobre TIC e servir eficazmente suas comunidades. Procedimentos complexos e burocracia também aumentam significativamente a carga financeira.

3.2 Diversidade e inclusão insuficientes

A crescente importância da diversidade digital tornou-se uma preocupação crítica nos últimos anos, especialmente com a constatação de que a inclusão não tem recebido atenção suficiente nos recentes desenvolvimentos globais. A diversidade, em seu sentido mais amplo, abrange diferenças culturais, linguísticas e socioeconômicas. A força da internet reside em seu papel como plataforma para uma multiplicidade de vozes e pontos de vista, cada um essencial para sua vitalidade (Ayub, 2024). A inclusão insuficiente na representação das partes interessadas é uma das questões recorrentes em relação ao envolvimento nos processos de governança da internet. O estudo revela diversidade limitada entre os participantes em termos de gênero, etnia e origem, especialmente nos órgãos normativos.

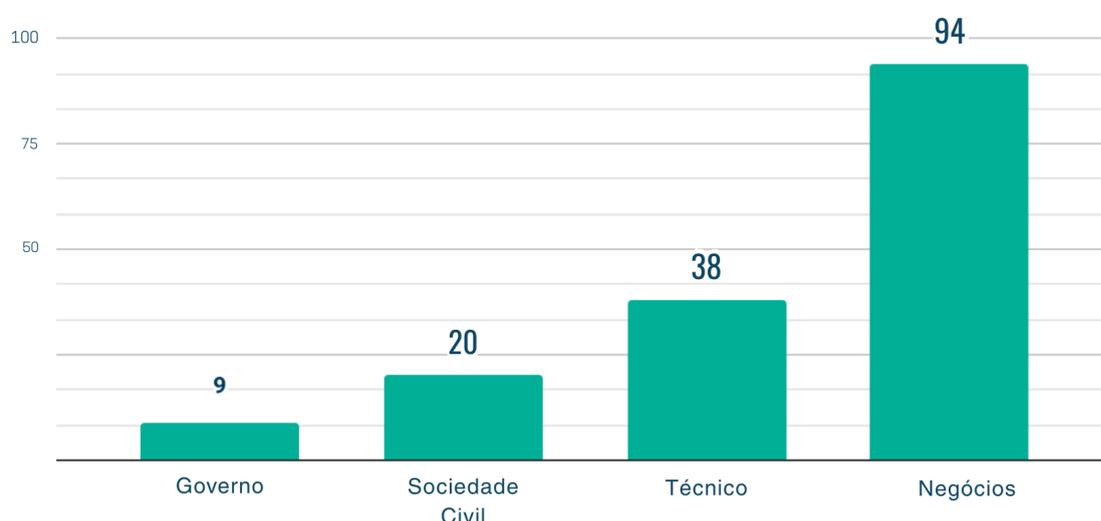
De acordo com Knodel e Salazar (2023), em espaços como a ICANN e a IETF, uma grande porcentagem dos participantes é da Europa Ocidental ou da América do Norte e trabalha principalmente para grandes empresas de tecnologia. O viés representacional sistêmico está incorporado em fóruns como a IETF, o que pode alienar os participantes que se identificam fora de sua monocultura branca, masculina e do Norte Global.

Essa falta de inclusão também se reflete nas decisões operacionais da IETF, como a organização de reuniões em países com histórico ruim em direitos LGBTQI+. De acordo com Cath (2021), a IETF

é “procedimentalmente aberta, mas na prática bastante espinhosa” e “uma organização que se orgulha de sua abrasividade”. Cath também argumenta que “as práticas informais dentro da IETF são excludentes porque são práticas masculinas”, tornando a IETF “pouco atraente para participantes que não se identificam como homens”.

Esta questão da inclusão insuficiente também está presente na ICANN, como evidenciado pela composição da estrutura de liderança da ICANN, por exemplo. A Figura 7 compara a representação das OSCs com outros grupos de partes interessadas nos diferentes grupos constituintes da liderança da ICANN. Em 2022, os participantes da sociedade civil ocupavam apenas 12% dos papéis de liderança na comunidade da ICANN. Também é importante observar que nem todos os papéis de liderança têm a mesma autoridade; alguns deles permitem apenas o status de observador e não concedem subvenção a voto.

Figura 7: Grupo de partes interessadas com papéis de liderança na ICANN em 2022



Fonte dos dados: Férdeline, 2022

De acordo com Férdeline (2022), o cenário apresenta uma questão histórica dentro das estruturas da ICANN, favorecendo principalmente a influência empresarial. Neste caso, os interesses comerciais constituem 58% dos papéis de liderança em todos os níveis. Embora esta situação possa levar tempo a resolver, ela sublinha a necessidade de a ICANN dar prioridade à representação diversificada.

A falta de diversidade nas estruturas da ICANN desafia o crescimento sustentável do número de membros e pode resultar em um declínio gradual da participação da comunidade ao longo do tempo. A ICANN, como comunidade, é predominantemente composta por membros de longa data, o que aponta para uma falta geral de perspectivas, experiências e ideias diversificadas. Outra perspectiva coletada de um especialista importante que participou da reunião da ICANN 81 é um indicador de que muitos recém-chegados se sentem desmotivados pela natureza técnica das discussões e não permanecem envolvidos na ICANN a longo prazo. Isso explica em parte por

que apenas membros de longa data permanecem engajados, resultando em uma sub-representação ainda maior de perspectivas mais novas.

Quando uma comunidade é dominada por indivíduos com origens semelhantes, podem surgir preconceitos e pontos cegos comuns, dificultando a identificação de problemas potenciais ou a consideração de soluções alternativas. Os membros de longa data podem ser resistentes a mudanças e novas ideias, dificultando a inovação e a adaptabilidade. Essa falta de perspectivas diversificadas leva a uma gama limitada de abordagens para a resolução de problemas, com potencial de ignorar aspectos críticos ou soluções inovadoras. Como a ICANN é dominada por interesses comerciais, por exemplo, as decisões podem favorecer os interesses comerciais em detrimento das comunidades menos representadas.

Conforme destacado por Férdeline (2022), a diversidade geográfica também se tornou uma preocupação. Geralmente, há uma representação excessiva do Norte Global, com potencial de afetar muitas decisões políticas sobre questões como nomes de domínio internacionalizados. A falta de inclusão também é uma grande preocupação na IETF, que é dominada pela comunidade de desenvolvedores (Cath, 2021). As organizações da sociedade civil, particularmente do Sul Global, estão fortemente sub-representadas no processo da IETF. A participação das organizações da sociedade civil na IETF continua relativamente limitada em comparação com os especialistas técnicos e representantes da indústria, com base nos dados dos relatórios da IETF de 2021, 2022 e 2023 (Tabela 5).

Tabela 5: Participação na IETF entre os respondentes por setor em 2021-2023

Categoria de participante da IETF	Representação estimada
Especialistas técnicos (engenheiros de rede, desenvolvedores de software, pesquisadores, etc.)	~60-70%
Representantes do setor (de empresas de tecnologia, provedores de serviços de Internet, fornecedores de equipamentos, etc.)	~20-30%
Representantes governamentais: (governos nacionais, agências reguladoras, etc.)	~5-10%
Organizações da sociedade civil (ONGs, grupos de advocacia / promoção, etc.)	~5-10%
Acadêmicos (pesquisadores, professores, estudantes, etc.)	~5-10%

A diversidade geográfica é outro fator que afeta a inclusão na IETF em um nível prático. Embora muitas discussões ocorram online (especialmente por meio de listas de discussão), as reuniões presenciais da IETF raramente acontecem no Sul Global; em vez disso, elas são predominantemente realizadas na América do Norte, Europa e partes da Ásia, em um sistema de rodízio. Isso representa um fardo significativo para os participantes do Sul Global, que precisam lidar com distâncias mais longas, passar por controles de fronteira complexos e arcar com custos mais altos de viagem e acomodação (Knodel e Salazar, 2023). Como resultado, as necessidades e perspectivas únicas dessas regiões são sub-representadas, levando a preconceitos potenciais e à omissão de questões críticas.

3.3 Existência de silos que prejudicam a eficácia coletiva

Outra questão que continua a prejudicar a eficácia coletiva dos esforços de colaboração entre múltiplas partes interessadas é a existência de silos. Esses silos são causados pela falta de envolvimento entre as comunidades. Isso muitas vezes leva a iniciativas fragmentadas e diminui a obtenção de resultados sustentáveis. O impacto desses silos é evidente em várias áreas. Em primeiro lugar, os processos de desenvolvimento de políticas, especialmente aqueles que ocorrem por meio de grupos de trabalho, muitas vezes ficam paralisados por posições arraigadas entre diferentes grupos de partes interessadas, levando a políticas que não refletem os interesses da maioria das partes interessadas.

Na verdade, especialistas importantes revelaram que, embora os grupos de trabalho comunitários tenham como objetivo promover a colaboração, eles inadvertidamente se tornam silos devido ao domínio, muitas vezes, das partes interessadas do setor empresarial e à falta de envolvimento entre as comunidades. Isso resulta em esforços duplicados e falta de coerência. Um exemplo que contesta esses desafios é o tema dos nomes de domínio internacionalizados para domínios de nível superior com código de país (IDN ccTLDs).³ Esta área tem sido afetada pela fragmentação e pela falta de coordenação entre os diferentes grupos de partes interessadas. Dentro da ICANN, o Grupo de Trabalho IDN e o Grupo de Trabalho IDN ccTLD Fast Track têm ambos mandatos relacionados com os IDN ccTLDs. No entanto, as suas abordagens e calendários divergem frequentemente, levando a confusão e ineficiências. As discussões dentro desses grupos são frequentemente dominadas por especialistas técnicos, negligenciando as implicações políticas mais amplas e as perspectivas da comunidade. Isso retardou a implementação dos ccTLDs IDN em muitos países e atrasou a disponibilidade de nomes de domínio em idiomas locais, dificultando a acessibilidade online e a inclusão digital. De acordo com um recente Relatório Mundial sobre IDN (2023), um número significativo de registros de ccTLD oferece registros IDN, mas o número real de registros IDN permanece relativamente baixo em comparação com o mercado global de domínios. Os domínios IDN representam atualmente menos de 1% dos 360 milhões de domínios estimados em todo o mundo. Essa disparidade pode muito provavelmente ser atribuída ao desenvolvimento histórico da Internet, que é predominantemente em alfabeto latino.

Os silos geográficos ou regionais também são uma preocupação. Por exemplo, as organizações da sociedade civil de regiões em desenvolvimento, como a África, enfrentam barreiras à participação devido a restrições financeiras e uma falta geral de conscientização. As regiões têm prioridades e preocupações distintas em relação à governança da Internet e, no entanto, não é dada atenção suficiente às prioridades distintas em nível sub-regional ou mesmo local. Uma recomendação importante é que as prioridades não sejam generalizadas, mas abordadas em um nível mais granular. A incapacidade de conciliar efetivamente essas perspectivas impede o progresso em questões globais.

3.4 Disparidade de influência

O estudo identificou preocupações com a influência das grandes empresas de tecnologia em órgãos de padronização da Internet, como a IETF e a ICANN. As grandes empresas de tecnologia, com seus recursos financeiros significativos e interesses no cenário da Internet, têm o potencial de exercer influência significativa sobre as decisões.

³ Para fins ilustrativos, os ccTLDs IDN permitem que países e territórios utilizem seus idiomas e alfabetos nativos em seus endereços de internet. Isso promove a diversidade linguística e a inclusão online, permitindo que os usuários registrem e acessem nomes de domínio em seus idiomas locais. Por exemplo, o Egito pode utilizar “مصر” em vez de “eg”, melhorando a acessibilidade para falantes de árabe. Os ccTLDs IDN criam um ambiente de Internet mais fácil de usar e permitem que os indivíduos comprometam-se com recursos online nos seus idiomas preferidos.

Também há preocupações de que as grandes empresas de tecnologia tenham uma representação desproporcional em comitês ou grupos consultivos importantes, o que lhes dá mais influência sobre a formulação de políticas. Algumas decisões foram percebidas como criando condições desiguais para as empresas menores e, mais importante para este estudo, condições desiguais em que as vozes e os interesses das organizações da sociedade civil são ofuscados pelos das grandes empresas de tecnologia. Isso pode levar a políticas e normas que priorizam os interesses comerciais em detrimento do bem público.

3.4.2 Percepção do governo sobre as organizações da sociedade civil como concorrentes

A estrutura centrada no Estado da ITU impõe barreiras ao envolvimento direto das organizações da sociedade civil. Os governos muitas vezes dominam esses espaços, considerando-os seu domínio exclusivo e, às vezes, percebendo as organizações da sociedade civil como concorrentes, em vez de parceiros. A participação das organizações da sociedade civil é frequentemente limitada, mesmo dentro das delegações nacionais. Esse desequilíbrio na representação desafia as organizações da sociedade civil para fazerem suas vozes serem ouvidas. Mesmo quando as organizações da sociedade civil podem participar, elas enfrentam obstáculos significativos para acessar discussões importantes e influenciar nos resultados. Como apontou um importante especialista, “A delegação dos EUA para a ITU-T é composta por cerca de 250 pessoas. É enorme, e dois terços deles são grandes empresas de tecnologia. Ou talvez não sejam grandes, mas são empresas de tecnologia. E há duas ou três pessoas da sociedade civil neste grupo”. A influência das organizações da sociedade civil é, portanto, limitada, o que sugere uma convocatória para um esforço e uma ação coordenados e robustos por parte das organizações da sociedade civil.

3.4.3 Obstáculos políticos e regulatórios

Os principais especialistas entrevistados revelaram que leis restritivas e acesso limitado aos decisores em alguns países criam obstáculos substanciais ao envolvimento das OSCs. A experiência mostra que, em algumas regiões e países, as vozes das organizações da sociedade civil são frequentemente suprimidas e os ambientes regulatórios restritivos representam desafios. Esses desafios são particularmente agudos em regiões onde o espaço cívico está se reduzindo, tornando difícil para as organizações defenderem efetivamente as questões de governança da internet sem correr o risco de reações adversas do governo. Um entrevistado de um país africano observou que as organizações da sociedade civil enfrentam obstáculos na proteção de dados e na liberdade de expressão, tanto online quanto offline. Essas restrições podem limitar significativamente sua capacidade de se envolver plenamente no processo de governança da internet.

3.4.4 Divisão digital

Os resultados da pesquisa revelam a realidade da exclusão digital, especialmente em regiões em desenvolvimento. Essa lacuna se manifesta de várias formas, criando barreiras significativas à participação equitativa no mundo digital. A persistente exclusão digital continua a ser um impedimento substancial, especialmente para organizações na África e em partes da Ásia. A lacuna digital é ainda mais exacerbada pela infraestrutura inadequada. Muitos países do Sul Global carecem da infraestrutura tecnológica necessária para apoiar um envolvimento digital robusto. Isso inclui conectividade estável à Internet, acesso a dispositivos e fornecimento contínuo de energia. Em algumas áreas, frequentes quedas de energia agravam o desafio de manter uma presença online consistente. Essa lacuna de infraestrutura limita a capacidade das organizações da sociedade civil de participar de fóruns online e dificulta sua capacidade de

realizar pesquisas, colaborar com pares e manter-se informadas sobre questões de governança da Internet em rápida evolução.

3.4.5 Desalinhamento entre a governança da Internet e as prioridades organizacionais

Especialistas importantes revelaram que outro obstáculo que limita o envolvimento nos espaços de governança da internet é que muitas organizações da sociedade civil enfrentam desafios para alinhar as discussões sobre governança da internet com suas principais áreas de atuação, o que muitas vezes limita sua motivação para participar ativamente desses fóruns. Esse desalinhamento geralmente surge da percepção de falta de relevância ou impacto imediato nas questões centrais que elas abordam, especialmente aquelas que afetam seus principais constituintes.

Por exemplo, organizações que trabalham com desafios urgentes locais ou específicos da comunidade, como violência eleitoral, podem ver a governança da Internet como uma preocupação distante. Como resultado, elas podem deixar de priorizar o envolvimento nessas discussões, optando por alocar seus recursos e atenção limitados para atividades mais urgentes e essenciais à sua missão. Essa desconexão não apenas dificulta a capacidade das organizações da sociedade civil de contribuir de forma significativa para os debates sobre governança da Internet, mas também exacerba a falta de representatividade diversificada nesses fóruns.

3.5 Conclusão

Esta seção destacou os principais desafios que as organizações da sociedade civil enfrentam ao se comprometerem com o processo de governança da internet. Uma questão recorrente é a participação limitada ou ausente das organizações da sociedade civil em discussões críticas sobre governança da internet, impulsionada por restrições financeiras, complexidade técnica, obstáculos burocráticos e jargão especializado excessivamente utilizado. Essas barreiras afetam desproporcionalmente as organizações da sociedade civil do Sul Global, com as barreiras linguísticas e o domínio do inglês excluindo ainda mais perspectivas diversas. A diversidade e a inclusão continuam sendo preocupações significativas, uma vez que os fóruns de governança da Internet muitas vezes carecem de representatividade em termos de gênero, etnia e origem geográfica. Essa sub-representação, particularmente em organizações como a ICANN e a IETF, pode levar a decisões tendenciosas e à marginalização das vozes de grupos sub-representados e do Sul Global. O domínio de especialistas técnicos e interesses corporativos distorce ainda mais as agendas, prejudicando a representatividade equitativa. A fragmentação e as abordagens isoladas dificultam a colaboração, como se pode ver nos desafios relacionados aos ccTLDs IDN, onde esforços desarticulados retardaram o progresso.

Os desequilíbrios de poder também persistem, com grandes empresas de tecnologia e governos exercendo forte influência, muitas vezes marginalizando as organizações da sociedade civil e as partes interessadas menores. Barreiras políticas e a exclusão digital limitam ainda mais o envolvimento das organizações da sociedade civil, especialmente em regiões em desenvolvimento. Além disso, algumas organizações da sociedade civil deixam de priorizar o envolvimento na governança da internet devido a prioridades organizacionais urgentes, reduzindo a diversidade da representação. Para enfrentar esses desafios, é necessária uma ação coletiva para aumentar a transparência, melhorar o acesso aos recursos, promover o fortalecimento de capacidades e garantir que vozes diversas sejam incluídas na formatação do futuro da internet.

Seção 4. Oportunidades para a participação das OSC no processo de governança da Internet

Esta seção explora oportunidades para as organizações da sociedade civil se comprometerem com os principais processos de governança da Internet, centrando-se no IGF, ICANN, IETF e ITU. Com base em insights de especialistas importantes e nos resultados da pesquisa de base, ela fornece pontos de entrada práticos para organizações da sociedade civil novas nesses espaços e maneiras pelas quais as organizações da sociedade civil podem fortalecer sua participação. Os resultados destacam estratégias inovadoras para ganhar relevância, criar impulso e garantir e manter um lugar no processo de tomada de decisão, conforme compartilhado pelos entrevistados. O objetivo final é capacitar as organizações da sociedade civil para que façam contribuições importantes para o crescimento e a sustentabilidade de uma internet globalmente conectada, aberta e acessível a todos, com base nas experiências e nas recomendações daqueles que estão ativamente envolvidos nesses esforços.

4.1 Oportunidades para o envolvimento das OSCs no processo da IETF e no processo da IRTF

A IETF desempenha um papel crucial em formatar a internet. Para as organizações da sociedade civil, compreender e se comprometer com a IETF é vital. A IETF opera por meio de vários WGs, cada um centrado-se em uma área específica da tecnologia da internet. Além disso, a IRTF se aprofunda nos desafios de longo prazo da internet. Isso inclui explorar tecnologias emergentes e seu impacto potencial na sociedade. Como observou um especialista importante, os grupos de pesquisa da IRTF, como o Crypto Forum Research Group (CFRG) e o Human Rights Protocol Considerations Research Group (HRPC), são particularmente relevantes para as OSCs. Esses grupos abordam questões como o desenvolvimento de ferramentas de criptografia robustas e a integração de considerações de direitos humanos nos protocolos da internet.

Knodel e Salazar (2023) argumentam que as pessoas que contribuem para a IETF e a IRTF são motivadas principalmente por objetivos específicos ou resultados desejados; elas têm uma agenda própria. Isso significa que sua participação pode não ser simplesmente para contribuir para o bem comum da internet, mas muitas vezes é influenciada por uma meta específica que desejam alcançar. Os grupos de pesquisa ativos da IRTF⁴ são um bom ponto de partida para as organizações da sociedade civil interessadas em compreender e se envolver ativamente no processo da IETF. Embora as organizações da sociedade civil sejam frequentemente associadas a questões de direitos humanos, o seu âmbito de trabalho vai muito além desse domínio. Muitas organizações da sociedade civil abordam ativamente a tecnologia, o desenvolvimento econômico e os quadros regulamentares, entre outras áreas críticas relacionadas com a governança da Internet. Os dados recolhidos através de entrevistas importantes sublinham que as organizações da sociedade civil desempenham um papel vital na identificação e priorização das questões mais relevantes para os seus constituintes, regiões e esferas de influência. Esta experiência localizada permite-lhes fornecer perspectivas únicas e populares, essenciais para enfrentar desafios complexos.

⁴ <https://datatracker.ietf.org/rg/>

No entanto, a inclusão das organizações da sociedade civil em grupos de trabalho ou iniciativas de pesquisa não deve ser motivada apenas pelo desejo de aumentar o número de participantes. A inclusão simbólica pode prejudicar a credibilidade tanto das organizações da sociedade civil quanto dos grupos dos quais fazem parte, especialmente quando sua expertise não está alinhada com os objetivos do grupo. Em vez disso, as organizações da sociedade civil devem ser incluídas de forma proposital, com base na relevância de sua expertise, nas necessidades específicas do grupo e em sua capacidade de fazer contribuições significativas para a discussão ou o processo de tomada de decisão. Além disso, como observou um especialista importante, a IRTF tem uma longa lista de grupos de pesquisa que não sobreviveram por muito tempo devido ao interesse limitado e à falta de participantes ativos, tornando importante que as organizações da sociedade civil se juntem a grupos de pesquisa que tenham afinidade com seus interesses e onde possam fazer contribuições ativamente.

As organizações da sociedade civil são particularmente valiosas em contextos onde são necessárias perspectivas de base, envolvimento da comunidade ou conhecimento especializado. Além disso, é preciso ter cuidado para garantir que as organizações da sociedade civil incluídas sejam verdadeiramente representativas dos grupos que afirmam representar e que as dinâmicas de poder não marginalizem suas vozes na prática.

A lista não exaustiva de grupos de pesquisa e grupos de trabalho (Tabela 6) a seguir fornece alguns espaços importantes relevantes para as organizações da sociedade civil que podem servir como pontos de entrada para as organizações da sociedade civil devido a questões transversais.

Tabela 6: Grupos de trabalho e grupos de pesquisa da IETF e IRTF relevantes para as organizações da sociedade civil

IETF/IRTF	Nome do grupo	Descrição
IRTF	Considerações sobre direitos humanos e políticas (HRPC)	<p>O HRPC, liderado pelo Artigo 19, centra-se em determinar se as normas e os protocolos podem permitir, fortalecer ou ameaçar os direitos humanos, conforme definido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (UDHR) e no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (ICCPR), especificamente, mas não se limitando ao direito à liberdade de expressão e ao direito à liberdade de reunião. Os objetivos do grupo incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expor as relações entre os protocolos e os valores dos direitos humanos, centrando-se na estrutura dos direitos humanos, tais como as implicações políticas das escolhas tecnológicas e as implicações técnicas das escolhas políticas. • Sugerir linhas diretrizes para proteger a internet como um ambiente favorável aos direitos humanos e um bem público global no desenvolvimento de protocolos futuros. • Aumentar a conscientização tanto na comunidade de direitos humanos quanto na comunidade técnica sobre a importância do funcionamento técnico da internet e seu impacto sobre os direitos humanos e o interesse público. • Criar um espaço para discussões e análises sobre a relação entre o desenvolvimento de protocolos e suas implicações em direitos humanos e políticas, servindo, entre outros mecanismos, como uma ponte entre as comunidades de direitos humanos e de desenvolvimento de protocolos.

IRTF	Grupo de Pesquisa sobre Melhorias e Avaliações de Privacidade (PEARG)	O PEARG é um fórum geral para discutir e revisar tecnologias de aprimoramento da privacidade para protocolos de rede e sistemas distribuídos em geral, e para a IETF em particular. Ele acompanha o trabalho da IETF sobre violações da privacidade social, comunitária e individual, bem como documentos específicos de protocolos, como privacidade de DNS na RFC 7626 e monitoramento generalizado (RFC 7258). Semelhante ao HRP, a constituição do PEARG é uma prova de que as questões de privacidade são fundamentais para a participação da Internet na concepção do protocolo IETF 13 e devem ser estudadas a longo prazo para influenciar o desenvolvimento do protocolo.
IETF	Operações do Sistema de Nomes de Domínio (DNSOP)	O DNSOP desenvolve informações técnicas e orientações para a operação de software e serviços DNS e para a administração de zonas DNS. A privacidade do DNS é uma área de foco significativa para a comunidade técnica e tem um impacto direto na privacidade do usuário, na liberdade de expressão e no acesso à informação. A padronização de protocolos DNS criptografados, como DNS sobre HTTPs ou DNS sobre TLS, protege a privacidade e o anonimato do usuário e marca uma mudança bem-vinda e mais ampla em direção a uma infraestrutura de internet que respeita mais os direitos.
IETF	Segurança da Camada de Mensagens (MLS)	A MLS está pesquisando um protocolo padrão de segurança de mensagens para comunicação entre pessoas com propriedades de segurança e implantação, para que os aplicativos possam compartilhar código e para que haja validação compartilhada de um único protocolo de comunicação criptografado de ponta a ponta. Isso é bastante relevante para o trabalho das CSO na democracia digital.
IRTF	Acesso Global à Internet para Todos (GAIA)	A GAIA aborda o problema de longo prazo da internet, que é a exclusão digital, à medida que o acesso à internet se torna onipresente. Por meio de implementadores de redes comunitárias, a GAIA dá visibilidade e acompanha alguns dos aspectos mais inovadores e que desafiam as barreiras ambientais, políticas e socioeconômicas à implementação de protocolos de internet.
IRTF	Grupo de pesquisa Thing-to-Thing	O grupo de pesquisa Thing-to-Thing centra-se em proteger dispositivos da Internet das Coisas (IoT) contra ataques. Este grupo pesquisa implantações de IoT e deve garantir que elas não sejam usadas para ataques de negação de serviço distribuída (DDoS). Os ataques DDoS são normalmente realizados usando dispositivos comprometidos ou por meio de ataques de amplificação usando um endereço de origem falsificado. O grupo apresenta exemplos de diferentes ataques de amplificação teóricos usando o Protocolo de Aplicação Restrita (CoAP). O objetivo é aumentar a conscientização e motivar recomendações genéricas e específicas de protocolo sobre o uso do CoAP.

Fontes de dados: IETF, s.d.a / IRTF, s.d.

4.1.1 Iniciativas que abordam os desafios de engajamento que desafiam a IETF

A IETF tem vários programas de integração. Conforme observado por Knodel e Salazar (2023), a Diretoria de Educação, Mentoria e Divulgação (EMODIR) desempenha um papel fundamental

nesse esforço. A EMODIR fornece recursos coordenados e oportunidades educacionais adaptadas a vários públicos, desde recém-chegados e participantes em geral até comunidades específicas e lideranças da IETF, incluindo presidentes de grupos de trabalho (IETF 2024). Os programas de mentoria também são gerenciados pela EMODIR para acelerar a integração de novos participantes em papéis produtivos dentro da IETF.

Além dessa iniciativa interna, existem programas externos da IETF destinados a ajudar os participantes a superar barreiras à participação. Esses programas têm o potencial de ajudar a preencher certas lacunas e auxiliar as organizações da sociedade civil a participar pessoalmente das reuniões da IETF para construir e expandir suas redes com partes interessadas com ideias semelhantes na sociedade civil, na academia e até mesmo na indústria:

1. Subvenções de viagem para diversidade da IRTF⁵, disponíveis por reunião da IETF
2. Fundo de assistência para viagens do Public Interest Technology Group (PITG)⁶
3. O Programa de Políticas da IETF⁷, apoiado pela Internet Society
4. A Bolsa Internet of Rights (IoR)⁸, apoiada pela ARTICLE 19

4.2 Oportunidades para o envolvimento das OSC na ICANN

Esta seção baseia-se em insights coletados de especialistas importantes para este estudo. As perspectivas fornecem contexto e informam a análise apresentada.

4.2.1 Desenvolvimento de políticas

Os principais especialistas entrevistados, familiarizados com os processos da ICANN, observaram que as organizações da sociedade civil podem aprofundar seu envolvimento nos processos de desenvolvimento de políticas da ICANN participando ativamente das SOs/ACs. Isso inclui ingressar no ALAC para representar usuários individuais da Internet e no GNSO e ccNSO para se comprometer com domínios de nível superior de código de país. Um entrevistado enfatizou que as organizações da sociedade civil podem construir coalizões de forma proativa com outras partes interessadas e monitorar a implementação de políticas para acompanhar seu impacto e identificar quaisquer consequências indesejadas.

4.2.2 Capacitação

O entrevistado destacou a necessidade de apoiar as organizações da sociedade civil em áreas-chave, incluindo a compreensão da estrutura e do processo complexos da ICANN e o desenvolvimento de conhecimentos especializados em análise, desenvolvimento e comunicação de políticas. O especialista sugere que essa lacuna de capacidade pode ser abordada por meio de iniciativas de capacitação direcionadas, como programas de treinamento, mentoria e aprendizagem entre pares, destacando a plataforma de e-learning da ICANN como um recurso valioso. O especialista também enfatizou a importância do compartilhamento de conhecimento entre organizações da sociedade civil experientes e mais novas, e o papel das iniciativas regionais e nacionais no empoderamento das comunidades locais para participar das discussões sobre governança da Internet e contribuir para o desenvolvimento de políticas globais. A ICANN também oferece oportunidades para novas organizações da sociedade civil se envolverem. As novas organizações da sociedade civil podem utilizar os diversos recursos

⁵ <https://www.irtf.org/travelgrants/>

⁶ <https://pitg.gitlab.io/financiar/>

⁷ <https://www.internetsociety.org/policy-programs/policymakers-program-to-ietf/>

⁸ <https://www.article19.org/wp-content/uploads/2024/02/Convocatória-de-Candidaturas-2024-IoR-Fellowship-2.pdf>

oferecidos pelos recursos para iniciantes da ICANN (ICANN, s.d.b). Especificamente, as organizações da sociedade civil podem aproveitar a plataforma ICANN Learn, que oferece cursos interativos sobre conceitos fundamentais da ICANN, desenvolvimento de políticas e conhecimentos essenciais sobre DNS. Além disso, a participação na série de webinars “ICANN para Iniciantes” oferece uma introdução estruturada ao papel e ao ecossistema da ICANN. Além disso, novas organizações da sociedade civil podem identificar proativamente comunidades relevantes da ICANN alinhadas com seus interesses políticos. É importante que as organizações da sociedade civil considerem se inscrever em programas como o “Programa de Bolsas” ou “NextGen@ICANN”, que oferecem valiosas oportunidades de mentoria e networking.

4.2.3 Centrar-se em Direitos humanos

Os principais especialistas entrevistados destacaram que as organizações da sociedade civil poderiam garantir que os direitos humanos fossem integrados em todos os processos e tomadas de decisão da ICANN. Por exemplo, um especialista sugeriu que as organizações da sociedade civil podem desenvolver avaliações de impacto sobre os direitos humanos para avaliar os efeitos potenciais das políticas da ICANN e propor salvaguardas para proteger esses direitos. Isso poderia ser complementado pelo monitoramento e documentação de violações online, o que algumas organizações da sociedade civil já estão fazendo.

4.2.4 Iniciativas da ICANN para melhorar a tomada de decisões colaborativa

O desenvolvimento da Comunidade Empoderada da ICANN é um dos principais resultados do Grupo de Trabalho Intercomunitário para Melhorar a Prestação de Contas da ICANN (CCWG-ACCT), um esforço destinado a melhorar a colaboração. A Comunidade Empoderada (EC) é o mecanismo através do qual as SOs e ACs da ICANN podem procurar fazer valer legalmente os poderes enumerados da comunidade. Como resultado da transição da IANA, os poderes da comunidade e as regras de governança da EC estão agora definidos nos Artigos de Incorporação e Estatutos da ICANN e incluem cinco grupos comunitários que partilham nove poderes enumerados (Drazek et al, 2022).

Os membros atuais da EC da ICANN são:

- ASO
- ccNSO
- GNSO
- ALAC
- GAC

De acordo com Drazek et al. (2022), o CE foi concebido para responsabilizar o conselho e a administração da ICANN, sem contradizer o exercício das responsabilidades fiduciárias do conselho, e para criar uma capacidade limitada e proporcional para garantir que o conselho cumpra as suas obrigações, e que o faça no interesse público, de acordo com os seus estatutos e em nome da sua comunidade global multistakeholder. Como tal, o papel do EC limita-se a fornecer freios e contrapesos como representante da comunidade ICANN em geral. Acredita-se que a existência do EC ajude a promover um envolvimento construtivo entre o conselho, a organização e a comunidade da ICANN.

4.3 Oportunidades para o envolvimento das OSC na ITU

4.3.1 Grupos de estudo e grupos focais

Os principais especialistas entrevistados com experiência no processo da ITU observaram que, supondo que as organizações da sociedade civil sejam capazes de cumprir outros critérios, como membros (consulte a Seção 2.3), uma oportunidade para elas participarem da ITU é ingressando e contribuindo para os Grupos de Estudo da ITU. Esses grupos de estudo servem como fóruns principais onde são formuladas normas técnicas e recomendações. As organizações da sociedade civil podem oferecer contribuições sobre questões como acessibilidade, acessibilidade financeira e o impacto social mais amplo da tecnologia. Em cada WTDC, WRC ou WTSA, os Estados-Membros definem questões-chave de estudo que orientam o trabalho dos grupos de trabalho durante um período de quatro anos. Estas questões abrangem uma variedade de tópicos, desde a implantação da banda larga e a cibersegurança até à saúde em linha e ao impacto ambiental. Os grupos de trabalho realizam reuniões regulares nas quais os membros contribuem com as suas contribuições especializadas, partilham estudos de caso e debatem soluções. Com base nos seus resultados, elaboram linhas diretrizes e recomendações que constituem recursos valiosos para os países e as organizações que implementam projetos e políticas em matéria de TIC.

Além dos grupos de estudo, os grupos focais da ITU complementam o programa de trabalho dos grupos de estudo, proporcionando um ambiente de trabalho alternativo para o rápido desenvolvimento de especificações nas áreas escolhidas. Os grupos focais são agora amplamente utilizados para responder às necessidades à medida que estas surgem e quando não são abrangidas por um grupo de estudo existente. A principal diferença entre os grupos de estudo e os grupos focais é que estes últimos gozam de maior autonomia na sua organização. Os grupos focais podem ser criados muito rapidamente, têm normalmente uma duração limitada e podem escolher os seus próprios métodos de trabalho, estrutura de liderança, financiamento e tipos de resultados. Isto pode constituir uma oportunidade para as organizações da sociedade civil que procuram sensibilizar para questões específicas.

Embora a ITU não acompanhe formalmente a participação das OSC, alguns grupos de estudo tendem a atrair mais envolvimento das OSC devido ao seu trabalho em questões sociais e em Direitos Humanos. Entre eles estão o Grupo de Estudo 9 da ITU-T (redes de TV e cabo de banda larga), o Grupo de Estudo 20 da ITU-T (Internet das coisas e cidades inteligentes), o Grupo de Estudo 1 da ITU-D (ambiente favorável+D73+E73 ao desenvolvimento das TIC) e os Grupos de Estudo 1 e 2 da ITU-D (aplicações das TIC e cibersegurança). Uma lista não exaustiva dos grupos de estudo da ITU-T que são particularmente relevantes para as organizações da sociedade civil encontra-se na Tabela 7.

Tabela 7: Grupos de estudo da ITU-T relevantes para as organizações da sociedade civil

Grupo de Estudos	Questões abordadas
ITU-T SG1	Normas de telecomunicações para cibersegurança, privacidade e confiabilidade: este grupo centra-se no desenvolvimento de normas internacionais, linhas diretrizes e boas práticas para melhorar a cibersegurança, proteger a privacidade e garantir a confiabilidade nas redes e serviços de telecomunicações. Isso inclui áreas como segurança de rede, proteção de dados, gerenciamento de identidade e resposta a incidentes de segurança.
ITU-T SG2	Aspectos operacionais do fornecimento de serviços, numeração, roteamento e redes: O SG2 lida com os aspectos operacionais das redes e serviços de telecomunicações, incluindo numeração, roteamento, gerenciamento de rede, qualidade de serviço e interoperabilidade. Eles trabalham em normas para a operação eficiente da rede, fornecimento de serviços e interconexão entre diferentes redes.
ITU-T SG3	Princípios de tarifação e contabilidade, incluindo questões econômicas e políticas relacionadas às telecomunicações: Este grupo centra-se nos aspectos econômicos e políticos das telecomunicações, incluindo tarifas, princípios contábeis, modelagem de custos e análise de mercado. Eles desenvolvem estruturas para preços justos, acordos de interconexão e desenvolvimento sustentável das telecomunicações.
ITU-T SG5	Meio ambiente, mudanças climáticas e economia circular: O SG5 aborda o impacto ambiental das telecomunicações e das TIC, incluindo a mitigação das mudanças climáticas, a eficiência energética, a gestão de resíduos eletrônicos e a economia circular. Eles desenvolvem normas e recomendações para reduzir a pegada de carbono do setor de TIC e promover práticas sustentáveis.
ITU-T SG9	Cabo de banda larga e televisão: Este grupo centra-se em normas para redes de cabo de banda larga, transmissão de televisão e serviços multimídia. Abrange áreas como transmissão digital por cabo, televisão interativa, compressão de vídeo e redes de entrega de conteúdo.
ITU-T SG12	Desempenho e qualidade do serviço: este grupo centra-se na medição e melhoria do desempenho e da qualidade do serviço das redes e serviços de telecomunicações. Eles desenvolvem normas para métricas de qualidade do serviço, testes de desempenho e otimização de redes.
ITU-T SG13	Redes futuras, incluindo 5G: O SG13 é responsável pelo desenvolvimento de normas para redes de próxima geração, incluindo 5G e além. Trabalha em arquiteturas, tecnologias e serviços de rede que permitirão capacidades e aplicações de comunicação futuras.
ITU-T SG17	Segurança: O SG17 se dedica ao desenvolvimento de normas de segurança para redes e serviços de telecomunicações, abrangendo áreas como criptografia, autenticação, controle de acesso e gerenciamento de segurança. Eles trabalham na proteção de redes e dados contra acesso não autorizado e ataques cibernéticos.
ITU-T SG20	IoT, cidades e comunidades inteligentes: este grupo centra-se em normas para a Internet das Coisas (IoT), cidades inteligentes e comunidades inteligentes. Abrange áreas como arquiteturas de IoT, protocolos de comunicação, gerenciamento de dados e segurança para dispositivos e aplicações de IoT.

Fonte dos dados: ITU, 2025b.

4.3.2 Envolvimento regional

Outra oportunidade para as organizações da sociedade civil se comprometerem com a ITU é por meio de seus escritórios regionais, que oferecem oportunidades de envolvimento local em questões de telecomunicações específicas de diferentes regiões. As novas organizações da sociedade civil que desejam se engajar com a ITU podem aumentar sua eficiência centrando-se em áreas específicas de interesse dentro do quadro lógico da ITU. É essencial construir relacionamentos com outras organizações da sociedade civil e partes interessadas relevantes. O desenvolvimento de conhecimentos especializados no processo da ITU e em questões de telecomunicações, juntamente com a comunicação clara de preocupações e recomendações, contribui para o comprometimento bem-sucedido.

4.4 Oportunidades para que as OSC se comprometam com o IGF

4.4.1 Reuniões anuais do IGF e trabalho entre sessões

Uma das principais formas pelas quais as organizações da sociedade civil podem se engajar com o IGF é através da participação nas reuniões globais anuais do IGF. Esses encontros reúnem partes interessadas de governos, do setor privado, da comunidade técnica, da academia e da sociedade civil para discutir questões urgentes de governança da Internet. As organizações da sociedade civil também podem oferecer contribuições para a agenda e as reuniões de planejamento do IGF através do trabalho do Grupo Consultivo Multistakeholder (MAG). No próprio IGF, as organizações da sociedade civil participam e intervêm em sessões, workshops e eventos principais, tanto online como presencialmente. Além disso, as organizações da sociedade civil podem organizar eventos paralelos ou sessões de networking para destacar as suas perspectivas e prioridades. As reuniões anuais também oferecem oportunidades para participar em fóruns abertos e coalizões dinâmicas — cujo trabalho é contínuo ao longo do ano —, promovendo a colaboração e a partilha de conhecimentos entre diversas partes interessadas. (IGF, s.d.a). As coalizões dinâmicas, por exemplo, centram-se em temas como acessibilidade, blockchain e direitos na Internet, proporcionando oportunidades para as organizações da sociedade civil se juntarem a grupos existentes ou proporem novos. Ao contribuir com as contribuições das coalizões, como relatórios ou linhas diretrizes, as organizações da sociedade civil podem ajudar a formatar o discurso sobre questões prioritárias de governança da internet e impulsionar mudanças significativas. As organizações da sociedade civil podem construir parcerias com outras partes interessadas para coorganizar eventos ou iniciativas, participar de outros trabalhos intersessionais, como redes de políticas ou fóruns de boas práticas, e compartilhar suas perspectivas em resultados colaborativos, como recomendações de políticas ou declarações conjuntas.

O MAG do IGF, que assessoria o Secretário-Geral da ONU sobre a agenda e o programa do IGF, é um órgão estratégico que fornece informações sobre a direção estratégica e os temas anuais do IGF. Representantes das organizações da sociedade civil fazem parte do MAG, garantindo que as perspectivas diversificadas das partes interessadas sejam consideradas no planejamento e na execução das atividades do IGF. As organizações da sociedade civil podem se candidatar a ser membro do MAG quando as convocatórias para indicações são anunciadas e podem colaborar com os membros do MAG para defender as prioridades ao longo do ano. Este envolvimento direto no MAG permite que as organizações da sociedade civil influenciem a agenda do IGF e garantam que ela aborde as questões mais urgentes que a internet enfrenta atualmente. Além

disso, o IGF realiza consultas abertas e reuniões do MAG abertas a todas as partes interessadas, incluindo as organizações da sociedade civil. Essas reuniões oferecem oportunidades para as organizações da sociedade civil expressarem suas preocupações e prioridades, oferecerem comentários sobre a agenda e a estrutura do IGF e contribuir para as discussões sobre as tendências emergentes da governança da internet.

O IGF oferece opções de participação online, garantindo um envolvimento mais amplo da sociedade civil e das várias partes interessadas. As organizações da sociedade civil podem participar de eventos por meio de ferramentas de participação online e transmissões ao vivo, enviar perguntas ou comentários remotamente e participar por meio de fóruns online e discussões nas redes sociais. Essa flexibilidade permite que a sociedade civil faça suas contribuições para o trabalho do IGF, independentemente de restrições geográficas ou financeiras.

4.4.2 Iniciativas nacionais, regionais e juvenis do IGF

Levantar questões de governança da Internet regionais e até mesmo específicas de cada país não só fortaleceria a relevância das organizações da sociedade civil em suas jurisdições, mas também as posicionaria para promover de forma eficaz as prioridades regionais e contribuir para a solução de desafios nacionais e regionais críticos. As organizações da sociedade civil podem participar ou ajudar a organizar NRIs em suas regiões, colaborando com outras partes interessadas para abordar desafios específicos da região. Um especialista importante explicou como uma organização da sociedade civil na África ganhou relevância e se posicionou estrategicamente como um parceiro respeitado por outras organizações da sociedade civil, governos e o setor empresarial por meio de sua participação ativa na organização de um IGF local. Os resultados e recomendações dessas iniciativas podem então ser compartilhados no IGF global, garantindo que as perspectivas locais informem discussões mais amplas. Essa abordagem descentralizada permite que a sociedade civil aborde questões particularmente relevantes para suas comunidades, ao mesmo tempo em que contribui para o diálogo global sobre governança da Internet.

4.5 Conclusão

Esta seção examinou as vias mais importantes pelas quais as organizações da sociedade civil podem se envolver ativamente no processo crítico de governança da internet, particularmente no IGF, na IETF, na ICANN e na ITU. Ela ressaltou o papel vital das organizações da sociedade civil na promoção de uma internet globalmente conectada, aberta e inclusiva. Dentro da IETF e da IRTF, a análise identificou grupos de trabalho e pesquisa específicos, como o HRPC e o PEARC, onde as organizações da sociedade civil podem aplicar seus conhecimentos para avançar nas discussões sobre direitos humanos, privacidade e desenvolvimento de protocolos da internet. A seção também abordou as barreiras que as organizações da sociedade civil encontram ao se comprometerem com essas comunidades técnicas e destacou iniciativas como o EMODIR e subvenções de viagem para aumentar a participação.

Passando para a ICANN, a discussão enfatizou a importância do envolvimento das organizações da sociedade civil no desenvolvimento de políticas por meio de SOs e ACs, programas de capacitação e advocacy para integrar os direitos humanos no processo de tomada de decisão da ICANN. Por fim, a seção explorou oportunidades para as organizações da sociedade civil dentro da ITU, particularmente por meio da participação em grupos de estudo e grupos focais centrados em segurança cibernética, a IoT e o desenvolvimento sustentável. Também destacou a

importância do envolvimento regional com a ITU para enfrentar os desafios locais de telecomunicações.

Ao identificar estrategicamente pontos de entrada, fortalecer a capacidade e promover a colaboração, as organizações da sociedade civil podem ampliar sua influência e dar contribuições significativas para a evolução da governança da Internet. Isso garante que a estrutura de governança reflita as diversas necessidades e valores das comunidades em todo o mundo, promovendo um futuro digital mais equitativo e inclusivo.

Seção 5. Padrões e tendências mais amplos no envolvimento das OSCs na governança da Internet

Embora as seções anteriores tenham tratado especificamente da ICANN, da IETF, da ITU e do IGF, a pesquisa de base e os principais especialistas destacam um conjunto mais amplo de padrões e tendências no envolvimento das organizações da sociedade civil em outras discussões sobre governança da Internet. Analisar essas dinâmicas é essencial para compreender como a participação da sociedade civil está evoluindo. Isso também fornece insights valiosos sobre como as organizações da sociedade civil podem influenciar de forma mais eficaz o processo de governança da Internet e defender um futuro digital mais inclusivo, transparente e responsável.

5.1 Direitos humanos, direitos digitais, IA e tecnologias emergentes em foco

Os resultados da pesquisa de base mostram um número elevado de organizações da sociedade civil, particularmente no Sul Global, que concentram seu envolvimento na governança da Internet em questões de direitos humanos e digitais, uma vez que isso se alinha amplamente com a expertise e as prioridades de muitas organizações da sociedade civil. Esse foco agora se estende também à ética e à governança da IA, o que demonstra agilidade na forma como as organizações da sociedade civil são capazes de direcionar sua atenção para questões atuais. A IA é uma área prioritária emergente para o envolvimento das OSC. Como observou um entrevistado: *“A IA está se tornando parte integrante da vida cotidiana, facilitando a vida das pessoas. No entanto, também devemos considerar os riscos, como deepfakes e o acúmulo não filtrado de informações. Portanto, o empoderamento público é essencial, juntamente com uma abordagem de baixo para cima para garantir que a IA proporcione melhores resultados para o benefício da sociedade”*. Isso destaca a necessidade de garantir que as organizações da sociedade civil compreendam os complexos desafios políticos colocados pela IA.

Curiosamente, as respostas à pesquisa online mostram uma desconexão entre as áreas de foco das organizações da sociedade civil e outras questões de governança da internet. Parece haver um desalinhamento entre as principais áreas de foco de muitas organizações da sociedade civil — direitos humanos e sustentabilidade — e seu comprometimento com questões relacionadas a aspectos mais técnicos, bem como outras tecnologias emergentes. Essa desconexão pode resultar em oportunidades perdidas para as organizações da sociedade civil formatarem o desenvolvimento de tecnologias que terão um impacto cada vez maior em suas áreas de interesse. Portanto, é necessário enquadrar as questões de governança da Internet de forma a demonstrar claramente sua interseção com os mandatos existentes das organizações da sociedade civil. Por exemplo, ilustrar como o desenvolvimento de tecnologias emergentes pode incorporar ou prejudicar os direitos humanos, ou como as decisões sobre governança de dados e infraestrutura afetam o acesso a serviços essenciais, pode tornar esses tópicos mais imediatamente relevantes.

5.2 Desafios para o envolvimento em nível nacional

Os principais especialistas revelaram desafios significativos para o envolvimento das OSC, inclusive em nível nacional em alguns contextos. Como observou um especialista, *“Temos uma*

sociedade civil fragmentada em Ruanda devido a razões históricas e políticas. O governo criou todos os espaços e a maioria deles é ocupada por funcionários do governo. Assim, a voz da sociedade civil não é tão forte em comparação com países vizinhos como Quênia ou Burundi”. Isso destaca como os contextos políticos podem restringir severamente a capacidade da sociedade civil de se comprometer com eficiência em questões de governança da Internet, mesmo no âmbito doméstico. A pesquisa de base e as entrevistas com especialistas importantes revelaram tensões subjacentes na forma como as organizações da sociedade civil se comprometem com os governos e outras partes interessadas no processo de governança da Internet. Outro especialista importante descreveu com precisão essa relação complexa:

“Tentamos trabalhar com o governo, não para o governo. E, em muitos casos, também somos críticos das políticas do governo. Portanto, mantemos uma relação diplomática e cordial, mas às vezes somos contra algumas de suas políticas.”

Isso ressalta o delicado equilíbrio que as organizações da sociedade civil devem alcançar: manter relações construtivas e respeitadas com os atores estatais, ao mesmo tempo em que defende firmemente seus princípios e responsabiliza os governos. Em vez de adotar uma postura puramente oposicionista ou gestos simbólicos, o envolvimento eficaz na governança da internet requer cada vez mais uma forma de advocacy baseada na diplomacia, na comunicação estratégica e na construção de coalizões. Em contextos onde o espaço político é limitado, essa abordagem pode ajudar as organizações da sociedade civil a permanecerem interlocutoras credíveis, ampliar sua influência e fazer contribuições significativas para o desenvolvimento de políticas — mesmo quando há divergências.

5.3 Proliferação de espaços de governança da internet

O estudo identificou uma proliferação crescente de espaços de governança da internet, com vários fóruns discutindo questões sobrepostas. Embora perspectivas diversas possam enriquecer as discussões, o grande número de fóruns e processos sobrecarregou a capacidade das organizações da sociedade civil de acompanhar os desenvolvimentos. Como observou um importante especialista: *“Este ano, temos a Net Mundial, a OCDE, a WSIS+20, o IGF, o LAC IGF e o GDC, e é demais. Portanto, é um problema para nós pensar onde colocar o foco, porque nossos recursos são limitados.* Essa supersaturação de fóruns dificulta que as organizações da sociedade civil com recursos limitados se envolvam de forma eficaz em todos os processos relevantes. Por isso, as organizações da sociedade civil não têm conseguido manter um envolvimento sustentável nesses fóruns de governança da Internet.

Essa fragmentação obriga as organizações da sociedade civil a priorizar entre espaços igualmente importantes, muitas vezes em detrimento da participação estratégica e de longo prazo. O resultado é uma presença irregular e desigual nos fóruns de governança da internet. Um especialista importante explicou: *“Como organização que atua no cenário de empoderamento digital do país, ainda não nos comprometemos com atividades de desenvolvimento de políticas com instituições governamentais. No entanto, realizamos muitas atividades comunitárias que têm o potencial de influenciar o processo de desenvolvimento de políticas.”* Isso reflete uma tendência mais ampla: muitas organizações da sociedade civil, especialmente nas nações em desenvolvimento, centram-se principalmente na promoção e no engajamento em nível nacional, em vez de participar de processos internacionais, resultando na sub-representação das perspectivas populares em nível global.

5.4 Mudança das discussões políticas para outros espaços

Outra especialista importante explicou como as discussões sobre políticas digitais estão se deslocando dos fóruns tradicionais de governança da internet para outros espaços: *“Houve uma mudança no fórum onde as questões de política digital são discutidas e decididas. No início, o IGF era o único espaço onde podíamos conversar. Então, todos se reuniram lá. Era um espaço muito dinâmico. Mas, com o tempo, ficou claro para muitos atores, incluindo governos, que conversar é bom, mas precisamos fazer algo a respeito.* Ela observou que muitas questões importantes de política digital agora são negociadas em fóruns comerciais como a OMC, onde a sociedade civil tem acesso e influência limitados.

Essa mudança das discussões importantes sobre políticas digitais para fóruns comerciais como a OMC apresenta desafios significativos para as organizações da sociedade civil. Esses fóruns geralmente priorizam os interesses das empresas e dos governos, com potencial de deixar de lado as preocupações das organizações da sociedade civil com o interesse público e os direitos humanos. Isso pode levar a políticas que favorecem as empresas em detrimento dos cidadãos, com consideração limitada por questões como privacidade online, liberdade de expressão e proteção de dados. Além disso, a falta de transparência nas negociações comerciais apresenta restrições ao acesso das organizações da sociedade civil à informação e à sua capacidade de influenciar a formulação de políticas. Essas discussões a portas fechadas podem minar o processo democrático, contornando os canais legislativos tradicionais e reduzindo as oportunidades de participação pública. Essa mudança silencia efetivamente as vozes das pessoas mais afetadas por essas políticas.

As organizações da sociedade civil precisam se adaptar e empregar novas estratégias. A construção de coalizões fortes com outras organizações pode amplificar a voz coletiva e o poder de lobby. Investir em pesquisa e análise é crucial para compreender as complexidades do comércio digital e defender de forma eficaz suas causas. As organizações da sociedade civil também devem se comprometer com o advocacy estratégico, visando os principais decisores nos governos e organizações comerciais. A educação pública e a mobilização são essenciais para construir um apoio mais amplo e exercer pressão sobre os governos por políticas mais inclusivas. Explorar os desafios jurídicos dos acordos prejudiciais e participar ativamente em fóruns alternativos onde se discute a política digital pode fortalecer ainda mais a sua influência. Em última análise, as organizações da sociedade civil devem adaptar-se a este panorama em mudança para garantir que as políticas digitais servem os interesses de todos os membros da sociedade.

5.5 Emergência de prioridades regionais

Tanto os resultados da pesquisa quanto as entrevistas com especialistas destacaram as principais prioridades temáticas regionais para o envolvimento das OSCs. Os desenvolvimentos políticos locais e regionais influenciam significativamente as questões nas quais as organizações da sociedade civil decidem centrar-se. Por exemplo, eleições e outros processos democráticos críticos muitas vezes provocam mudanças nas prioridades, levando as organizações da sociedade civil a lançar iniciativas para lidar com questões de desinformação, desinformação e má informação que podem afetar a opinião pública e os resultados eleitorais. Esse padrão ressalta como os contextos políticos regionais estão formatando as agendas das organizações da sociedade civil – particularmente em torno dos direitos digitais, integridade da informação e danos online.

Os resultados da investigação de base destacam como as prioridades em matéria de governança da Internet variam significativamente entre as regiões. Por exemplo, na América Latina, questões como o acesso às infraestruturas e a violência de gênero online são preocupações fundamentais. A necessidade de um processo de governança da Internet mais responsivo e alinhado com as prioridades regionais é evidente na influência limitada das organizações da sociedade civil no desenvolvimento de políticas. As respostas da pesquisa indicam que as organizações da sociedade civil consideram sua influência nas políticas de governança da internet limitada. Quando questionados sobre a eficiência das organizações da sociedade civil em influenciar as políticas de governança da internet em seu país/região, muitos entrevistados a descreveram como “*não muito eficaz*” ou apenas “*um pouco eficaz*”. Essa percepção de influência limitada pode, por sua vez, desencorajar as organizações da sociedade civil a priorizar o envolvimento nos processos de governança da internet.

As conclusões também mostram que as regiões frequentemente discutem questões prioritárias e temáticas com base na experiência no terreno, conforme ilustrado na Tabela 8.

Tabela 8: Prioridades de governança da Internet nas regiões

Região	Prioridades temáticas
MENA (NAIGF)	Interrupção e restrição do acesso à Internet, regulamentação e filtragem de conteúdos, neutralidade da rede, literacia mediática e informacional
África Subsaariana (AIGF, SAIGF, WAIGF, EAIGF, FGI-CA)	Alfabetização e habilidades digitais, idiomas de conteúdo local, desinformação, vigilância, proteção infantil online, violência online, conectividade
APAC (APrIGF)	Governança de plataformas e regulamentação de conteúdos, fragmentação da Internet
LATAM	Neutralidade da rede e internet aberta, proteção de dados e privacidade, alfabetização midiática e informacional, redes comunitárias, segurança digital e acesso local.

Fonte dos dados: IGF, s.d.b

5.6 Uma lacuna de gênero e inclusão

As respostas à pesquisa online revelam uma realidade gritante: apesar dos esforços globais para reduzir a exclusão digital, persiste uma significativa disparidade de gênero e inclusão, especialmente em sociedades conservadoras e no Sul Global. Essa disparidade se manifesta de várias formas, criando barreiras substanciais à participação equitativa no mundo digital e, por extensão, no processo de governança da internet.

Em muitas sociedades conservadoras, normas culturais profundamente enraizadas continuam a limitar o acesso e o uso da tecnologia pelas mulheres. Essas normas muitas vezes derivam de papéis de gênero tradicionais que confinam as mulheres à esfera doméstica, limitando suas oportunidades de engajamento digital. Esse controle vai além do mero acesso; ele também pode limitar o tipo de conteúdo que as mulheres podem consumir ou as atividades online nas quais podem se envolver.

Os participantes da pesquisa também destacaram a falta de políticas sensíveis ao gênero, enfatizando a necessidade de políticas digitais mais sensíveis ao gênero. As políticas atuais muitas vezes não levam em consideração os desafios únicos enfrentados pelas mulheres e

grupos marginalizados, como o assédio online ou o impacto das práticas de coleta de dados sobre populações vulneráveis. Os entrevistados enfatizaram a necessidade de um processo de desenvolvimento de políticas mais inclusivo. Isso inclui o recrutamento ativo de mulheres e representantes de grupos marginalizados para papéis de tomada de decisão em órgãos de governança da internet e a garantia de que suas perspectivas sejam incorporadas de forma significativa nos resultados das políticas.

5.6.1 Assédio online e preocupações com a segurança

Uma das conclusões mais preocupantes da pesquisa é a prevalência do assédio online e das violações de segurança enfrentadas por mulheres e grupos marginalizados. Esse problema é particularmente grave em sociedades conservadoras, onde a participação pública das mulheres, mesmo em espaços digitais, pode ser vista de forma negativa. Ao examinar as formas de assédio online, as mulheres que conseguem superar as barreiras de acesso e participar de espaços online frequentemente enfrentam várias formas de assédio. Estas podem variar entre mensagens indesejadas e *cyberstalking* a formas mais graves de abuso, tais como *doxing* (revelação de informações pessoais online) e ameaças de violência. Este tipo de assédio não se limita às interações pessoais, estendendo-se à esfera profissional, incluindo a participação em fóruns de governança da Internet. A criação e o apoio a espaços online seguros para mulheres e grupos marginalizados surgiu como uma das principais recomendações. Estes espaços podem proporcionar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de competências digitais, à partilha de experiências e ao envolvimento em discussões sobre a governança da Internet sem receio de assédio.

5.6.2 Impacto na participação das OSC

O medo do assédio online tem um efeito sobre a participação digital das mulheres. Muitas entrevistadas relataram autocensura ou limitação de suas atividades online para evitar potenciais abusos. Essa relutância em se envolver plenamente nos espaços digitais dificulta significativamente a capacidade das mulheres de contribuir para discussões significativas sobre governança da internet e desenvolvimento de políticas digitais. O impacto também se estende à interseccionalidade e à marginalização agravada da participação das OSC em fóruns de governança da internet. As respostas da pesquisa online ressaltam a importância de uma abordagem interseccional para compreender a lacuna de gênero e inclusão. Mulheres de grupos étnicos ou religiosos de minorias, pessoas com deficiência ou da comunidade LGBTIQ frequentemente enfrentam barreiras agravadas ao acesso e à participação digital. A pesquisa revela uma sub-representação significativa de mulheres e grupos marginalizados no processo de governança da internet e no desenvolvimento de políticas digitais.

Abordar as lacunas de gênero e inclusão no acesso digital e na governança da internet requer uma abordagem multifacetada. Exige soluções tecnológicas e intervenções sociais, econômicas e políticas. Ao nos centrarmos nessas áreas, podemos trabalhar em direção a um cenário digital mais equitativo que represente e atenda genuinamente todos os membros da sociedade, independentemente de gênero ou status social.

5.7 Conclusão

Esta seção examinou a dinâmica multifacetada da participação mais ampla das organizações da sociedade civil nos espaços de governança da internet, delineando padrões críticos, tendências e consistências temáticas. O envolvimento das organizações da sociedade civil concentra-se predominantemente na promoção dos direitos humanos e digitais, com atenção crescente a domínios emergentes como a governança da IA. No entanto, persiste um desalinhamento

estratégico entre os quadros lógicos centrais de certas organizações e sua relevância percebida para os mecanismos de governança da internet, sinalizando a necessidade de um reajuste orientado pela missão.

Em nível nacional, as organizações da sociedade civil enfrentam obstáculos operacionais, como climas políticos restritivos e a diplomacia sutil necessária para equilibrar a promoção de políticas com a colaboração construtiva do governo. Embora a proliferação de espaços de governança da internet ofereça plataformas ampliadas para o diálogo, ela simultaneamente sobrecarrega as capacidades organizacionais, arriscando o cansaço das partes interessadas e a diluição da participação — especialmente em processos globais que exigem muitos recursos. Além disso, a migração dos debates sobre políticas digitais para outras arenas, como as discussões relacionadas ao comércio que passaram para a OMC, introduz novas complexidades, obrigando as organizações da sociedade civil a adaptar suas estratégias e navegar em espaços onde o acesso e a influência são restritos.

As disparidades regionais complicam ainda mais o panorama da governança da internet, uma vez que as dinâmicas políticas localizadas e as realidades sociotécnicas formatam prioridades divergentes. Isso ressalta a necessidade de estruturas de governança que sejam adaptáveis e sintonizadas com as especificidades contextuais. As percepções da pesquisa revelam a marginalização percebida pelas organizações da sociedade civil nos resultados das políticas, destacando a urgência de abordar as barreiras sistêmicas à participação equitativa.

Seção 6. Oportunidades para o envolvimento das OSCs

Esta seção apresenta as oportunidades emergentes para o envolvimento das organizações da sociedade civil. Ela oferece uma perspectiva voltada para o futuro em áreas nas quais as organizações da sociedade civil poderiam investir mais energia.

6.1 Centrar-se em questões específicas e relevantes

Organizações da sociedade civil podem aumentar seu impacto concentrando-se em questões diretamente relevantes para suas comunidades. Um especialista importante destacou o desenvolvimento de infraestruturas, os direitos humanos e os bloqueios da Internet como áreas-chave a abordar pelas organizações da sociedade civil africanas. Por exemplo, referiu que o trabalho em matéria de cibersegurança e segurança online deve abordar as ameaças à cibersegurança e à segurança online, em particular para os grupos vulneráveis, e melhorar o acesso e a acessibilidade. Outro especialista salientou: *“É fundamental alargar o acesso e garantir um acesso equitativo às tecnologias digitais e à Internet. Em segundo lugar, vem a acessibilidade.”* O acesso equitativo é essencial para navegar em processos complexos nos fóruns de governança da Internet.

Abuso de DNS e privacidade

Uma área fundamental em que as organizações da sociedade civil estão avançando é advogar / defender a consideração dos direitos humanos na formulação de políticas técnicas.

A proposta de Avaliações de Impacto sobre os Direitos Humanos (HRIA) em torno da mitigação do abuso do DNS é um excelente exemplo de como a sociedade civil está trabalhando para preencher a lacuna entre as operações técnicas e as preocupações com os direitos humanos.

Há um reconhecimento de que a IA e outras tecnologias emergentes são áreas críticas para o envolvimento das organizações da sociedade civil. As organizações da sociedade civil estão cada vez mais centradas em questões relacionadas à IA, particularmente as implicações éticas e o abuso da IA.

6.2 Desenvolvimento de abordagens localizadas

O desenvolvimento de abordagens localizadas que levem em consideração os contextos regionais e culturais é crucial para um envolvimento eficaz na governança da Internet, especialmente no Sul Global. Apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento de fóruns regionais e nacionais de governança da Internet é essencial para promover a localização. Esses fóruns regionais são cruciais para enfrentar os desafios e prioridades específicos da região e construir capacidade e expertise locais no processo de governança da Internet.

Por exemplo, incentivar o uso de estudos de caso e exemplos locais nas discussões sobre governança da Internet fundamenta os debates sobre políticas em contextos reais relevantes para diferentes regiões. Estudos de caso locais podem destacar desafios específicos enfrentados pelas regiões. Por exemplo, as frequentes interrupções da Internet durante eleições ou distúrbios civis em alguns países africanos fornecem exemplos concretos de questões relacionadas aos direitos digitais.

6.3 Aproveitando plataformas multissetoriais

Fóruns como o IGF permitem que as organizações da sociedade civil se conectem, compartilhem conhecimento e influenciem discussões políticas. O envolvimento em IGFs nacionais e regionais pode ser um trampolim eficaz para a participação global. Idealmente, isso ofereceria um caminho para reforçar a colaboração ativa com especialistas técnicos por meio de parcerias entre organizações da sociedade civil e a comunidade técnica para preencher lacunas de conhecimento e aumentar a credibilidade nas discussões sobre governança da internet.

Além disso, os fóruns regionais desempenham um papel crucial na capacitação. Há uma tendência para iniciativas de governança da Internet mais regionais e específicas ao contexto, lideradas por organizações da sociedade civil em resposta aos desafios que se colocam às iniciativas regionais e específicas ao contexto. O Fórum sobre Liberdade na Internet na África (FIFAfrica), organizado pela CIPESA (parceira da CADE), é um exemplo de sucesso. Essas iniciativas regionais permitem discussões mais relevantes e contextuais, maior participação de organizações da sociedade civil e partes interessadas locais e a construção de coalizões e redes regionais.

Estabelecer e apoiar IGFs regionais surge como uma estratégia fundamental. Por exemplo, a SMEX (parceira do CADE) participa ativamente do Fórum de Governança da Internet do Líbano (LIGF) e anteriormente coorganizou o Fórum Árabe de Governança da Internet (ArabiGF). Esses fóruns regionais oferecem plataformas para discutir questões e prioridades locais, garantindo que as vozes de regiões específicas sejam ouvidas nas discussões globais sobre governança da internet. Por outro lado, iniciativas de capacitação adaptadas às necessidades locais também desempenham um papel crucial nos esforços de localização.

Um especialista importante observou que os programas de bolsas de sua organização apoiam organizações da sociedade civil menores, fornecendo recursos financeiros e treinamento. *"Isso capacita as organizações locais a iniciar projetos e pesquisar direitos digitais, aprimorando suas capacidades de advocacy."*

6.4 Promover a inclusão e o ativismo digital

As organizações da sociedade civil estão envidando esforços conjuntos para apoiar a inclusão e aumentar o ativismo digital no processo de governança da internet, reconhecendo a necessidade de uma participação mais diversificada e representativa. Esses esforços abrangem várias áreas importantes. As organizações da sociedade civil de comunidades marginalizadas, países em desenvolvimento e aquelas que se centram em questões específicas, como direitos das pessoas com deficiência ou preocupações dos povos indígenas, muitas vezes se veem excluídas das discussões críticas que formatam o futuro da internet. Os principais aspectos do reforço do ativismo digital incluem o desenvolvimento de conhecimentos técnicos para participar mais eficazmente nas discussões sobre a governança da Internet e o apoio à tradução de questões complexas de governança da Internet para uma linguagem acessível, a fim de permitir uma maior participação do público.

As organizações da sociedade civil estão advogando que o processo de governança da internet leve em consideração as realidades da conectividade limitada em muitas regiões, particularmente no Sul Global. Esse foco é exemplificado por iniciativas como o grupo de pesquisa GAIA no IRTF. Os principais esforços para lidar com a exclusão digital podem incluir a promoção de políticas que priorizem o acesso universal e a acessibilidade e a defesa do

desenvolvimento de infraestrutura em áreas carentes. Promover tecnologias e padrões que funcionem em ambientes de baixa largura de banda também pode ser incluído nas medidas para garantir que as decisões de governança da Internet reflitam as necessidades e restrições de todos os usuários da Internet, não apenas aqueles em regiões bem conectadas.

O estudo constatou uma clara necessidade de superar as divisões geracionais na participação na governança da Internet. As organizações da sociedade civil reconhecem a importância de desenvolver programas de mentoria para conectar profissionais experientes em governança da Internet com jovens ativistas, ao mesmo tempo em que criam iniciativas de divulgação direcionadas para envolver os jovens no processo de governança da Internet. Incorporar as perspectivas dos jovens nas discussões sobre políticas e na tomada de decisões também pode ser crucial para cultivar a próxima geração de líderes da sociedade civil em governança da Internet e garantir a sustentabilidade a longo prazo do envolvimento das organizações da sociedade civil. Usar o conhecimento adquirido com a participação na governança da internet para informar a promoção de políticas em nível nacional e regional também pode aprimorar o ativismo digital. Isso aprofundaria ainda mais o envolvimento das organizações da sociedade civil no processo de governança da internet, à medida que elas se tornam mais bem equipadas para influenciar os resultados das políticas digitais e responsabilizar atores poderosos.

6.5 Reduzir a desigualdade de gênero

Há uma crescente conscientização sobre a importância de aumentar a participação das mulheres nos fóruns de governança da Internet. Embora tenha havido progresso em algumas áreas, como o equilíbrio de gênero no comitê de nomeação da IETF por meio de uma representante de organização da sociedade civil, são necessários esforços mais sistemáticos em todos os órgãos de governança da Internet. As OSCs estão pressionando por programas direcionados de sensibilização e de fortalecimento de capacidades para mulheres, bem como pela implementação de políticas e práticas sensíveis ao gênero dentro das instituições de governança da Internet. Outras opções para promover a inclusão de gênero podem incluir iniciativas de mentoria e desenvolvimento de liderança para mulheres na área de tecnologia e políticas. No entanto, ainda existem desafios para alcançar um equilíbrio de gênero significativo, especialmente em fóruns técnicos, onde as mulheres são historicamente sub-representadas.

6.6 Fortalecer a colaboração com outras partes interessadas

A colaboração entre as organizações da sociedade civil e outras partes interessadas é crucial para uma governança eficaz da Internet. Algumas estratégias que podem ser implementadas para melhorar a cooperação entre setores, como diálogos regulares entre as várias partes interessadas, são essenciais para criar confiança e identificar oportunidades de colaboração. Apoiar esforços conjuntos de advocacy pode amplificar mensagens e aumentar a influência das políticas. Incentivar as organizações da sociedade civil a estabelecer parcerias com outras partes interessadas em prioridades comuns.

Para maximizar seu impacto no desenvolvimento de políticas, as organizações da sociedade civil poderiam mudar estrategicamente suas abordagens colaborativas, deixando de estabelecer apenas novos grupos de trabalho e adotando um modelo que priorize a integração profunda nas estruturas de formulação de políticas existentes. Isso inclui participar ativamente de grupos de estudo governamentais e multissetoriais, trazendo dados, experiências vividas e soluções políticas alternativas para a mesa. As organizações da sociedade civil precisam investir em programas de

capacitação que empoderem OSCs diversas, especialmente aquelas que representam comunidades marginalizadas, para contribuir efetivamente para as discussões técnicas.

Simultaneamente, as organizações da sociedade civil devem adotar uma estratégia de formação de coalizões mais ágil e responsiva, incluindo o complemento de colaborações intersetoriais amplas com coalizões menores e específicas para cada questão, que possam abordar rapidamente as oportunidades políticas emergentes. As organizações da sociedade civil também devem aproveitar as ferramentas digitais para comunicação e coordenação em tempo real, garantindo que essas coalizões permaneçam fluidas e adaptáveis.

Além disso, as organizações da sociedade civil podem transformar estratégias de comunicação em uma comunicação dinâmica e multimodal. Elas podem adaptar mensagens para ressoar com públicos específicos, utilizando diversos formatos, como narrativa digital e visualização de dados. Elas também devem empregar análise de dados para refinar estratégias de comunicação e maximizar o impacto.

Por fim, as organizações da sociedade civil devem estabelecer plataformas para o intercâmbio contínuo de conhecimento e capacitação. Elas devem ir além de eventos pontuais, criando fóruns online, redes de aprendizagem entre pares e iniciativas de pesquisa conjunta. Isso promoverá a capacidade de colaboração de longo prazo, permitindo que as organizações da sociedade civil construam uma influência política sustentável.

Este estudo destaca a necessidade crítica de estratégias sustentadas e multifacetadas para reforçar a participação das OSCs nas questões de governança da internet, particularmente nos órgãos normativos. Enfrentar os desafios não é apenas uma questão de equidade, mas um passo crucial para garantir um futuro para a internet que reflita as necessidades e aspirações de todas as partes interessadas. Ao priorizar as recomendações apresentadas, as partes interessadas podem cultivar um cenário de governança da internet mais equitativo e participativo. Em última análise, um ecossistema de governança da Internet mais inclusivo e representativo gerará políticas mais robustas e legítimas, melhor equipadas para navegar pelos desafios e oportunidades complexos e emergentes da era digital e garantir que a Internet sirva como um catalisador para o desenvolvimento social e econômico positivo em todo o mundo.

6.7 Conclusão

Esta seção analisou os desafios e oportunidades emergentes para as organizações da sociedade civil na forma de formatar as estruturas de governança da Internet. Os principais resultados / conclusões ressaltam a necessidade crítica de as organizações da sociedade civil priorizarem o envolvimento meta em domínios de alto impacto, incluindo a segurança cibernética e as questões emergentes em torno das dimensões éticas da IA. A colaboração estratégica por meio de plataformas multissetoriais — como IGFs nacionais, regionais e globais — é um mecanismo fundamental para aumentar a influência das políticas. Promover a inclusão por meio do ativismo digital requer esforços conjuntos para superar as disparidades de conectividade e as divisões geracionais, ao mesmo tempo em que se abordam as barreiras sistêmicas à participação equitativa. As persistentes disparidades de gênero e inclusão, manifestadas através do acesso desigual aos recursos digitais, do assédio online generalizado e de quadros políticos insuficientes que respondem às questões de gênero, continuam a impedir o envolvimento significativo das mulheres e das comunidades marginalizadas no processo de governança. É imperativa uma estratégia holística que integre a inovação tecnológica, as iniciativas sociais e as reformas políticas. Tal abordagem deve alinhar as soluções técnicas com a promoção de políticas e a

prestação de contas institucional, a fim de garantir uma representação inclusiva na evolução dos sistemas de governança da Internet.

Referências

1. AIGF 2023, AfIGF 2023, Resultados e Estatísticas. <https://igf.africa/afigf-2023-summary/>
2. APRIGF, 2024, Documento de síntese. https://ap.rigf.asia/documents/APRIGF_2024_Taipei-Synthesis_Document_FINAL.pdf
3. Ayub Z., 2024, Compreender a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade na governança da Internet. <https://netmission.asia/2024/04/01/understanding-diversity-inclusion-and-sustainability-in-internet-governance/>
4. Canales Paz, M., 2024, O que está em jogo para os Direitos humanos e a Internet na WISA-24? Blogs dos Parceiros Digitais Globais. <https://www.gp-digital.org/whats-at-stake-for-human-rights-and-the-internet-at-wisa-24/>
5. Cath, C. et al, 2017, Desenvolvimento da mídia na era digital. <https://www.cima.ned.org/publication/media-development-digital-age-five-ways-engage-internet-governance/>
6. Cath, C., 2021, Mudando mentes e máquinas: um estudo de caso da advocacia / promoção dos direitos humanos na Internet Engineering Força-Tarefa (IETF) (Tese de doutorado, Universidade de Oxford). <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:9b844ffb-d5bb-4388-bb2f-305ddedb8939>
7. Carr, M., 2015, Jogos de poder na governança global da Internet. Millennium, 43(2), pp. 640-659. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0305829814562655>
8. CCWG-Prestação de Contas, 2016, CCWG-Prestação de Contas Work Stream 1 Recomendações. <https://community.icann.org/pages/viewpage.action?pageId=58723827>
9. Centro para a Democracia e Tecnologia (CDT), 2023, Privacidade, criptografia e segurança cibernética. <https://cdt.org>
10. CEPT, 2019, Contribuição preliminar do Reino Unido ao TSAG sobre abordagens nacionais multissetoriais na ITU. https://cept.org/documents/pt-itu-t/53364/pt-itu-t-19-16_uk-contribution-to-tsag-multi-stakeholder-delegations
11. CEPT, 2022, Relatório sobre os resultados da WISA-20. <https://cept.org/files/1245/%2822%29%20Doc%2023%20Adopted%20Report%20on%20WISA-20%20-%20Com-ITU%20-%2020-05-2022.docx>
12. Citizen Lab, s.d., Pesquisa sobre segurança digital e censura. <https://www.citizenlab.ca>
13. Colaboração em Políticas Internacionais de TIC para a África Oriental e Austral (CIPESA), s.d., Políticas de TIC e acessibilidade na África. <https://cipesa.org>
14. De Bossey, C., 2005, Relatório do grupo de trabalho sobre governança da Internet. <https://www.wgig.org/docs/WGIGREPORT.pdf>
15. DeNardis, L. e Raymond, M., 2013, Pensando claramente sobre a governança multissetorial da Internet. Em GigaNet: Rede Acadêmica Global de Governança da Internet, Simpósio Anual, https://unctad.org/system/files/non-official-document/CSTD_2014_Con_Raymond1.pdf
16. Drazek, K. et al, 2022 Prestação de contas e transparência da ICANN; Uma retrospectiva sobre a transição da IANA após 5 anos. <https://www.dnib.com/articles/iana-at-five>
17. Electronic Frontier Foundation (EFF), s.d., Advocacia / promoção dos direitos digitais, privacidade e criptografia. <https://www.eff.org>
18. Estier, M., 2024, A relevância da WSIS e do IGF para a governança internacional da IA. <https://www.simoninstitute.ch/blog/post/the-relevance-of-wsis-igf-for-international-ai-governance/>
19. European Digital Rights (EDRI), s.d., Defesa da regulamentação das plataformas e da proteção de dados. <https://edri.org>
20. Férdeline, A., 2022, Influenciando a Internet: Democratizando as políticas que formata a governança da Internet. Instituto Nacional Democrático. https://www.ndi.org/sites/default/files/NDI%20Norms%20White%20Paper%20May%202022_1.pdf
21. Gomes Sequeiros, F. 2021, Governança da Internet: uma análise teórica crítica da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN). <https://ruor.uottawa.ca/server/api/core/bitstreams/32e42afd-099c-44a0-b973-4252eba42dff/content>

22. Haggart, B., Tusikov, N., e Scholte, J.A., 2021, Poder e autoridade na governança da internet: o retorno do Estado? p. 284, Taylor & Francis
23. Haristya, S., 2020, A eficácia da sociedade civil na governança global da Internet. Internet Histories, 4(3), 252–270. <https://doi.org/10.1080/24701475.2020.1769892>
24. ICANN, s.d.a, A sociedade civil na ICANN. <https://www.icann.org/resources/pages/civil-society>
25. ICANN, s.d.b, ICANN para iniciantes. <https://www.icann.org/en/beginners>
- 26.
27. ICANN, 2018a, Relatório de Política Pré-ICANN61 – GNSO. <https://gnso.icann.org/en/announcements/announcement-08mar18-en.htm>
28. ICANN 2018b, Constituintes de Organizações Sem Fins Lucrativos. <https://gnso.icann.org/en/about/stakeholders-constituencies/nscg/npsc>
29. ICANN, 2019a, O que é a Comunidade At-Large. <https://atlarge.icann.org/about/index>
30. ICANN, 2019b, O que é o Comitê Consultivo At-Large. <https://atlarge.icann.org/about/index>
31. ICANN, 2020a, Estrutura do Conselho da ICANN, ICANN Conheça o Conselho de Administração da ICANN. <https://www.icann.org/en/system/files/files/get-to-know-the-icann-board-31dec20-en.pdf>
32. ICANN, 2020b, Sobre a ccNSO. <https://ccnso.icann.org/en/about>
33. ICANN, 2021a, Membros do Comitê Consultivo Governamental da ICANN. <https://gac.icann.org/#:~:text=Membros,governo%20Os%20membros%20são%20sempre%20bem-vindos>
34. ICANN, 2021b, Sobre o GAC, <https://gac.icann.org/about>
35. ICANN, 2021c, papel do GAC. <https://gac.icann.org/about>
36. ICANN, 2024a, Relatório de Perspectivas de Políticas da ICANN81. <https://itp.cdn.icann.org/en/files/multistakeholder-community/icann81-policy-outlook-report-28-10-2024-en.pdf#page=4.05>
37. ICANN, 2024b, Reunião com o Comitê Consultivo do Sistema de Servidores Raiz (RSSAC). <https://gac.icann.org/briefing-materials/public/ICANN81%20-%20GAC%20Briefing%20-%20Session%206%20-%20Meeting%20with%20RSSAC.pdf?time=1730851200020#page=1.31>
38. ICANN, 2024c, Relatório do Comitê Consultivo de Segurança e Estabilidade da ICANN (SSAC). <https://itp.cdn.icann.org/en/files/security-and-stability-advisory-committee-ssac-reports/sac-125-09-05-2024-en.pdf>
39. ICANN, 2025a, Estatutos da CORPORAÇÃO DA INTERNET PARA A ATRIBUIÇÃO DE NOMES E NÚMEROS, uma corporação sem fins lucrativos de utilidade pública da Califórnia - ICANN. <https://www.icann.org/en/governance/bylaws>
40. ICANN, 2025b, Conselheiros da ccNSO. https://icannwiki.org/Country_Code_Names_Supporting_Organization
41. Autoridade Independente de Comunicações da África do Sul (ICASA), s.d., Perspectivas regulatórias nacionais. <https://www.icasa.org.za>.
42. IDN, 2023, Relatório Mundial sobre IDN 2023. <https://www.idnworldreport.eu/relatório>
43. IETF, s.d.a, Introdução à IETF. <https://www.ietf.org/about/introduction/>
44. IETF, s.d.b, Grupos de trabalho. <https://www.ietf.org/process/wgs/>
45. IETF, s.d.c, Mecanismos e modalidades de envolvimento das OSC na IETF. <https://www.ietf.org/participate/>
46. IETF, s.d.d, Declarações de ligação. <https://datatracker.ietf.org/liaison/>
47. IETF, 2014, Sobre consenso e humming na IETF. <https://datatracker.ietf.org/doc/html/rfc7282>
48. IETF, 2024, EODIR – Diretoria de Educação e Divulgação. <https://wiki.ietf.org/group/eodir>
49. Internet Society, 2022, Matriz de questões resumidas do WTDC-22. <https://www.internetsociety.org/wp-content/uploads/2022/05/ISOC-WTDC22-matrix.pdf>
50. Internet Society, 2025, Programa para formuladores de políticas. <https://www.internetsociety.org/policy-programs/policymakers-program-to-ietf/>
51. IGF, s.d., Sobre o IGF. <https://www.intgovforum.org/en/about>
52. Internet Society, 2024, Documento informativo da Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações da ITU. <https://www.internetsociety.org/wp-content/uploads/2024/10/WTSA-24-Background-Paper-Oct2024.pdf>
53. Internet Society, 2025, Sobre a IETF. <https://www.internetsociety.org/about-the-ietf/>
54. IRTF, s.d., Grupos de pesquisa. <https://www.irtf.org/groups.html>
55. ITU, s.d.a, Membros. <https://www.itu.int/hub/membros/>

56. ITU, s.d.b, Conselho da ITU. <https://council.itu.int/2024/en/about/>
57. ITU, s.d.c, Cotização de membresia à ITU. <https://www.itu.int/hub/membros/become-a-member/fees/>
58. ITU, s.d.d, Relatório resumido da WTSA-24. <https://www.itu.int/reports/itu-standardization-2024/>
59. ITU, s.d.e, ITU, s.d.e, Conferências Mundiais de Radiocomunicações (WRC).
<https://www.itu.int/en/ITU-R/conferences/wrc/Pages/default.aspx>
60. ITU, 2005, Agenda de Tunis para a Sociedade da Informação.
<https://www.itu.int/net/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.html>
61. ITU, 2019, Grupos de estudo da ITU.
<https://www.itu.int/en/mediacentre/backgrounders/Pages/itu-study-groups.aspx>
62. ITU, 2022, Relatório final da Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações 2022 (WTDC-22). <http://www.ituchina.cn/gzsd/202405/PO20240510555148467035.pdf>
63. ITU, 2023, Conferência Mundial de Radiocomunicações da ITU 2023 (WRC-23). <https://www.itu.int/wrc-23/>
64. ITU, 2024, Evento paralelo da WTSA: Como as normas de TIC podem garantir a defesa dos direitos humanos na era das tecnologias novas e emergentes?
<https://www.itu.int/en/ITU-T/Workshops-and-Seminars/2024/1021/Pages/default.aspx>
65. ITU, 2025a, Sobre a ITU. <https://www.itu.int/en/about/Pages/default.aspx>
66. ITU, 2025b., Grupos de Estudo da ITU-T relevantes para as OSC, Grupos de Estudo da ITU-T.
<https://www.itu.int/en/ITU-T/studygroups/2025-2028/Pages/default.aspx>
67. IT for Change, s.d., TIC para o desenvolvimento e impacto social. <https://itforchange.net>
68. Knodel, M. e Salazar, J., 2023, Um guia para a Força-Tarefa de Engenharia da Internet para advogados do interesse público, Centro para a Democracia e Tecnologia.
<https://cdt.org/wp-content/uploads/2023/02/Art19-Guide-to-the-IETF-2023-03-21.pdf>
69. Komaitis, K., 2024, A governança digital precisa mais do IGF do que de um novo escritório da ONU para tecnologias digitais e emergentes, Tech Policy Press.
<https://www.techpolicy.press/digital-governance-needs-the-igf-more-than-it-needs-a-new-un-office-for-digital-and-emerging-technologies/>
70. Lee, Y.E., 2013, O modelo multilateral da governança da Internet. Revisão da Sociedade Coreana para a Informação na Internet, 14(3), pp. 21-34
71. McDonald, E. e Kaspar, L., 2025, Tudo o que você precisa saber sobre a revisão da WSIS+20.
<https://www.gp-digital.org/everything-you-need-to-know-about-the-wsis20-review/>
72. Instituto de Mídia da África Austral (MISA), s.d., Liberdade de mídia e advocacia / promoção dos direitos digitais. <https://www.misa.org>
73. Mueller, M., 1999, ICANN e governança da Internet: separando os destroços da “autorregulação”, *info*, vol. 1, n.º 6, pp. 497-520. <https://doi.org/10.1108/14636699910801223>
74. NCUC, 2025a, Perguntas frequentes para novos usuários. <https://www.ncuc.org/faq/>
75. NCUC, 2025b, O que é a NCUC. <https://www.ncuc.org/>
76. Niestadt, M., 2024, Internet governança: Keeping the internet open, free and unfragmented.
[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2024/766272/EPRS_BRI\(2024\)766272_EN.pdf#page=4.29](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2024/766272/EPRS_BRI(2024)766272_EN.pdf#page=4.29)
77. NPOC, 2019, Perguntas frequentes para iniciantes. <https://npoc.org/faq-for-newcomers/>
78. Paradigm Initiative, s.d., Advocacia / promoção dos direitos digitais e da privacidade.
<https://paradigmhq.org>
79. Perplexity, s.d., Segurança na Perplexity. <https://www.perplexity.ai/hub/security>
80. PITG, s.d., financiar de viagem. <https://pitg.gitlab.io/fund/>
81. Public Knowledge, s.d., Defesa da neutralidade da rede e da internet aberta: advocacia / promoção.
<https://www.publicknowledge.org>
82. Russell, A.L., 2006, “Consenso aproximado e código em execução” e a guerra dos padrões Internet-OSI. *IEEE Annals of the History of Computing*, 28(3), pp. 48-61
83. Typeform, 2021, Cláusulas contratuais padrão: 2021.
<https://help.typeform.com/hc/en-us/articles/4402049662996-Standard-Contractual-Clauses-2021>
84. Weizenboeck, E., 2014, Rede híbrida: o quadro regulamentar da ICANN e do DNS, *International Journal of Law and Information Technology*. <https://doi.org/10.1093/ijlit/eat016>

Anexos



Anexo 1: Principais especialistas entrevistados

N	Nome do especialista	Organização	Foco em governança da Internet
1	Abed Kataya	SMEX	IGF
2	Pilar Sáenz	Karisma	IGF
3	Karolina Iwańska	ECNL	IGF, ICANN
4	Vanja Skoric	ECNL	IGF, ICANN
5	Amrita Choudhury	CCAOI, Internet Society Índia	ICANN, IGF
6	Marília Maciel	Fundação Diplo	ICANN, ITU
7	Anupam Agrawal	Fundação Internet da Índia	ICANN, IETF
8	Bimsara Manannalage	Sarvodaya-Fusion	IGF
9	Stephanie Borg Psaila	Fundação Diplo	ITU, IETF, IGF
10	Gitinywa A. Louis	Advogados de Kigali	IGF regional
11	Michaela Shapiro	Artigo 19	IETF, ICANN
12	Ashnah Kalemera	CIPESA	ITU, Regional
13	Mallory Knodel	Fundação Social Web	IETF
14	Bram Fudzulani	AFRALO	ICANN
15	Caleb Ogundele	NPOC	ICANN
16	Victor Kapiyo	KICTANet	ITU

Anexo 2: Lista das organizações da sociedade civil incluídas na amostra

N	Nome da sua organização	Tipo de organização	País/região de atuação
	Rede de ONGs de Bangladesh para Rádio e Comunicação (BNNRC)	OSC	Bangladesh
2	Freeworld International	OSC	Gana
3	Rayznews	Grupo de base	Nepal
4	Foro Ciudadano - Associação Feminista Marcosur	Coalizão regional	LAC
5	Fundação Social Web	OSC	Estados Unidos
6	Fundação para a Governança Eletrônica e a Governança da Internet na África (EGIGFA)	OSC	Gana
7	Aliança para o Impacto Digital	ONG internacional	África
8	Colnodo	OSC	Colômbia
9	ISOC Uganda	CSO	Uganda/África
10	Comunidade Unida para o Desenvolvimento Rural na África	OSC	Quênia
11	Empoderamento e orientação para todas as mulheres	Organização comunitária	Kisumu, Quênia
12	Vinceservesolutions	Organização comunitária	Nakuru, Njoro, Quênia
13	Centro ideal	OSC	Sri Lanka
14	Direitos Digitais Zimbábue	CSO	Zimbábue
15	Apex Media	OSC	Uganda
16	Federação Popular para a Paz e o Desenvolvimento Nacional (PEFENAP)	CSO	Malawi
17	Fundação Diplo	OSC	Sede = Malta; opera globalmente
18	Internet Society Capítulo Colômbia	CSO	Colômbia
19	Tecnoética Colômbia	OSC	Cundinamarca, Colômbia
20	Centro Africano para Pesquisa e Inovações Climáticas	Coalizão Regional	Quênia
21	Sociedade de Privacidade e Governança de Dados do Quênia (DPGSK)	OSC	Quênia
22	Icon Data and Learning Labs	Organização comunitária	Quênia
23	My Africa Trust	OSC	Botsuana
24	Tornando-se ecológico Botsuana	OSC	Botsuana Gaborone, Francistão
25	Rede de ONGs do Bangladesh para Rádio e Comunicação	OSC	Bangladesh, Sul da Ásia
26	Associação para promover o Desenvolvimento Sustentável	OSC	Índia
27	Iniciativa de desenvolvimento do Nepal	OSC	Nepal
28	Bangladesh Unnayan Parishad	OSC	Bangladesh

N	Nome da sua organização	Tipo de organização	País/região de atuação
29	Samahan ng Responsableng Anak ng Nayon, Inc. (SARANAY)	Organização comunitária	Filipinas
30	Matebelele e Pulse	OSC	Zimbábue
31	Fórum Global para o Desenvolvimento da Mídia	CSO	Global
32	Hiperderecho - Peru	OSC	Peru
33	Centro Jurídico para a Liberdade do Software, Índia	OSC	Índia
34	Artigo 19	OSC	Reino Unido / Global
35	Duara Tatu Technologies	Empresa de software	Quênia
36	TRABALHO DECENTE PARA TODOS NO BURUNDI	OS	Burundi /EAC
37	Forus	OSC	África
38	Fundação Karisma	CSO	Colômbia
39	IPANDETEC	CSO	América Central
40	CENTRO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO (CRAD)	OSC	República Centro-Africana
41	Associação Nacional de Assistentes de Ensino	OSC	Marrocos
42	ASSAUVET ONG	OSC	Camarões
43	Associação EDUC-ACTION	OSC	Camarões
44	VISÃO INOVADORA	OSC	República Democrática do Congo
45	Fraternidade para o Desenvolvimento (FRADE)	OSC	Guiné, território nacional
46	Conselho Nacional dos Fóruns de ONGs Humanitárias e de Desenvolvimento da RDC CONAFOHD RDC	OSC	República Democrática do Congo
47	Fórum das ONGs para a Sustentabilidade	OSC	República da Guiné
48	CROWN Global SA		CAMARÕES
49	CJACO	CSO	República Democrática do Congo
50	Associação Advogados Sem Fronteiras	CSO	República do Congo
51	Associação para a conservação da natureza, desenvolvimento e supervisão dos jovens	OSC	RDC
52	AIDD (Ajuda Internacional para o Desenvolvimento Sustentável)	OSC	Costa do Marfim
53	CHR Lomé-Comuna	OSC	Togo
54	Sindicato Universal SOLIDARIEDADE DESENVOLVIMENTO	OSC	Espanha
55	IFCA Instituto institucional para o Futuro Comum dos Ameríndios	OSC	HONDURAS
56	Direção Geral da Sociedade Civil	Outros	Guiné Equatorial
57	Fórum Permanente das Organizações da Sociedade Civil FPOSC	OSC	Honduras
58	Rede de ONGs do Bangladesh para a Rádio e a Comunicação	OSC	Bangladesh

N	Nome da sua organização	Tipo de organização	País/região de atuação
59	KICTANet	OSC	Quênia
60	Rede de ONGs da Nigéria	Rede/Organização Coordenadora/Associação (Sociedade Civil)	Nigéria
61	Aliança de Taiwan para o Desenvolvimento Internacional	Plataforma nacional	Taiwan
62	Caucus das Redes de ONGs para o Desenvolvimento	OSC	Filipinas
63	Federação de ONGs do Nepal	Redes de organizações da sociedade civil ou plataforma nacional de ONGs	Nepal
64	Plataforma NGDO da Lituânia	Regional	Lituânia
65	Visão	Organização pública	Ucrânia
67	Direitos e Justiça	Associação que promove (apoia) os direitos das mulheres, crianças, migrantes e requerentes de asilo	Marrocos
68	Foco global	Organização nacional da plataforma da sociedade civil	Dinamarca
69	Plataforma de Envolvimento dos Cidadãos Seychelles	Plataforma Nacional de OSCs	Seychelles
70	Conselho Nacional de ONGs de Desenvolvimento, CNONGD	Organização da plataforma nacional para as OSC	África
71	CONGAD	Plataforma nacional de OSC	África
72	PFNOSCM	Plataforma das OSC	África
73	REPONGAC	Plataforma nacional OSC	África
74	Rede UNITAS - Sindicato Nacional de Instituições para o Trabalho de Ação Social	Organização nacional de plataforma para a sociedade civil	África
75	POJOAJU, Associação de ONGs do Paraguai	Plataforma nacional	Paraguai

Anexo 3: Lista de organizações da sociedade civil comprometidas com o setor da ITU por região

Região Africana

Nome da OSC	Setores da ITU	Questões representadas
1. Associação para o Progresso das Comunicações (APC)	Todos os setores	Governança da Internet, direitos digitais, acesso, igualdade de gênero
2. Colaboração em Políticas Internacionais de TIC para a África Oriental e Austral (CIPESA)	Todos os setores	Política de TIC, acesso, acessibilidade, segurança cibernética
3. Sociedade da Internet	Todos os setores	Governança da Internet, normas, acesso, segurança
4. Instituto de Mídia da África Austral (MISA)	ITU-D, ITU-T	Liberdade de imprensa, liberdade de expressão, acesso à informação
5. Sociedade Civil Africana para a Sociedade da Informação (ACSIS)	Todos os setores	Política de TIC, acesso, inclusão digital, capacitação
6. Rede de Mulheres do Uganda (WOUGNET)	ITU-D	Igualdade de gênero, acesso às TIC, inclusão digital
7. TI para a Mudança	ITU-D	TIC para o desenvolvimento, impacto social, inclusão digital
8. Iniciativa Paradigm	ITU-D, ITU-T	Direitos digitais, privacidade, liberdade de expressão
9. Parceiros Globais Digitais	Todos os setores	Política de TIC, direitos digitais, governança da Internet
10. Rede de Ação em TIC do Quênia (KICTANet)	ITU-D	Política de TIC, acesso, acessibilidade
11. Fórum Sul-Africano de Comunicações (SACF)	ITU-T	Política de telecomunicações, normas, espectro
12. Associação para o Desenvolvimento da Mídia no Sudão do Sul (AMDISS)	ITU-D	Desenvolvimento da mídia, liberdade de expressão, acesso à informação
13. Agenda dos Direitos dos Meios de Comunicação (MRA)	ITU-D, ITU-T	Liberdade de mídia, liberdade de expressão, direitos digitais
14. OpenNet Africa	ITU-D	Acesso à Internet, acessibilidade, neutralidade da rede
15. Associação de Provedores de Serviços de Internet do Zimbábue (ZISPA)	ITU-T	Prestação de serviços de Internet, infraestrutura, políticas
16. Associação de Mulheres da Mídia da Tanzânia (TAMWA)	ITU-D	Igualdade de gênero, liberdade de imprensa, acesso à informação
17. Fórum de TIC da Zâmbia	ITU-D	Política de TIC, acesso, inclusão digital
18. Autoridade Reguladora das Comunicações do Maláui (MACRA)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
19. Autoridade da Sociedade da Informação do Ruanda (RISA)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas

20. Comissão de Comunicações do Uganda (UCC)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
21. Autoridade de Comunicações do Quênia (CA)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
22. Comissão de Comunicações da Nigéria (NCC)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
23. Autoridade Independente de Comunicações da África do Sul (ICASA)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
24. Autoridade Reguladora das Comunicações do Botsuana (BOCRA)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
25. Autoridade Reguladora das Comunicações da Namíbia (CRAN)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas

Américas

Nome da OSC	Setores da ITU	Questões representadas
1. Conhecimento público	Todos os setores	Governança da Internet, neutralidade da rede, acesso à banda larga, propriedade intelectual
2. Electronic Frontier Foundation (EFF)	Todos os setores	Direitos digitais, privacidade, liberdade de expressão, inovação
3. Access Now	Todos os setores	Direitos digitais, liberdade na internet, internet aberta
4. Centro para a Democracia e Tecnologia (CDT)	Todos os setores	Direitos digitais, privacidade, liberdade de expressão, política tecnológica
5. Sociedade da Internet	Todos os setores	Governança da Internet, padrões, acesso, segurança
6. Direitos Digitais	ITU-D	Direitos digitais, privacidade, liberdade na Internet, foco na América Latina
7. R3D: Rede em Defesa dos Direitos Digitais	ITU-D	Direitos digitais, privacidade, liberdade na internet, foco na América Latina
8. Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social	ITU-D	Direitos à comunicação, diversidade da mídia, liberdade de expressão
9. APC	Todos os setores	Governança da Internet, direitos digitais, acesso, igualdade de gênero
10. Parceiros globais Digital	Todos os setores	Política de TIC, direitos digitais, governança da Internet
11. ARTIGO 19	ITU-D	Liberdade de expressão, acesso à informação, liberdade de imprensa
12. WITNESS	ITU-D	Direitos humanos, tecnologia, advocacia / promoção por meio de vídeos
13. Instituto de Tecnologia Aberta (OTI)	ITU-T	Neutralidade da rede, acesso à banda larga, política de espectro
14. Instituto de Tecnologia Aberta da Nova América (OTI)	ITU-T	Neutralidade da rede, acesso à banda larga, política de espectro
15. Projeto de Acesso à Mídia (MAP)	ITU-D	Política de mídia, acesso à mídia, diversidade
16. Coalizão Nacional de Mídia Hispânica (NHMC)	ITU-D	Diversidade, representação e acesso à mídia

17. Instituto Benton para Banda Larga e Sociedade	ITU-D	Acesso à banda larga, inclusão digital, políticas
18. Imprensa Livre	ITU-D	Reforma da mídia, neutralidade da rede, acesso à banda larga
19. Causa comum	ITU-D	Reforma da mídia, democracia, prestação de contas
20. Relatórios do Consumidor	ITU-T	Proteção ao consumidor, padrões tecnológicos
21. Aliança Nacional para a Inclusão Digital (NDIA)	ITU-D	Inclusão digital, acesso à banda larga, acessibilidade
22. Comissão Federal de Comunicações (FCC)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
23. Comissão Canadense de Radiotelevisão e Telecomunicações (CRTC)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
24. Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
25. Instituto Federal de Telecomunicações (IFT)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas

MENA

Nome da OSC	Setores da ITU	Questões representadas
1. 7amleh - Centro Árabe para o Avanço das Mídias Sociais	ITU-D	Direitos digitais, liberdade de expressão, liberdade na Internet no mundo árabe
3. APC	Todos os setores	Governança da Internet, direitos digitais, acesso, igualdade de gênero
4. ARTIGO 19	ITU-D	Liberdade de expressão, acesso à informação, liberdade de imprensa
5. SMEX	ITU-D	Direitos digitais, privacidade, liberdade de expressão, foco no Líbano
6. Fundação Maharat	ITU-D	Liberdade de imprensa, liberdade de expressão, segurança digital, foco no Líbano
7. Access Now	Todos os setores	Direitos digitais, liberdade na Internet, Internet aberta
8. Parceiros globais Digital	Todos os setores	Política de TIC, direitos digitais, governança da internet
9. Cyber Arabs	ITU-T	Cibersegurança, capacitação, conscientização
10. IGF Árabe	Todos os setores	Governança da Internet, política digital, cooperação regional
11. Associação de Código Aberto da Jordânia (JOSA)	ITU-T	Software de código aberto, acesso ao conhecimento, competências digitais
12. Rede Árabe de Informação sobre Direitos humanos (ANHRI)	ITU-D	Direitos humanos, liberdade de expressão, acesso à informação
13. Centro do Golfo para os Direitos humanos (GCHR)	ITU-D	Direitos humanos, liberdade de expressão, direitos digitais
14. Instituto do Cairo para Estudos de Direitos humanos (CIHRS)	ITU-D	Direitos humanos, liberdade de expressão, direitos digitais
15. Programa de Comunicações MENA (MCP)	ITU-D	Desenvolvimento da mídia, liberdade de expressão, acesso à informação

16. Comissão Reguladora das Telecomunicações (TRC), Jordânia	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
17. Autoridade Reguladora Nacional das Telecomunicações (NTRA), Egito	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
18. Comissão de Comunicações e Tecnologia da Informação (CITC), Arábia Saudita	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
19. Autoridade Reguladora das Telecomunicações (TRA), Emirados Árabes Unidos	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
20. Autoridade Reguladora das Telecomunicações e Correios (ARTP), Senegal	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
21. Instância Nacional de Telecomunicações (INT), Tunísia	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
22. Autoridade de Regulação das Telecomunicações/TIC da Costa do Marfim (ARTCI)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
23. Agência Marroquina para o Desenvolvimento Digital (ADD)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
24. Autoridade Reguladora das Comunicações (CRA), Catar	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
25. Autoridade Reguladora das Telecomunicações (TRA), Bahrein	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas

LATAM

Nome da OSC	Setores da ITU	Questões representadas
1. Direitos Digitais	Todos os setores	Direitos digitais, privacidade, liberdade na internet, foco na América Latina
2. R3D: Red em Defesa dos Direitos Digitais	Todos os setores	Direitos digitais, privacidade, liberdade na internet, foco na América Latina
3. Intevozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social	ITU-D	Direitos à comunicação, diversidade da mídia, liberdade de expressão
4. APC	Todos os setores	Governança da Internet, direitos digitais, acesso, igualdade de gênero
5. ARTIGO 19	ITU-D	Liberdade de expressão, acesso à informação, liberdade de imprensa
6. Fundação Karisma	ITU-D	Direitos digitais, privacidade, liberdade na Internet, foco na Colômbia
7. Associação pelos Direitos Cívicos (ADC)	ITU-D	Direitos digitais, privacidade, vigilância, foco na Argentina
8. OBSERVACOM	ITU-D	Liberdade de imprensa, acesso à informação, transparência
9. Rede de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	ITU-D	TIC para o desenvolvimento, sustentabilidade, inclusão digital
10. InternetLab	ITU-T	Governança da Internet, neutralidade da rede, privacidade

11. Direitos de codificação	ITU-D	Direitos digitais, gênero, tecnologia, dados abertos
12. IP.rec	ITU-T	Propriedade intelectual, acesso ao conhecimento, inovação
13. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)	ITU-T	Governança da Internet, infraestrutura, segurança cibernética
14. Centro de Estudos em Liberdade de Expressão e Acesso à Informação (CELE)	ITU-D	Liberdade de expressão, acesso à informação, transparência
15. Rede de Telecomunicações Sustentáveis (RTS)	ITU-D, ITU-T	TIC sustentáveis, eficiência energética, mudanças climáticas
16. Colnodo	ITU-D	Redes comunitárias, inclusão digital, acesso
17. TEDIC	ITU-D	Direitos digitais, privacidade, liberdade na Internet, foco no Paraguai
18. Fundação Vía Libre	ITU-D	Software livre, código aberto, acesso ao conhecimento
19. Hiperderecho	ITU-D	Direitos digitais, privacidade, liberdade na internet, foco no Peru
20. Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
21. Instituto Federal de Telecomunicações (IFT)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
22. Comissão de Regulação das Comunicações (CRC), Colômbia	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
23. Subsecretaria de Telecomunicações (SUBTEL), Chile	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
24. Ente Nacional de Comunicações (ENACOM), Argentina	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
25. Organismo Supervisor de Inversión Privada en Telecomunicaciones (OSIPTEL), Peru	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas

Ásia-Pacífico

Nome da OSC	Setores da ITU	Questões representadas
1. 7amleh - Centro Árabe para o Avanço das Mídias Sociais	ITU-D	Direitos digitais, liberdade de expressão, liberdade na Internet no mundo árabe
2. Fundação para o Empoderamento Digital (DEF)	ITU-D	Inclusão digital, empoderamento comunitário, TIC para o desenvolvimento
3. LIRNEasia	Todos os setores	Política, regulamentação e acesso às TIC, economia digital
4. EngageMedia	ITU-D	Direitos digitais, liberdade de expressão, ativismo na mídia
5. Internet Society	Todos os setores	Governança da Internet, padrões, acesso, segurança
6. APC	Todos os setores	Governança da Internet, direitos digitais, acesso, igualdade de gênero
7. Parceiros Globais Digital	Todos os setores	Política de TIC, direitos digitais, governança da internet
8. ARTIGO 19	ITU-D	Liberdade de expressão, acesso à informação, liberdade de imprensa

9. Bytes for All, Paquistão	ITU-D	Direitos digitais, liberdade na Internet, acesso, neutralidade da rede
10. Centro para a Internet e a Sociedade (CIS)	Todos os setores	Governança da Internet, direitos digitais, acesso, dados abertos
11. Fundação para os Direitos Digitais (DRF)	ITU-D	Direitos digitais, privacidade, segurança online, gênero
12. Fundação para Alternativas de Mídia (FMA)	ITU-D	Direitos digitais, liberdade na Internet, vigilância
13. Media Matters for Democracy (MMfD)	ITU-D	Liberdade de mídia, liberdade de expressão, direitos digitais
14. Open Net Initiative (ONI)	ITU-T	Censura na Internet, filtragem, vigilância
15. Privacidade Internacional	ITU-T	Direitos de privacidade, vigilância, proteção de dados
16. SMEX	ITU-D	Direitos digitais, privacidade, liberdade de expressão
17. Autoridade Reguladora das Telecomunicações da Índia (TRAI)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
18. Autoridade de Desenvolvimento de Mídia e Informação (IMDA)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
19. Autoridade Australiana de Comunicações e Mídia (ACMA)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
20. Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações (MIC), Japão	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
21. Gabinete da Comissão Nacional de Radiodifusão e Telecomunicações (NBTC), Tailândia	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
22. Ministério das Comunicações e Informação (MCI), Cingapura	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
23. Comissão de Comunicações e Multimídia da Malásia (MCMC)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
24. Departamento de Comunicações e Artes, Austrália	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
25. Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação (MCIT), Indonésia	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas

Europa

Nome da OSC	Setores da ITU	Questões representadas
1. Direitos Digitais Europeus (EDRi)	Todos os setores	Direitos digitais, privacidade, neutralidade da rede, regulamentação das plataformas
2. Acesso Imediato	Todos os setores	Direitos digitais, liberdade na Internet, Internet aberta
3. ARTIGO 19	ITU-D	Liberdade de expressão, acesso à informação, liberdade de imprensa
4. Privacidade Internacional	ITU-T	Direitos à privacidade, vigilância, proteção de dados
5. Homo Digitalis	ITU-D	Direitos digitais, direitos humanos, tecnologia e sociedade
6. Fundação Panoptykon	ITU-D	Vigilância, privacidade, proteção de dados, transparência

7. epicenter.works	ITU-D	Direitos digitais, privacidade, internet aberta, ativismo
8. Centro Hermes para a Transparência e os Direitos Humanos Digitais	ITU-D	Direitos digitais, transparência, prestação de contas, direitos humanos
9. Chaos Computer Club (CCC)	ITU-T	Cibersegurança, hacking, privacidade, ética tecnológica
10. Organização Europeia dos Consumidores (BEUC)	ITU-D, ITU-T	Direitos do consumidor, telecomunicações, serviços digitais
11. Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência (EDF)	ITU-D	Acessibilidade, inclusão digital, tecnologias assistivas
12. GSMA Europa	Todos os setores	Representação da indústria, tecnologia móvel, espectro
13. ETNO, Associação Europeia de Operadores de Redes de Telecomunicações	Todos os setores	Representação do setor, política de telecomunicações, infraestrutura
14. DIGITALEUROPE	Todos os setores	Representação da indústria, tecnologia digital, política
15. Associação Europeia de Prestadores de Serviços de Internet (EuroISPA)	ITU-T	Representação do setor, infraestrutura da Internet, políticas
16. Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas (BEREC)	Todos os setores	Cooperação regulatória, política de telecomunicações
17. Gabinete de Comunicações (Ofcom), Reino Unido	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
18. Bundesnetzagentur, Alemanha	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
19. Autorité de régulation des communications électroniques et des postes (ARCEP), França	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
20. Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni (AGCOM), Itália	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
21. Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência (CNMC), Espanha	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
22. Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
23. Autoridade Sueca dos Correios e Telecomunicações (PTS)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
24. Agência Finlandesa de Transportes e Comunicações (Traficom)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas
25. Autoridade Holandesa para os Consumidores e Mercados (ACM)	Todos os setores	Perspectiva regulatória nacional, implementação de políticas

Anexo 4: Participação das OSC no processo da IETF

Nome da organização	Questões/tópicos de interesse na IETF
Access Now	Acessibilidade à Internet, direitos digitais, privacidade, vigilância, criptografia
Artigo 19	Liberdade de expressão, censura, bloqueios da Internet, direitos humanos online
Centro para Democracia e Tecnologia (CDT)	Privacidade, vigilância, segurança cibernética, criptografia, proteção ao consumidor
Citizen Lab	Censura na Internet, vigilância, segurança digital, direitos humanos online
Fundação Fronteira Eletrônica (EFF)	Direitos digitais, privacidade, liberdade de expressão, criptografia, propriedade intelectual
Direitos Digitais Europeus (EDRi)	Proteção de dados, privacidade, vigilância, neutralidade da rede, regulamentação de plataformas
Freedom House	Liberdade na Internet, censura, autoritarismo digital, direitos humanos online
Parceiros Globais Digitais	Direitos digitais, governança da internet, acesso à informação, segurança cibernética
Direitos humanos Watch	Direitos humanos online, privacidade, vigilância, liberdade de expressão, bloqueios da Internet
Sociedade da Internet	Governança da Internet, acessibilidade, segurança, abertura, desenvolvimento de padrões
Instituto de Tecnologia Aberta (OTI)	Neutralidade da rede, acesso à banda larga, política de espectro, software de código aberto
Privacidade Internacional	Privacidade, vigilância, proteção de dados, transparência governamental
Conhecimento Público	Propriedade intelectual, direitos autorais, neutralidade da rede, acesso à banda larga
Direitos Digitais	Ser responsável corporativo, liberdade de expressão, privacidade, transparência
Repórteres Sem Fronteiras (RSF)	Liberdade de imprensa, censura na internet, vigilância, segurança digital para jornalistas
Projeto Tor	Anonimato, privacidade, contorno da censura, segurança online
Fundação Wikimedia	Acesso aberto, compartilhamento de conhecimento, direitos autorais, neutralidade da rede

WITNESS	Documentação de direitos humanos, advocacia / promoção por meio de vídeos, segurança digital
Associação para o Progresso das Comunicações (APC)	Direitos na Internet, igualdade de gênero, inclusão digital, redes comunitárias
Centro para a Internet e a Sociedade (CIS)	Política da Internet, privacidade, liberdade de expressão, inclusão digital na Índia
Direitos Digitais	Direitos digitais, privacidade, neutralidade da rede, internet aberta na América Latina
Fundação Direitos Digitais (DRF)	Direitos digitais, igualdade de gênero, segurança online, privacidade no Paquistão

Anexo 5: Questionário da pesquisa de base

Questionário da pesquisa online

Introdução

Como parte do projeto [Alianças da Sociedade Civil para o Empoderamento Digital \(CADE\)](#), financiado pela União Europeia, a Forus encomendou à [Expectation State](#) a realização de **um mapeamento abrangente e um estudo de base sobre o envolvimento das organizações da sociedade civil no processo multilateral e multistakeholder de governança da Internet**. Como organizações da sociedade civil, especialmente as do Sul Global/Maioria Global, continuam a estar insuficientemente representadas nestas discussões essenciais. Esta falta de representação e de envolvimento significativo prejudica a capacidade da sociedade civil de advogar / defender questões críticas como os direitos humanos, a acessibilidade, a inclusão e a igualdade de género no domínio digital.

O estudo de base visa apontar esta questão, identificando e documentando questões e lacunas existentes, emergentes e transversais no envolvimento das organizações da sociedade civil nos principais fóruns de governança da Internet (GI). Ele irá aprofundar os desafios e oportunidades que as organizações da sociedade civil enfrentam neste processo, centrando-se nas necessidades de reforço de capacidades e nas principais demandas políticas da sociedade civil. Os dados recolhidos serão utilizados para desenvolver recomendações práticas e partilhar as boas práticas, com o objetivo de reforçar a participação das organizações da sociedade civil na GI.

A pesquisa online tem duração estimada de 15 a 20 minutos. A participação na pesquisa online é totalmente voluntária. Não há respostas certas ou erradas; você pode se recusar a responder qualquer pergunta e encerrar a pesquisa a qualquer momento. A pesquisa online não coleta informações de identificação pessoal (PII) e não fará perguntas pessoais. Suas respostas serão tratadas com a máxima confidencialidade. Os dados serão usados para desenvolver tendências que serão compartilhadas com os membros do Forus em workshops futuros, bem como no Fórum de Governança da Internet deste ano. Também nos ajudarão a identificar as necessidades de longo, médio e curto prazo dos membros do Forus no que diz respeito ao envolvimento na governança digital e da internet.

Caso necessite de apoio ou tenha alguma dúvida, não hesite em entrar em contato conosco ou com Kenneth, da equipe Forus, pelo e-mail kenneth@forus-international.org

Link para a pesquisa | EN <https://iyvkyxaur7h.typeform.com/to/sJWNuUsm>

FN <https://iyvkyxaur7h.typeform.com/to/anIOQzfq>

SP <https://iyvkyxaur7h.typeform.com/to/o7KMcTeV>

[Aprendizagem sobre o projeto CADE aqui, bem como sobre o trabalho da Forus em matéria de governança digital e direitos.](#)

Seção Um	Informações demográficas e organizacionais
Nome da organização:	Selecione uma opção: <ul style="list-style-type: none">• OSC local• OSC nacional• Coalizão regional• Grupo de base
Tipo de organização:	Insira a resposta
País/região de atuação:	Insira a resposta

Principais áreas de foco:	Selecione a opção (escolha múltipla): <ul style="list-style-type: none"> ● Direitos humanos ● Liberdade na Internet, direitos digitais e segurança digital ● Igualdade de gênero ● Outros: _____
Tamanho da organização:	Insira <ul style="list-style-type: none"> ● Número de funcionários a tempo inteiro: ● Número de voluntários:
Ano de fundação:	Insira a resposta
Faixa do orçamento anual:	Insira (opcional): _____

Seção Dois	Participação de OSC em fóruns de GI
A sua organização participou em fóruns de governança da Internet (GI) nos últimos dois anos?	Selecione uma opção: <ul style="list-style-type: none"> ● Sim ● Não
Se sim, em quais fóruns de GI sua organização participou?	(Selecione todas as opções aplicáveis) <ul style="list-style-type: none"> ○ Fórum de Governança da Internet (IGF) ○ Fóruns IG regionais (por exemplo, IGF África, IGF Ásia-Pacífico) ○ Fóruns nacionais de IG ○ Workshop ou webinars temáticos sobre IG ○ Outros (especifique)
Em uma escala de 1 a 5, como você avalia o nível de envolvimento da sua organização nesses fóruns?	Selecione uma opção <ul style="list-style-type: none"> ○ 1 (Muito baixo) ○ 2 (Baixo) ○ 3 (Moderado) ○ 4 (Alto) ○ 5 (Muito alto)

Seção Três	Desafios para desafiar / contestar / confrontar a participação das OSC
Quais são os principais obstáculos da sua organização para participar com eficiência nos fóruns de IG?	(Selecione todas as opções aplicáveis) <ul style="list-style-type: none"> ● Restrições financeiras ● Falta de conhecimento técnico ● Desafios relacionados a políticas ● Acesso limitado a informações relevantes ● Barreiras linguísticas ● Limitações da infraestrutura digital ● Outros (especifique)
Explique como esses desafios desafiam / contestam / confrontam sua participação:	Insira a resposta

Seção Quatro	Oportunidades para um maior envolvimento
Que oportunidades sua organização vê para aumentar seu envolvimento no processo de IG?	(Selecione todas as opções aplicáveis) <ul style="list-style-type: none"> ● Maiores oportunidades de fontes de financiamento ● Capacitação em advocacy digital ● Parcerias com outras organizações da sociedade civil ● Acesso a melhores ferramentas digitais ● Apoio à advocacia de políticas ● Outros (especificar)
Descreva quaisquer estratégias bem-sucedidas que sua organização tenha empregado para aumentar o envolvimento em fóruns de IG:	Insira a resposta

Seção Cinco	Necessidades de capacitação
Em que áreas a sua organização precisa de capacitação para se envolver melhor nos fóruns de GI?	(Selecione todas as opções aplicáveis) <ul style="list-style-type: none"> ● Inteligência artificial (IA) ● Ativismo digital ● Inclusão de gênero nos espaços digitais ● Privacidade e segurança online ● Análise e advocacia de políticas ● Outros (especifique)
A sua organização estaria interessada em participar de treinamentos ou workshops sobre esses temas?	Selecione uma opção <ul style="list-style-type: none"> ● Sim ● Não

Seção Seis	Fatores de inclusão
A sua organização centra-se em questões relacionadas à inclusão de gênero, minorias sexuais ou pessoas com deficiência?	Selecione uma opção <ul style="list-style-type: none"> ● Sim ● Não
Se sim, descreva os desafios específicos que sua organização enfrenta ao desafiar / contestar / confrontar essas questões no contexto da IG:	Insira a resposta
12. Que estratégias ou práticas promoveram / apoiaram a inclusão nas atividades relacionadas à GI da sua organização?	Insira a resposta

Seção Sete	Considerações finais
Que apoio adicional ajudaria a sua organização a participar melhor e a influenciar o processo de IG?	Insira a resposta
Quaisquer comentários ou sugestões adicionais:	Insira a resposta

Anexo 6: Guia para entrevistas com especialistas-chave

Introdução

A Forus contratou a Expectation State para realizar um mapeamento abrangente e um estudo de base sobre o envolvimento das organizações da sociedade civil (OSCs) no processo multilateral e multistakeholder de governança da Internet (GI). Sua participação nesta pesquisa é de extrema importância. Esta pesquisa de base é extremamente essencial porque as organizações da sociedade civil, especialmente aquelas do Sul Global, não estão adequadamente representadas nessas discussões cruciais. Essa falta de representatividade dificulta sua capacidade de advogar / defender questões críticas como direitos humanos, acessibilidade, inclusão e igualdade de gênero no âmbito digital.

A pesquisa de base aborda essa questão identificando e documentando questões e lacunas existentes, emergentes e transversais no envolvimento das organizações da sociedade civil nos principais fóruns de GI. Ela irá aprofundar os desafios e oportunidades que as organizações da sociedade civil enfrentam nesse processo, centrando-se no fortalecimento de capacidades e no reforço das necessidades. Ao reunir esses dados valiosos, a pesquisa de base desenvolverá recomendações práticas e boas práticas para aumentar a participação das organizações da sociedade civil na GI, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas preocupações sejam atendidas.

A entrevista com especialistas-chave tem duração estimada de 60 minutos. A participação na KEI é totalmente voluntária. Sua participação é fundamental para o sucesso desta pesquisa de base, e respeitamos sua decisão de fazer contribuições. Não há respostas certas ou erradas; você pode se recusar a responder às perguntas e encerrar a entrevista a qualquer momento. A sessão KEI coletará informações pessoais identificáveis (PII) limitadas e não fará perguntas pessoais. As informações coletadas serão mantidas apenas em um servidor seguro para avaliar o projeto e garantir um melhor serviço de entrega. Suas respostas serão tratadas com a máxima confidencialidade. A ES garante que sua privacidade é nossa prioridade. Sua confiança é importante para nós. No entanto, mesmo que as informações fornecidas sejam utilizadas no relatório da pesquisa de base, as questões levantadas podem levar a mudanças imediatas no futuro.

Princípio da Não Prejudicar

A Expectation State aderirá a estes Princípios Éticos:

- A ES não exporá as pessoas a riscos físicos, violência ou outras violações de direitos.
- A ES não prejudicará a capacidade de autoproteção de nenhum parceiro / sócio ou beneficiário.
- A ES irá gerir as informações sensíveis de forma a não comprometer a segurança dos inquiridos ou das pessoas identificáveis a partir dos dados.
- Foram identificadas medidas específicas e protocolos de proteção de dados na estratégia de mitigação de riscos desenvolvida pela ES.

Seção Um	Informações básicas
Nome da organização:	Selecione a opção: <ul style="list-style-type: none"> • OSC local • OSC nacional • Coalizão regional • Grupo de base
Tipo de organização:	Insira a resposta
País de atuação:	Insira a resposta
Principais áreas de foco:	Selecione a opção (escolha múltipla): <ul style="list-style-type: none"> • Direitos humanos • Liberdade na Internet, direitos digitais e segurança digital • Igualdade de gênero • Outros:
Dá uma síntese / nota da tua organização e das principais áreas de foco.	Insira a resposta
Qual tem sido o envolvimento da sua organização em fóruns de Governança da Internet (GI)?	Insira a resposta

Seção Dois	Envolvimento das OSC
Como você descreveria o nível de participação da sua organização em fóruns de GI nos últimos dois anos?	Insira a resposta
Participação em fóruns de GI: Em quais fóruns de governança da Internet sua organização participou nos últimos três anos?	Selecione uma opção <ul style="list-style-type: none"> • IGF • ICANN • IETF • ITU
Tipo de envolvimento: Em que capacidade a sua organização participa desses fóruns?	Selecione uma opção <ul style="list-style-type: none"> • Solicitação de resposta • Advocacia / promoção, • Desenvolvimento de políticas • Pesquisa • Capacitação • Outros
Papel: Que papéis a sua organização desempenhou nesses fóruns? E quais funções normalmente estão envolvidas no seu envolvimento?	Insira a resposta
Sugestões de resposta:	

<ul style="list-style-type: none"> • Painelista. • Organizador do workshop. • Participante • Outros 	
O que motiva sua organização a participar desses fóruns?	Insira a resposta

Seção Três	Desafios do envolvimento: desafiar / contestar / confrontar
------------	---

<p>Quais são os principais desafios que sua organização enfrenta ao se comprometer com fóruns de GI?</p> <p>Pergunte: Desafios financeiros, técnicos ou relacionados a políticas?</p> <p>Sugestões de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de fontes de financiamento. • Conhecimento técnico limitado. • Barreiras linguísticas. • Restrições de tempo • Outros 	Insira a resposta
---	-------------------

Você pode compartilhar um exemplo específico de como esses desafios desafiaram, contestaram ou confrontaram sua participação?	Insira a resposta
---	-------------------

<p>Desafios externos: Quais fatores externos impedem o envolvimento da sua organização no processo de IG?</p> <p>Sugestões de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ambiente político. • Restrições regulatórias. • Falta de apoio das partes interessadas • Outros (insira) 	Insira a resposta
---	-------------------

Seção Quatro	Oportunidades de envolvimento e capacitação
--------------	---

<p>Benefícios percebidos: Quais benefícios sua organização obtém ao participar de fóruns de IG? Como você acha que os fóruns de IG podem melhorar?</p> <p>Sugestão de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oportunidades de networking. • Influência nas políticas. • Compartilhamento de conhecimento. 	Insira a resposta
--	-------------------

<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação • Outros 	
<p>Histórias de sucesso: Você pode fornecer exemplos de compromissos ou iniciativas bem-sucedidos que sua organização empreendeu em fóruns de GI?</p> <p>Se puder fornecer um exemplo, qual foi o facilitador/facilitadora desse sucesso?</p>	Insira a resposta
<p>Que oportunidades você vê para aumentar a participação da sua organização em fóruns de GI?</p> <p>Pergunte: Parcerias, fontes de financiamento, iniciativas de capacitação?</p>	Insira a resposta
<p>Em que áreas sua organização precisa de mais apoio ou treinamento para melhorar seu envolvimento em IG?</p> <p>Pergunte: IA, ativismo digital, advocacy de políticas?</p>	Insira a resposta

Seção Cinco	Inclusão
Como sua organização aborda questões de inclusão, especialmente relacionadas a gênero, minorias sexuais e pessoas com deficiência, em suas atividades relacionadas à IG?	Insira a resposta
Representação de minorias sexuais e pessoas com deficiência: Como sua organização inclui e representa minorias sexuais e pessoas com deficiência nos fóruns de IG?	Insira a resposta
Que desafios você enfrenta ao promover / apoiar a inclusão nesses fóruns?	Insira a resposta
Você pode compartilhar alguma estratégia bem-sucedida ou boas práticas que sua organização tenha usado para aumentar a inclusão?	Insira a resposta

Seção Seis	Localização e descolonização
Sua organização incorpora princípios de localização em suas atividades de engajamento em IG?	Insira a resposta

Pergunta: Se sim, forneça informações sobre como isso é feito. Se não, indique o motivo.	
Como sua organização incorpora os princípios de localização em seu envolvimento com a governança da Internet?	
Que desafios e oportunidades você identificou ao implementar / adotar os princípios de localização?	
A sua organização aborda os princípios de descolonização no processo de envolvimento em IG existente?	Insira a resposta
Pergunta: Se sim, forneça informações sobre como isso é feito. Se não, forneça detalhes sobre o motivo.	

Seção Sete	Direções futuras e recomendações
Lacunas digitais e ativismo: Quais lacunas digitais impedem a participação da sua organização no processo de IG? (por exemplo, acesso à tecnologia, alfabetização digital).	Insira a resposta
Pergunta: Como sua organização se envolve no ativismo digital no contexto da GI, ou seja, nos níveis regional e nacional?	
Que recomendações você faria para aumentar o envolvimento das organizações da sociedade civil em fóruns de IG, especialmente aquelas que representam grupos marginalizados?	Insira a resposta
Quais são as principais prioridades da sua organização para se envolver em processo de GI?	Insira a resposta
Há mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar que não tenha sido abordada?	Insira sua resposta